

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO/REGIONAL NORDESTE.

RELATÓRIO

Durante a realização da nossa assembléia regional (13 a 17/05/87), procuramos fazer uma avaliação da atuação deste junto às comunidades indígenas do nordeste. Tendo em vista a Assembléia Nacional do Cimi, as várias equipes missionárias trouxeram seus relatórios constando de suas análises sobre os projetos dominantes e popular, onde nos foi possível observar como esses se manifestam nas respectivas áreas.

Após a conclusão dos relatos observamos que nenhum projeto governamental conseguiu atingir mais o Nordeste Brasileiro nos dois últimos anos do que o São Vicente (Programa de Apoio a Organização de pequenos Produtores Rurais do NE.). Utilizaremos então de uma análise do mesmo por acreditarmos ser uma amostra real da caracterização do Projeto Dominante na Região.

HISTÓRICO BREVE

O Programa de Apoio a Organização de Pequenos Produtores Rurais do NE foi lançado por meio de um decreto em 23 de janeiro de 1986, após o entusiástico discurso do presidente da República, onde mesmo afirmou ser necessário encontrar-se rapidamente o caminho para a transformação Social do País, e o NE será a o ponto de partida: "Se a Nova República conseguir mudar o NE, estará também mudando o Brasil."

É de relevante importância o clima em que se encontrava a Nova República naquele momento: "Crise Econômica aguda; inflação galopante, grande déficit da produção alimentar, Reforma Agrária desacreditada, violência no campo ..."

A escolha do nome para o projeto é bastante significativa, não foi atoa que o Presidente Sarney sugeriu o nome de São Vicente, santo da Igreja Católica. Sabemos ainda que o decreto de aprovação do projeto saiu diretamente das mãos do Senhor Presidente durante o período de recessão da Câmara e do Senado Federal. Ficamos claro a urgência com que o mesmo foi elaborado.

A QUEM SE DESTINA?

O S. Vicente destina-se exclusivamente ao pequeno produtor rural, com a exigência de que este esteja vinculado a uma organização de pequenos produtores, mesmo que seja informal. Compreende-se aqui por pequeno produtor desde o pequeno proprietário até o sem terra, excluindo-se apenas o pequeno produtor que possui renda fixa de emprego não rural, ou possui uma quantia de terra superior a dois módulos rurais da região.

COMO FUNCIONA?

Aparentemente o modo de proceder é por demais simplificado. Ao contrário de outros projetos como o PAPP, Projeto Sertanejo, este não passa por instâncias estaduais onde ocorre os desvios dos "reais objetivos" para fins eleitoreiros. O programa estrutura-se a dois níveis: a nível local, através de uma comissão comunitária (Sindicato, Cooperativa, Igreja, Banco do Brasil, Emater, representantes das comunidades). A nível regional, através do Conselho de Administração.

O B J E T I V O

Segundo o artigo 1º do Decreto de Criação do Programa o objetivo do mesmo é "estimular e induzir os pequenos produtores rurais a se organizarem sob forma associativa, visando aumentar seus níveis de produção, produtividade e renda."

C O N S E Q U Ê N C I A S

No (Nordeste) NE o Campezinato tem representado uma parcela significativa das forças populares de transformação. É das comunidades do meio rural que nascem as organizações populares. O Sindicalismo Rural é fortemente combatido e as Comunidades Eclesiais representam grande força de participação no movimento sindical. Portanto a Igreja e o Sindicalismo Rural constituem as maiores forças na luta popular no NE. Não desprezando com isso as várias organizações populares existentes no meio urbano, que também são representativas.

Não é pois de se estranhar que o projeto S. Vicente esteja direcionado principalmente para a Igreja e os Sindicatos Rurais. Em quase todas dioceses do NE ele tem recebido grande aceitação e solicitação. A reflexão em geral é a mesma: "o dinheiro está aí e se o povo não utilizá-lo outros o utilizarão". Com isso os agentes de Pastoral passam a ocupar-se com a discussão e elaboração dos projetos nas comunidades, já que as fichas de cadastramento e os formulários são de difícil compreensão e os agricultores não têm condições de as preencher.

Com os militantes sindicais vem ocorrendo o mesmo, ou seja, a mobilização em torno do S. Vicente é tão grande que quase não lhes resta tempo para as atividades mais combativas. Enquanto isso os sindicatos pelegos intensificam sua ação de cooptação dos agricultores, para a qual o S. Vicente lhes é bastante útil.

Em algumas dioceses do Regional Nordeste II agentes de Pastoral e o povo já começam a se preocupar e refletir sobre as consequências trazidas pelos S. Vicente. O desgaste já é muito grande. O tempo de elaboração e de espera

pela aprovação do projeto é em média de 6 a 8 meses, e durante esse período as comunidades se mantêm em clima de apreensão, e toda a discussão gira em torno do mesmo. De fevereiro a junho deste ano foram aprovados mais de quinhentos projetos, porém até agora nenhuma verba foi liberada. O conselho de administração do programa alega não ter recebido a liberação de Brasília.

A luta pela Reforma Agrária vem sendo deixada um pouco de lado. Apesar de grande parte da verba para o referido projeto ser oriunda do PROTERRA, o mesmo não destina-se à aquisição de terras para os agricultores, mas pelo contrário desmobiliza suas lutas e incentiva o surgimento e fortalecimento das MICRO-EMPRESAS RURAIS.

A autonomia das associações é desrespeitada através da utilização de critérios trazidos de fora que determinam quem pode ou não ser vinculado ao programa.

Há um exemplo concreto de uma comunidade indígena onde um dos representantes eleito para coordenar o projeto teve que ser substituído porque não sabia assinar o seu nome. Há um certo rigor técnico na elaboração e principalmente na execução do projeto, para isso na maioria das vezes a técnica utilizada pelos agricultores é substituída por outra, geralmente com a orientação de técnicos da emater, pois o objetivo é produzir mais e melhor.

Assim torna bem claro para nós que o verdadeiro objetivo do projeto S. Vicente não é outro senão o aperfeiçoamento do capitalismo no campo, que vem em substituição à antiga forma de Capitalismo Familiar antes representada pelo Coronelismo.

PROJETO POPULAR

A classe dominada também tem seus projetozinhos, ou seja, pequenos ensaios para chegar-se ao grande projeto de SOCIEDADE JUSTA, que se manifestam através das organizações populares:

Comunidades urbanas e rurais
Sindicatos de Trabalhadores Rurais
Grupos de mulheres no campo e na cidade
Associações de bairros e favelas

Formas de resistência:

Na cidade

Áreas de invasão - favelas
Mutirões
Defesa de rios e lagoas poluídos
Gerves em vários níveis

No campo

Ocupações de terras
Mutirões
Saques de comércio e órgãos públicos (secas)
Reivindicação dos direitos
Retomada das terras indígenas

Resistência no campo (continuação)

Ressurgimento de grupos indígenas
Recuperação da identidade indígena
Crescimento da população indígena

GRANDES DIFICULDADES

- O capitalismo brasileiro vai-se aperfeiçoando - começam a surgir no campo as relações de produção da cidade.
- Os donos do poder, hoje, não têm representante (como no tempo do coronelismo) eles mesmos assumem o poder.
- Os latifundiários percebem que as coisas não andam mais na base da "amizade", do compadrio"; surgem as lutas de classe (a classe dominante se organiza mais).
- Despejo de dinheiro de forma assistencialista/paternalista, como quem quer mostrar serviço junto a alguém (FUNAI)
- O governo tenta capitalizar as lutas dos povos indígenas para manter o projeto dominante.
- A Igreja sabe fazer análise, mas falta uma opção de classe.
- As expressões religiosas dos povos indígenas - a Igreja nunca toma uma feição local (sempre trabalha como instituição)

ATUAÇÃO DO CIMI

I - Junto aos grupos indígenas :

Nas áreas temos assumido o papel de assessoria:

- fazer articulação nas comunidades e entre elas
- despertar, conscientizar até que a comunidade assuma sua autonomia

Até que ponto as comunidades tem sido sujeito de sua história ?

II - Junto à sociedade envolvente:

Trabalho ideológico/político de retaguarda à ação de frente (na base).

Quais as alianças que os grupos indígenas fazem com o movimento popular?

III- Junto à igreja

Que tipo de avanço o CIMI pode dar ?

Que traços de semelhanças há entre o Deus de Abraão e o Deus desses Povos ?

BARRAGENS E O PROJETO ENERGÉTICO

PARA O SUL DO BRASIL

ASPECTO ECONOMICO 1) A quem serve?

- Grandes indústrias produtoras de equipamentos para as Usinas Hidr.
- Multinacionais que se instalam aqui, com energia barata e abundante.
- Multinacionais que compram minérios aqui e que já serão transformados em metais para exportação, evitando gastos vultosos com transporte.
- Grandes construtoras que não podem ficar ociosas, dependendo sempre mais de novas obras.
- Construção civil em geral.
- Mercado imobiliário, com a valorização dos imóveis.
- Agricultura de exportação, pela concentração da terra e pela inviabilização das culturas de subsistência da pequena propriedade. (População rural hoje é de 27% e deverá ser de 12% no ano 2000).

2) Como se manifesta?

- Surtos desenvolvimentistas.
- Afluxo de trabalhadores atrás da oferta de empregos e problemas sociais decorrentes, com falta de infraestrutura, etc.
- Valorização dos imóveis na cidade e no campo.

3) Quem prejudica?

- 180 mil hectares cobertos e desalojamento de 40 mil pessoas (Itaipu)
- Previsão de construção de 25 barragens (22 nacionais e 2 binacionais) na Bacia do Uruguai, que cobrirão 57 municípios (SC e RS). 40 mil famílias, em torno de 200 mil pessoas, serão expulsas de suas terras.
- Não somente se perdem casas benfeitorias, mas estradas, cemitérios, parentes, desequilibra-se a natureza, destroem-se lugares históricos e a memória dos antepassados. Além disso, gera-se insegurança quanto ao futuro, etc.
- Os lagos serão fonte permanente de doenças (malária, esquistossomose, verminose, etc.) tornando-os inúteis para a pesca, lavagem de roupa ou abastecimento.
- Industrias novas são as que mais espoliam o ambiente: siderurgia refinarias petroquímicas e alumínio.
- Não há projetos de reassentamento dos atingidos, mas projetos de colonização em outros Estados: ou transformar-se em mão-de-obra barata nos cinturões de miséria das cidades.
- Progresso anunciado não acontece: a economia da região se desestrutura pela evasão da população e pelo alagamento das terras férteis.
- Os índios perderão parte significativa de suas terras (Ligeiro/RS: 320 ha; Xapecó/SC: 3400 ha) ou já perderam (Mangueirinha: 1000 ha e Ibirama: 830 ha).
- 25 famílias de Índios Avã-Guarani (Xiripá ou Nandeva) perderam toda a terra: 1500 ha (Itaipu).
- A fertilidade do vale, cercas, pomares não são indenizados (Ibirama) nem as terras agricultáveis na beira do rio Iguaçu, nem a perda das fontes de proteína - caça e pesca - não são indenizadas (Salto Santiago/Mangueirinha).
- Dinheiro da indenização e a desorganização provocada pela construção da barragem resultou na corrida maior sobre o patrimônio florestal, vorazmente dilapidado (Ibirama). Perspectiva de barragens acentuou a exploração da madeira (Xapecó).

ASPECTO SOCIO-POLITICO 1) Quem determinou e elaborou?

- Política energética do Governo Brasileiro, atendendo exigências de credores. Há uma estratégia de industrialização do capitalismo mundial para o Cone Sul. (1).
- Indústrias e cidades da região do Vale do Itajaí e DNOS (Ibirama).
- A política de concentração e controle energético.

2) Como se articula com as forças regionais?

- Ney Braga, atual presidente da Itaipu Binacional, quando ainda Senador, defendeu o projeto de construção.
- O poder político local defende os projetos e depois depende deles.
- Todos os órgãos importantes, como Ministério das Minas e Energia, Eletrobrás, Eletrosul, estão nas mãos do PFL.
- Indenizações "monetárias" são rapidamente absorvidos pelo comércio local e assim promovem a rápida descapitalização dos atingidos.
- A Funai tentou remover os índios de Ocoí-Jacutinga para o PI Rio das Cobras/PR. Somente três famílias ali permaneceram. Antes disso, em 1975, o INCRA já reassentara colonos nas terras dos índios.
- Fracassada a transferência, a Funai aplicou os indicadores de indianidade para negar-lhes os direitos (art. 20 da lei 6001).
- A atuação da Funai submetida à Itaipu (Ocoí). Negocia em nome dos índios e contra os interesses da comunidade (Ibirama, Salto Santiago e Ligeiro).
- Eletrosul constrói enfermaria e escola e instalações elétricas para o Posto da Funai, com energia gratuita durante 30 anos. (S.Santiago).
- Acerto entre DNOS e Funai (ambos do Minter) entendendo não ser necessário indenizar a terra da União. (Ibirama).
- Conselho Regional Indígena de Guarapuava (CRIG) defendendo interesses da Funai, afirma que "os índios do Ocoí não tem direito a 1500 ha."

3) Respostas do Povo

- Atingidos se organizam no MASTRO para exigir justa indenização (Itaipu).
- Indenização feita de modo individual (Itaipu) e no Salto Santiago o valor da mesma já veio pronto da Eletrosul.
- Atingidos da Bacia do Rio Uruguai, desde 1981, se organizam na CRAB (Comissão Regional de Atingidos por Barragens). Coleta de um milhão de assinaturas contra as barragens do rio Uruguai (em 1984).
- População luta contra as barragens e pela participação e consulta em todas as decisões que os afetam (Bacia do Uruguai). População se organiza, arranca marcos da Eletrosul e expulsa seus técnicos.
- Constatação de que nenhuma população até hoje declarou ter melhorado suas condições de vida após a construção de barragens. Ao contrário, gerou, além da perda de terra, a perda da cultura, dos laços de amizade, das escolas, igrejas, etc.
- Comunidade do Ocoí-Jacutinga não aceita a transferência para outra área.
- Articulação com outras aldeias Guarani (Ocoí)
- Reuniões Guarani, resultam na mudança do cacique comprado pela Itaipu.
- Articulação com Entidades (CIMI, ANAI, CJP, Mastro), imprensa, diocese, para pressionar por um acordo, de terra por terra. (Ocoí).

- Clima de desânimo e conflito no interior da reserva, stress psicológico elevado. Dissensão interna e criação de nova aldeia. "Índio não estava preparado, barragem foi jogada, trouxe discórdia, divisão, fome, misérias, doenças.. depois da barragem perdemos as características, pesca e caça..." (Ibirama).
- Problema da inuncação das terras indígenas tratado com a Funai. Além da perda da terra, ocorrem outros prejuízos incalculáveis como ruptura e perda de valores. Num primeiro momento, as terras não são indenizadas. (Ibirama e Salto Santiago), mas compensadas com benfeitorias, maquinário, etc. (Ligeiro).
- Concluídas as obras, índios se mobilizam e conseguem indenização em dinheiro (Salto Santiago e Ibirama) que desencadeia um consumismo desenfreado (Ibirama).

ASPECTO IDEOLÓGICO/RELIGIOSO - Projeto dominante

- Maior Usina Hidrelétrica do Mundo (Itaipu)
- Desenvolvimento da economia regional
- Geração de muitos empregos, /Haveria outras formas, porém, de gerá-los: construção de escolas, hospitais, saneamento/.
- Lazer e turismo nas margens do lago. /Para poucos/.
- Está faltando energia. (2)
- Grandes lagos garantem água nas secas e evitam enchentes. /Seca não é um proplema do Sul e barragens tem provocado enchentes/
- Tudo será indenizado, ou terra por terra (no Norte) nas mesmas condições.
- Substituir o petróleo importado na produção de energia. (3).
- Proteger o vale do Itajaí e o parque industrial de Blumenau (Ibirama). /No entanto, até hoje, depois de 13 anos, não se terminou a Barragem/.
- Desinformação para desmobilizar. Por ex., em 1986, Eletrosul anuncia que somente irá construir 9, das 22 barragens na Bacia do Uruguai.
- No 1º momento: tentativa de não reconhecer a comunidade Guarani, via indicadores de indianidade. (Itaipu).
- Depois: Itaipu "adotou" os Guarani (visitas semanais, presentes, etc. do assessor jurídico da empresa).

(1) O sistema capitalista internacional planeja realizar grandes investimentos na região do Cone Sul, entre São Paulo e Buenos Aires. Isso resultará num grande complexo industrial em toda esta região, e na produção de alimentos (agroindústria), e na interligação de bacias hidrográficas. Acordos bilaterais com outros países já vem sendo implementados. Com o Paraguai (Itaipu, projetos agro-industriais, ferrovia Assunção-Paraguai), com a Argentina (Autolatina, Garabi, cooperação na produção de energia atômica, e na produção de armas). São acordos basicamente acerca de fornecimento de bens de capital. O eixo da acumulação do capital vai se deslocar para os setores de ponta (informática, biotecnologia e engenharia genética) e geograficamente o capital deverá migrar para o Paraná/SC e RS, dominando depois também os outros países do Cone Sul, cujas burguesias não tem condições de levar adiante este reordenamento do capital, que então acontecerá via Brasil. Neste contexto se enquadram os projetos de construção de barragens no Sul, apesar das grandes sobras de energia neste momento.

Projeto Popular

- Uso da Bíblia para fortalecer a luta pela terra, para evitar o "dilúvio" e descobrir que a terra é para todos.
- Hoje, Romarias da Terra, em todos os Estados do Sul.
- As Igrejas participam desde o início do movimento de resistência.
- Luta canalizada para os partidos: MDB, PMDB e PT
- Fita k7 gravada por Antonio Branco, exortando à luta pela terra. Mais tarde, uma visita pessoal do mesmo com sua esposa (Ocoí).
- Reuniões Guarani com acento forte na religião.
- Visitas intertribais(Ocoí)
- A partir da ligação com a terra, e da identidade étnica, mobilização (em 5/6/85) dos índios de Mangueirinha e outras áreas, para conseguir a indenização pelas terras inundadas (Salto Santiago) que Eletrosul paga em 3/8/85; e pela indenização por duas estradas e pela rede de energia elétrica que passam pela aldeia. (Mangueirinha).

RESPOSTAS DO CIMI

- De uma maneira geral, a resposta do CIMI repercute distintamente diante da realidade Guarani e Kaingang/Xokleng.
- Enquanto com os Guarani há uma sintonia (propostas do CIMI e projeto histórico dos Índios), entre os Kaingang/Xokleng parece haver um distanciamento crescente.
- Para os GUarani, a luta pela terra, pela cultura e autodeterminação estão diariamente presentes. Já entre os Kaingang esta luta está menos presente ou então vem sendo manipulada para atender interesses da Funai e de pequenas elites internas.
- O acesso do CIMI às áreas Kaingang é difícil.
- A Funai está implantada em todas as áreas e a presença dela sempre foi um forte componente no trabalho do CIMI, muitas vezes em conflito direto.
- Uma superavaliação da força do CIMI fez a Funai encetar uma tenaz campanha para destruir todo e qualquer trabalho do mesmo e que levou a uma análise desfocada da realidade de nossa parte.
- A atuação do CIMI, por sua vez, sempre atingiu mais os segmentos das comunidades insatisfeitos com a Funai e que sempre foram minorias facilmente reprimidas e motivo de campanhas contra o CIMI nas demais áreas.

(3) Apenas parte do petróleo é substituído pela energia elétrica gerada, e haveria formas alternativas de produção de energia, como o carvão vegetal, energia solar, pequenas barragens, túneis nas curvas dos rios, etc. Para comparar, a matriz energética de alguns países: Brasil - 90% provém de Hidrelétricas; nos EUA - 4%; na Rússia - 3,9 % e na Argentina - 6,7%.

No caso das barragens, especificamente:

- No Ocoí, o CIMI conduziu com êxito uma luta pela terra, acompanhada pela comunidade Ava-Guarani que, devido ao rápido enchimento do lago, não teve tempo de se organizar. Posteriormente, um trabalho de acompanhamento sistemático logrou reorganizar a comunidade.
- Casos como Ibirama, Ligeiro e Salto Santiago, o CIMI esteve praticamente ausente, sem poder de interferência.
- Nestas áreas, os índios não conseguiram terra por terra, mas somente indenização monetária, com todas as consequências que isso lhes pode causar.
- Consideramos que a presença do CIMI será importante para discutir e formular mais claramente as próprias exigências dos índios, cujos interesses até aqui vem sendo (mal)tratadas pela Funai e pelas elites internas.
- A ação do CIMI deverá passar pela ação de outros setores atingidos e já melhor organizados, para que estes se unam aos índios na luta contra novas barragens.

Xanxerê, 21 de junho de 1987.

CIMI - Regional Sul.

(2) O Plano Energético para 2010, prevê construir 70 Usinas até a ano 2000, com a seguinte capacidade:

Norte	14.400 MW			
Nordeste	11.700 MW			
Sul	23.000 MW	Total	...	49.100 MW

A capacidade de energia já instalada é de 40.000 MW e em construção 30.000 MW, totalizando 70.000 MW

No ano 2000 teremos então 119.000 MW instalados para uma capacidade de consumo de 44.000 MW. Cadê a falta de energia???

Relatório CIMI MS

PROJETO DOMINANTE

Dividimos este ponto em três partes: terra, eleições e jeito "popular" do Governo.

TERRA É muito forte no Mato Grosso do Sul a corrida para o domínio completo da terra. Apenas 60% das terras do Estado são ocupadas legalmente por grandes latifundiários. Os outros 40% estão sendo griladas pelos mesmos grandes proprietários.

Por outro lado, o movimento dos pequenos para identificação e ocupação destas áreas é infrutífera, seja pela ação da polícia, ou pela corrupção dos órgãos públicos. O próprio Secretário da Agricultura do MS - filho do Senador Saldanha Derzi, grande proprietário - afirmou publicamente que "os fazendeiros têm que se armar contra as invasões" (dos sem-terra). E é o que acontece...

Como em todo Brasil, a articulação dos grandes é forte, onde não faltam leilões e doações generosas pela "causa" da defesa da propriedade (deles).

Quanto aos sem-terra reunidos em 13 acampamentos, o ex-governador, em 1986, fez acordo com eles de prover assistência e assentamento num prazo de seis meses, com a condição de não fazerem novas ocupações. Promessa não cumprida, hoje há um projeto de reuni-los num só assentamento provisório (já há um assentamento provisório há mais de 3 anos). A tendência dos acampados, todos em situação de desespero (o mais novo acampamento tem um ano), é aceitar essa proposta. Caso contrário, o governo prometeu abandoná-los e mandar a polícia desmontar os acampamentos.

Nos assentamentos já concretizados, o INCRA promove confusão e desarticulação, negando-se a distribuir os lotes, o que faz com que muitos abandonem a área.

Índios - A mão-de-obra indígena é muito solicitada nas 5 destilarias de álcool do Estado, nas grandes fazendas em geral, além de serem levados para outros Estados (Ariquemes-Rondônia e Alta Floresta-MT). Os índios se queixam de que grande parte de seu pagamento fica na FUNAI.

Como não há recursos da FUNAI para atender as comunidades indígenas, estas vendem o que sobrou de suas reservas de madeira e ficam exatamente na mesma situação anterior, devido aos desvios e burocracia que não permitem um retorno real à comunidade do dinheiro conseguido.

Das 29 áreas indígenas oficiais no Estado, 10 estão demarcadas, apenas 4 homologadas e outras 12 já delimitadas. Destas, a maior parte tem conflito: nos últimos dois anos houve cinco despejos feitos pela Polícia Militar (e até tropa de choque), com mandados emitidos por juizes estaduais. A FUNAI, na maioria das vezes, é completamente omissa e conivente.

As áreas indígenas do MS - com exceção da Reserva de Bodoquena - são micro-reservas de, no máximo, 3750 ha, chegando outra a 9 ha, e uma população de aproximadamente 28 mil índios, o que não dá 2 ha por indivíduo.

Completamente sem terra estão os Guató e os Ofaié. Estes últimos considerados extintos pelo antropólogo Darci Ribeiro.

Os últimos encaminhamentos junto à FUNAI, e devido à política de "faixa de fronteira" do governo, sugerem a não demarcação de mais nenhuma área Guarani, nem a área pretendida pelos Guató no Estado, pois todas se encontram nesta categoria. E, como alternativa, o Governo sugere a criação de Colônias Agrícolas Indígenas, gerando confusão e desânimo nos indígenas.

ELEIÇÕES - Os que se elegeram nas últimas eleições fazem parte dos grupos de latifundiários e contrabandistas. O apoio da UDR foi decisivo para estas vitórias. Os eleitos garantem o continuismo da oligarquia rural e de uma política agrícola desfavorável aos pequenos.

JEITO "POPULAR" DO GOVERNO - Como em outros Estados, o MS não deixou de votar representantes que trabalham com Rádio e TV. Três se elegeram por diferentes partidos. Suas mensagens têm grande penetração no meio popular e se aproveitam disso para criarem Conselhos de Bairros e sugerir reivindicações, passando por cima do que já existe, daquilo que os trabalhadores organizaram com muito esforço. O Governador, para dar uma imagem popular, desloca-se para os Municípios de onde despacha acompanhado dos seus secretários. Foram cria-

dos diversos conselhos pelo governo, como o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Conselho Estadual dos Direitos Humanos e Conselho Estadual dos Direitos do Índio. Já houve uma tentativa de criar o Conselho Indígena Estadual a exemplo do Conselho do MT, mas não deu em nada graças à articulação de alguns índios-.

MOVIMENTO POPULAR NO MS

O Movimento Popular(MP) no Estado está muito desorganizado. Há falta de elementos para assessorar. Os militantes atuam em várias frentes simultaneamente. Isto diminui seu rendimento e seu poder de articulação.

Nas eleições, os representantes do MP, como Sérgio Cruz, não foram votados nem pela "base", que preferiu, como os acampados, votar nos "figurões" regionais. E hoje ainda não estão se articulando para as próximas eleições, enquanto os grandes já têm seus candidatos no páreo.

Na maioria das cidades, os MP são fracos, não conseguindo nem eleger o presidente do bairro. Faltam-lhes estratégias mais definidas. As iniciativas de educação popular ainda são muito tímidas.

MOVIMENTO INDÍGENA

Os Guarani fazem reuniões periodicamente e têm conseguido alguns avanços após seguidas cobranças à FUNAI. Dependem, porém, do apoio financeiro do CIMI e de outras entidades. Prometem fazer muita cobrança à FUNAI pela não demarcação de 4 áreas e pela ameaça de implantação de Colônias Agrícolas Indígenas. Há algumas iniciativas de reuniões Guarani de vários Estados. Com outros grupos indígenas do Estado não há articulação.

Os Terena têm um Conselho Tribal que não é representativo. Articulam-se mais em busca de empregos públicos. Entretanto, alguns participam timidamente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Com o Movimento Popular não há articulação sistemática. Houve uma pequena participação nos últimos encontros de CEBs e está iniciando uma jornada de Escola Sindical, além de alguns Guarani participarem, com os sem-terra, de um curso de preparação de monitores de

13

alfabetização.

ATUAÇÃO DO CIMI

Em muitos momentos, o Regional MS não tem conseguido viabilizar seus objetivos por falta de estratégias adequadas. Nos últimos dois anos, a principal atividade do Regional foi direcionada ao apoio a quatro grupos indígenas na retomada e garantia de suas terras, e com ajuda infra-estrutural ao movimento indígena nas suas reuniões e viagens.

Junto aos índios Terena atuam três Irmãs e dois Padres. Junto aos Guarani atuam três leigos liberados e uma religiosa, num trabalho mais "volante" entre as comunidades. Iniciou-se o trabalho de formação de lideranças, retomou-se a formação e acompanhamento de monitores de alfabetização indígena e viabiliza-se o mínimo necessário para o funcionamento de uma escola indígena. Junto aos Ofaié, um leigo dedica-se à reconquista de uma parte do território tradicional destes índios, procurando reuni-los novamente, evitando sua extinção total.

No momento, o Regional está dando muita ênfase ao trabalho com a sociedade envolvente, sem que haja um retorno significativo para as comunidades indígenas. A coordenação se envolve muito com reuniões de pastoral diocesana e da CNBB. Com os movimentos populares o Regional está se empenhando para que os índios tenham um espaço de articulação e apoio. Começa também a fazer parte do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e do Conselho Estadual dos Direitos do Índio, além de participar dos Grupos de Apoio ao Índio.

I - NATUREZA DOS GRANDES PROJETOS

Neste estudo caracterizamos como GRANDES PROJETOS os que têm, como ponto comum, um grande impacto sobre a população envolvente, embora com características diferentes. Distinguimos 04 categorias:

1. Os comumente definidos como GRANDES PROJETOS:

- a) São GOVERNAMENTAIS, projetados de cima para baixo sem participação popular e nem dos governos estaduais.
- b) Usam em sua realização uma tecnologia avançada e equipamentos sofisticados.
- c) Precisam de vultosos financiamentos de bancos multinacionais.

Na Amazônia enquadram-se nesta categoria:

- Projeto Grande Carajás
- Projeto Polonoroeste
- Hidrelétricas
- Rodovias e ferrovias

2. Os PROJETOS de grande impacto social e que se apresentam como solução do problema social.

Podemos incluir neste grupo os Projetos Federais executados pelo INCRA e GETAT.

3. Os PROJETOS de empresas privadas, financiados e executados pelo CAPITAL PARTICULAR, nacional ou estrangeiro. Recebem apoio do Governo através de INCENTIVOS FISCAIS e são favorecidos muitas vezes com procedimentos contrários à lei.

Incluimos aqui os projetos de exploração de madeira, latifúndios e empreiteiras.

4. Projeto Calha Norte que também se enquadra na filosofia dos anteriores, mas tem conotações específicas. É um projeto geo-político-militar controlado pelo CSN (Conselho de Segurança Nacional)

II - CAPITALISMO NA AMAZÔNIA E NOS PAÍSES RICOS: ELEMENTO COMUM E DIFERENÇAS

A competitividade dos projetos capitalistas na Amazônia se caracteriza como uma procura de lucro a curto prazo, em contraposição ao desenvolvimento do capitalismo nos países ricos, onde as vantagens

são calculadas a longo prazo, não se permitindo a devastação selvagem dos recursos naturais.

Na Amazônia, o mesmo capitalismo se apresenta conflitivo e desarticulado, o que inviabiliza qualquer exploração mais racional dos recursos naturais. O lucro é o componente que liga os projetos da Amazônia ao capitalismo do primeiro mundo.

- O PAPEL DO ESTADO

Numa prática capitalista conflitiva entre si e com os interesses do povo, qual o papel do Estado que ao mesmo tempo se sustenta com o capital e precisa do apoio popular?

O Estado assume a função de acomodador de conflitos, de unificador, em benefício do grande capital apesar de todas as contradições que vive. Utiliza-se, nesta tarefa, dos meios de comunicação, que procuram convencer a população da beleza do desenvolvimento e da necessidade do sacrifício social. O Plano Cruzado foi um exemplo desta prática, em que o Governo precisava do apoio do povo.

- AS AGÊNCIAS FINANCIADORAS

As agências financiadoras, especialmente o Banco Mundial, exercem uma prática mais planejada e inteligente que, às vezes, se contrapõe a interesses imediatos do capital local.

Essa prática se manifesta muito claramente no Polonoroeste, onde o Banco Mundial objetiva criar uma classe média rural conservadora, capaz de consumir os produtos industrializados do Centro-Sul do país.

Entende-se, a partir daí, a exigência do Banco Mundial com relação à demarcação das terras indígenas que se localizam nas áreas de influência dos projetos que ele financia: Carajás, Polonoroeste, Hidrelétricas etc., que, além de não acarretar altos custos, cria internacionalmente uma boa imagem do Banco Mundial.

- CAPITAL PRIVADO E ESTATAL

Cabe aqui destacar a diferença entre os objetivos e as práticas do capital privado e das estatais.

- a) primeiramente, queremos ressaltar o poder das Estatais, que se tornaram tão poderosas a ponto de constituírem quase que um estado dentro do Estado. São exemplo disso: Petrobrás, Eletrobrás, C. V.R.D. etc.
- b) em segundo lugar, o capital privado, as firmas multinacionais precisam produzir e lucrar para sobreviver. Isto nem sempre acontece com as Estatais, que, embora sem lucros, encontram outras formas para se reproduzirem, através da criação de grandes projetos para captar os recursos necessários à sua sobrevivência. Um exemplo disto é a UHE de Tucuruí que, tendo capacidade para gerar energia através de oito turbinas, se limita ao funcionamento com apenas quatro, ao mesmo tempo em que está sendo projetada a colossal UHE do Xingu.

- O PORQUE DAS ESCOLHAS

- A colonização planejada no Norte, para resolver a questão agrária e as tensões sociais no Sul, tem-se revelado um fracasso. O problema poderia ser resolvido através da reforma Agrária e da Migração espontânea.

- O preço ecológico e social a ser pago pelas grandes hidrelétricas é grande demais. A tendência no mundo inteiro hoje é optar pelas pequenas represas que provocam danos bem menores e aproveitamento maior.

- Apesar disso, o atual Governo insiste na colonização dirigida e na construção das grandes hidrelétricas. Dessa forma ele pretende resolver problemas imediatos de conflitos sociais optando pelos interesses das estatais e das empreiteiras.

- O CALHA NORTE

O projeto Calha Norte se caracteriza como um projeto geo-político-militar que tem sua filosofia baseada no binômio segurança - desenvolvimento.

Transparece também a tentativa brasileira em garantir a hegemonia do hemisfério Sul. Criam-se assim duas barreiras, uma ao norte pelos Estados Unidos, e outra ao Sul, pelo Brasil, para impedir a difusão das idéias socializantes provenientes do Caribe. A ocupação das fronteiras, necessária, segundo os membros do projeto, para a Segurança Nacional, prevê a criação de setores agro-pecuários e industriais a serem implantados em torno das guarnições militares já instaladas ou em fase de instalação, todas incidentes em áreas indígenas. Mais uma vez os índios não podem ser obstáculo ao Progresso.

III - CONSEQUÊNCIAS DOS GRANDES PROJETOS PARA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS.

Distinguimos as consequências nefastas dos grandes projetos para as populações indígenas em externas e internas.

Por externas entendemos a não demarcação das terras indígenas, a diminuição dos territórios, as invasões, o esbulho das riquezas naturais e os efeitos colaterais como a mudança no ecossistema.

Por internas entendemos as violentas mudanças na estrutura etno-sócio-econômica das comunidades indígenas.

1 - CONSEQUÊNCIAS EXTERNAS

a) **RODOVIAS:** Na Amazônia legal, 40 reservas indígenas são cortadas por estradas, 24 tem estradas que passam a 10 km e 30 reservas estão situadas a 100 km.

b) **FERROVIAS:** - Linha Guajajara-Mirim/Porto Velho, construída no início desse século para o transporte da seringa. Ao longo desta linha foi iniciado o desmatamento da floresta. Esta ferrovia, em Rondônia provoca a invasão de terras indígenas desde a sua construção até hoje.

- Linha Carajás-Ponta da Madeira/São Luis, serve para transporte de minério até o porto. Atravessa a terra dos Parakategê (Gavião-PA) e costeia as reservas dos Guajajara-MA e o território de perambulação dos Guajá no Maranhão.

Os animais da caça desapareceram das reservas indígenas devido ao barulho constante, os minérios que são transportados em combóios abertos desprendem um pó que se deposita sobre as vegetações criando com o tempo grande clareiras.

c) **HIDRELÉTRICAS:** até agora oito incidem em áreas indígenas na Amazônia.

UHE	POVOS INDÍGENAS	POPULAÇÃO
Tucuruí (PA)	Parakanã, Parakategê, Guajajarã	1.200
Balbina (AM)	Waimiri-Atroari	350
Porteira (PA-AM-RR)	Wai-Wai, Skariana, Kaxuyana grupos isolados	1.000-1.200
Samuel (RO)	Urueu-wau-wau, Paakanova Parintintin, Tenharin	500-1.000
Ávila (RO)	Isolados, Latundê, Sabonê Nambiquara, Aitana	108
Ji-Paraná (RO)	Gavião, Zoró, Arara, Tenharin	613

Paredão (RR)	Yanomami, Makuxi	23.997
Manso (MT)	Bakairi	448

d) MINERADORAS: Foram concedidos 537 alvarás de autorização de pesquisas e encaminhado 1737 requerimentos de pesquisa, incidentes em 77 áreas indígenas afetando um território de 3.700.000 ha.

Além das mineradoras é frequente a invasão das áreas indígenas por garimpeiros.

e) CALHA NORTE: Encontra-se sustados pelo CSN 30 processos de demarcação de áreas indígenas, 24 das quais por incidirem na faixa de fronteira e as outras 6 consideradas muito extensas.

2 - CONSEQUÊNCIAS INTERNAS

Os índios são de entrave à realização dos grandes projetos na Amazônia, não só porque a eles pertencem parte das terras e riquezas, mas devido ao choque entre culturas e ideologias diferentes. As culturas indígenas, apesar de diversificadas entre si, comparadas com a chamada civilização ocidental, possuem características comuns que a ela se contrapõem.

Ao comparar umas das características da sociedade ou cultura indígena com as da sociedade nacional é óbvio que o conflito é inevitável. As duas tem maneiras bem diferentes de relacionar-se com Deus, os homens e o mundo.

Os Grandes Projetos visam, diretamente ou indiretamente mudar a cabeça dos índios a fim de atingir os seus objetivos sem resistência.

O Capitalismo exige mudança de mentalidade:

- da TERRA como fonte de subsistência e de identidade, à terra como mercadoria de compra e venda.
- do BEM ESTAR COLETIVO, à acumulação individual e competitiva.
- do TRABALHO COLETIVO E GRATUITO, ao trabalho especializado e remunerado.
- de UMA ECONOMIA AUTO-SUFICIENTE a uma economia dependente.
- a MUDANÇA NO ECOSISTEMA (corte de madeira, diminuição de economia, poluição dos rios) provoca necessariamente mudanças de economia

ESTRATÉGIAS DO CAPITALISMO COM OS ÍNDIOS

- introduzindo trabalhos privilegiados através das contratações de índios.
- introduzindo um número desproporcional de funcionários e trabalhadores brancos nas aldeias.
- provocando quebra e enfraquecimento no sistema de crença e no

sistema social.

- d) modificando a economia da aldeia através de projetos subsidiados.
- e) se utilizando da escola do branco para o índio.
- f) dando superioridade aos produtos industrializados através da melhoria da infraestrutura da FUNAI e distribuição de presentes e "missangas tecnológicas" (tratores, caminhões, motores).
- g) formação de classes sociais através do controle dos recursos por parte de alguns indivíduos.
- h) cooptação e/ou enfraquecimento das lideranças.
- i) fomentando as divisões internas para quebrar a resistência.

Esta investida está provocando transformações perigosas na vida das aldeias.

A entrada de dinheiro e recursos gera nos índios o gosto de ter as coisas de branco e a dependência externa.

No dia em que os "presentes" terminam os índios querem mais e se tornam fácil presa de mineradoras, garimpos, madeireiras.

As CONSEQUÊNCIAS SÃO ALARMANTES: depredação, poluição, alcoolismo, brigas e despejo irrefletido de recursos.

A sociedade nacional precisa tomar consciência desta investida contra as populações indígenas e os índios precisam serem esclarecidos das consequências do esbulho criminoso de suas riquezas, da perda dos seus valores e da ameaça para a sobrevivência física e étnica num futuro próximo.

IV - CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Frente ao impacto dos grandes projetos sobre as populações indígenas, qual a ação do CIMI junto a sociedade envolvente e qual o trabalho junto aos povos indígenas?

Achamos importante levantar alguns questionamentos e fazer algumas considerações em vista de pistas para a ação.

1 - AÇÃO JUNTO À SOCIEDADE ENVOLVENTE:

A) Constatamos que o trabalho de informação-denúncia, levado em frente pelo CIMI através de publicações, informes, documentação, tem dado bons resultados. A opinião pública está mais sensibilizada quanto à problemática indígena.

- Nos parece que o método dos DOSSIES é bem eficaz porque oferece uma série de dados documentados e aproveitados por setores da sociedade. Particularmente oportuno foi o levantamento CEDI-CONAGE sobre a mineração nas áreas indígenas e o do CALHA NORTE.

- São importantes também as CAMPANHAS específicas, porém achamos necessária uma avaliação sobre como conduzi-las: escolha do momento mais oportuno, duração, coordenação, material usado, destinatários.

- uma maior articulação com instituições como IBASE, CEDI, UNIVERSIDADES..... na produção de pesquisas e informações que tornara nossa ação mais eficaz.

B) Em nossa análise afirmamos que existem projetos capitalistas em competição. O conflito as vezes se dá entre o Estado e os capitais sobretudo a nível político. Forças sociais, sentimentos nacionalistas, escândalos, tornam frequentemente o cenário amazônico como o encontro de forças conflitantes. O aproveitamento dos conflitos, através de alianças parciais e temporárias cria frequentemente um problema no CIMI: até que ponto as alianças estratégicas não resultam em comprometimento? Seria interessante uma análise da participação dos antropólogos no Convênio CVRD: Ferro Carajás - apoio as comunidades indígenas. As situações se apresentam tão diversificadas e o jogo tão delicado que não podemos estabelecer normas.

ALGUNS PONTOS ACHAMOS PACÍFICOS:

- 1 - Em toda ação deve resultar claro que estamos do lado da causa indígena e das populares.
- 2 - Deve resultar claro o posicionamento do CIMI frente ao Capitalismo.
- 3 - Achamos inviável ficar simplesmente contra tudo e todos. É importante estudar realisticamente a conjuntura e aproveitar as divisões em favor da causa indígena.

C) Ultimamente aparece sempre mais forte a contribuição específica da assessoria jurídica.

2 - AÇÃO JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS

a) As mudanças do ecossistema nas áreas indígenas (desmatamento, diminuição da caça etc.), as mudanças culturais devido à influência da sociedade envolvente, tornam sempre mais necessário e urgente um estudo sobre alternativas econômicas de subsistência.

Devido à influência de várias outras agências externas, os índios não acham negócio saber o que não presta, mas querem encontrar soluções no relacionamento com o branco.

A nossa ação nos campos da saúde e educação também não podem esquecer a realidade dos grande projetos.

b) Sempre insistimos muito sobre a autodeterminação dos povos indígenas e continua sendo uma bandeira e um objetivo da nossa ação. No entanto, devido à manipulação externa, assistimos por parte dos índios à escolhas frequentes que prejudicam suas comunidades. O que fazer? Muitas vezes nos encontramos num impasse. Os índios recebem informações de nossa parte, mas também informações e atitudes contrárias por parte de outros. Os índios acabam escolhendo o que acham ser a vantagem mais imediata. Ao mesmo tempo a manipulação e corrupção das lideranças tira à comunidade a possibilidade de

21

participação e gestão.

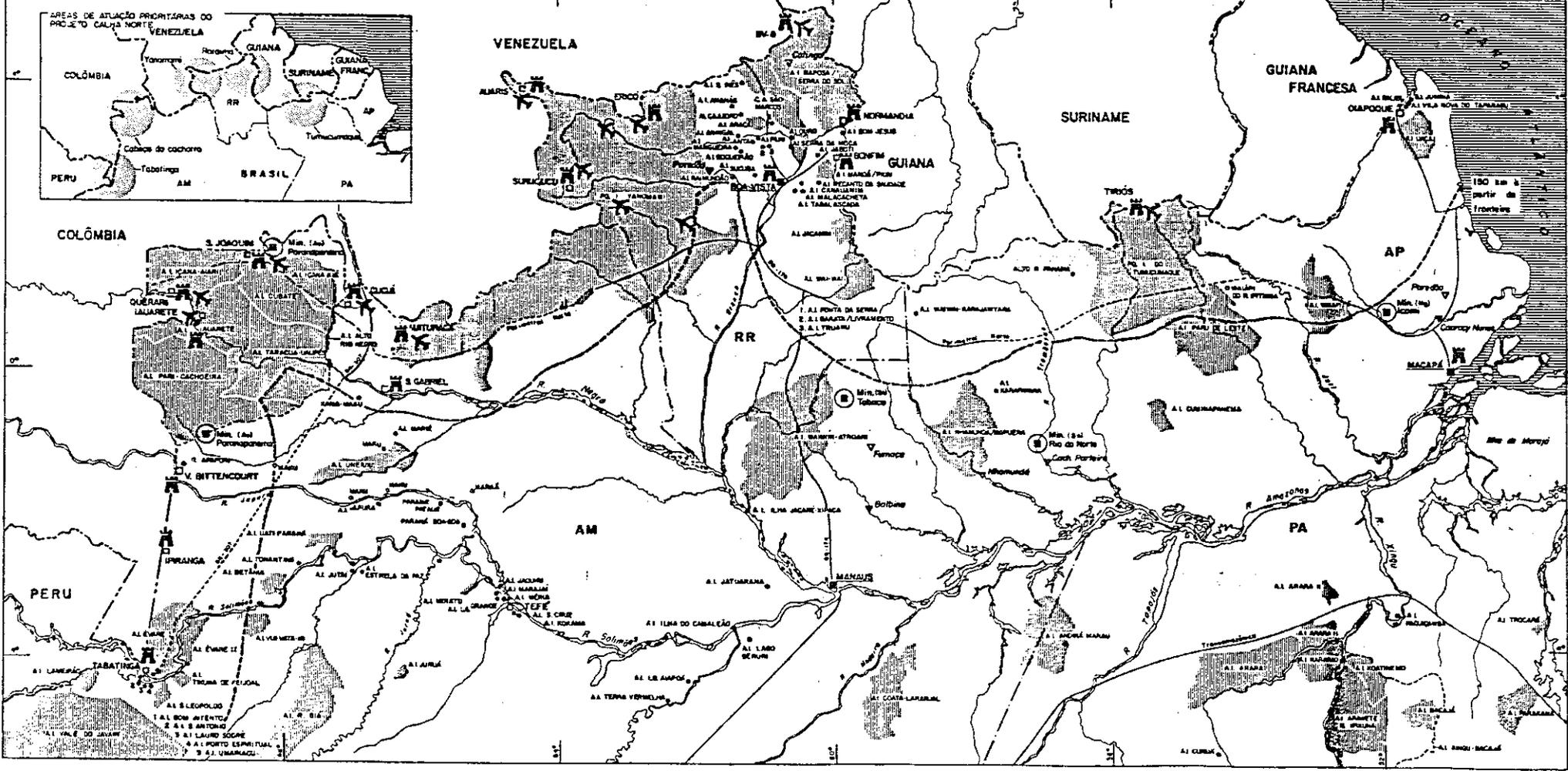
Um caminho usado pelo CIMI são os cursos a nível interregional, regional e local. Os cursos, além da informação, permitem um conforto entre os índios longe das pressões locais e com possibilidades de soluções mais objetivas.

Achamos que essa prática precisa ser mais avaliada e aperfeiçoada.

- c) Vários fatores contribuem para que os índios não caminhem de maneira suficientemente rápida para uma organização eficaz. No entanto, frente aos grandes projetos, a organização indígena representativa seria um instrumento de luta formidável. O que fazer? Como prestar serviço para o fortalecimento da organização indígena? É possível? Onde faltamos? Precisamos refletir e nos organizar a esse respeito, a partir da história e de uma análise conjunta.

Belém, 16,17,18 de maio de 1987.

POVOS INDÍGENAS NA FAIXA DE FRONTEIRA NORTE DO BRASIL



- LEGENDA**
- ▨ ÁREA INDÍGENA - A.I.
 - A.I. (não representada neste mapa)
 - CÍRCULO "ISOLADOS"
 - CIDADES
 - DIVISA INTERNACIONAL
 - - - DIVISA INTERESTADUAL
 - RODOVIA em projeto
 - - - RODOVIA implantada
 - ▽ HIDROELÉTRICA proposta
 - ▽ HIDROELÉTRICA em construção ou em funcionamento
 - ⊕ PROJETOS DE MINERAÇÃO
 - ⊕ e suas unidades de concessão
 - ▲ BASES DO EXÉRCITO
 - ✈ BASES DA AERONÁUTICA

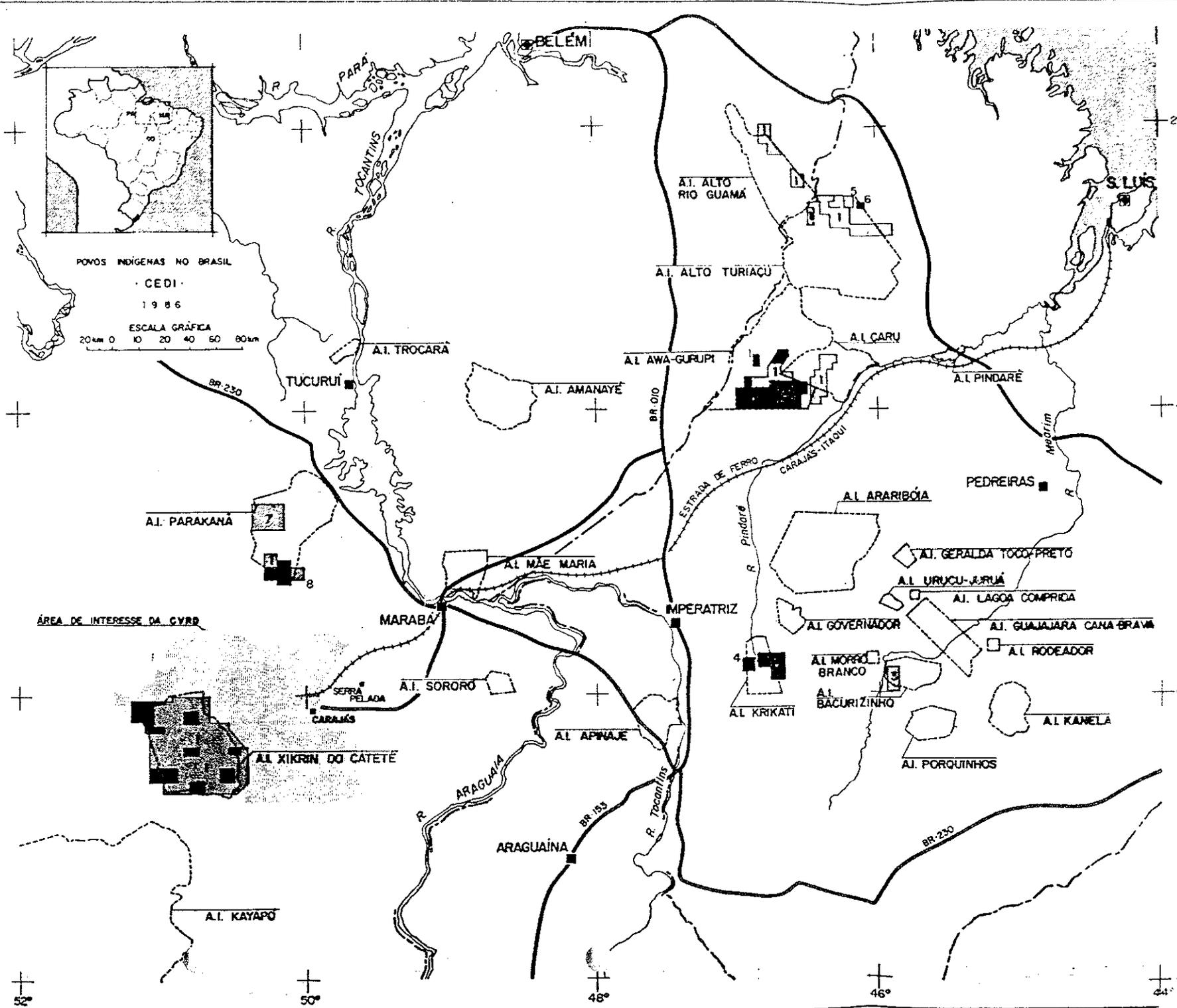
Escala Gráfica
 0 50 100 150 200 km

GRUPO ECONÔMICO (EMPRESA)

- 1- CVRD
- 2- Paranapanema
- 3- Mibracem
- 4- Petrobrás
- 5- Brumadinho
- 6- Pedro Lopes
- 8- General Electric
- 9. Brascan BP

CONVENÇÕES

- Área Indígena
- - - Divisa Internacional
- - - Divisa Interestadual
- ~ Curso D'Água
- Cidade
- Capital do Estado
- Alvarã
- Requerimento



POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

CEDI
1986

ESCALA GRÁFICA
20 km 0 10 20 40 60 80 km

ÁREA DE INTERESSE DA CVRD

C.E. CEDI/CONAGE

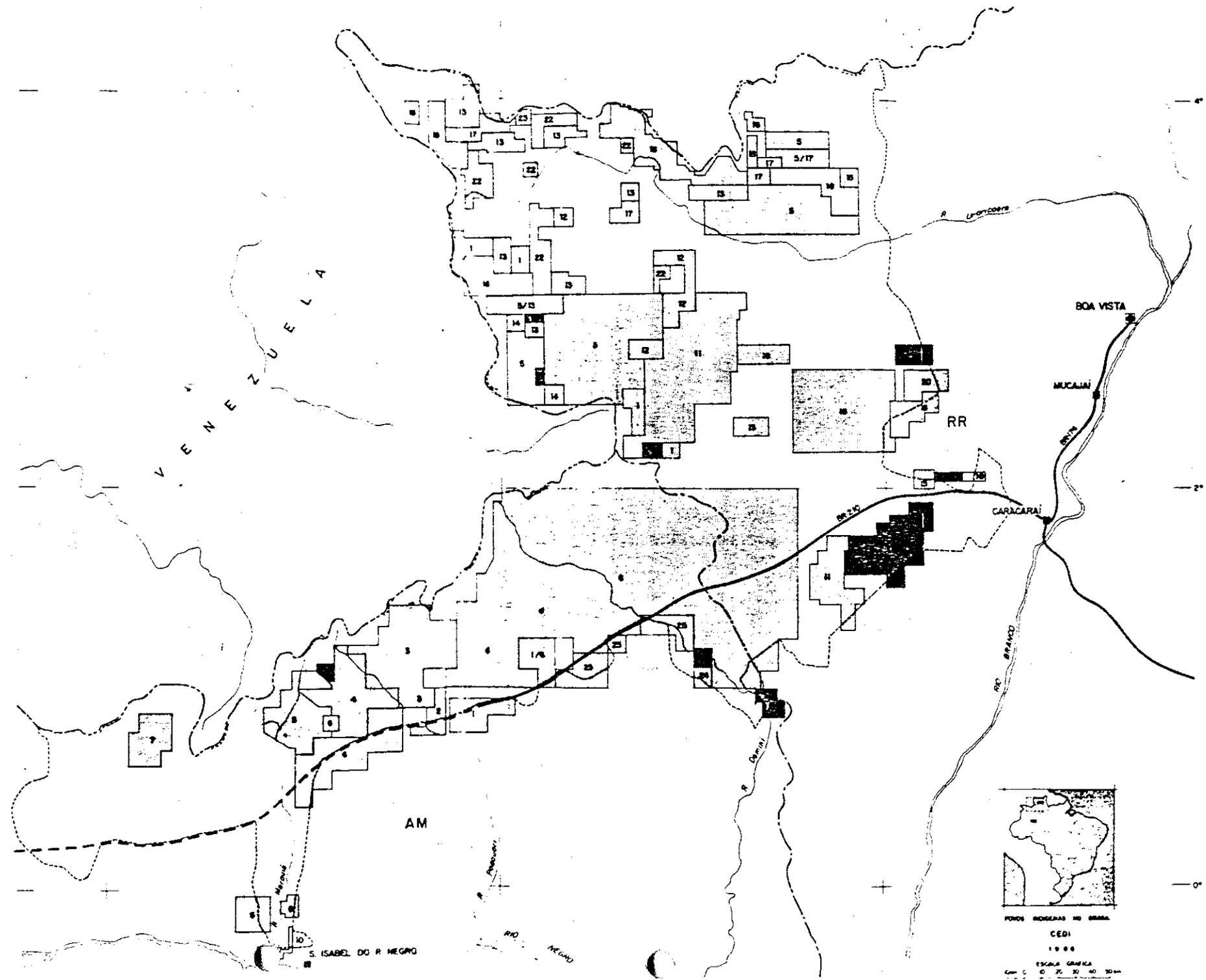
Fonte:
PROSIG/DNPM - 26.01.86 (MA)
27.01.86 (PA)

GRUPO ECONÔMICO (EMPRESA)

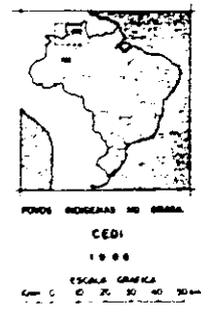
- 1- Borel
- 2- Pompéia
- 3- Cesa
- 4- Aracati
- 5- Cia. Min. e Participações
- 6- Nequimbrão
- 7- Vila do Príncipe
- 8- M.J. Scalabrín
- 9- Pegasus
- 10- Vale do S. João
- 11- Honora de Roraima
- 12- Traces
- 13- Codemine
- 14- Brumadinho
- 15- Parapanema
- 16- Rio Vivenda
- 17- Brascan
- 18- CPRM
- 19- Mutum
- 20- Rosendo Simoeses
- 21- Mineral
- 22- Fátima
- 23- CVRD
- 24- Marim
- 25- Itacú

CONVENÇÕES

- Terra Indígena Yanomami
- Divisa Internacional
- Divisa Interestadual
- Curso d'Água
- Cidade
- Capital de Estado
- Alvará
- Aquecimento

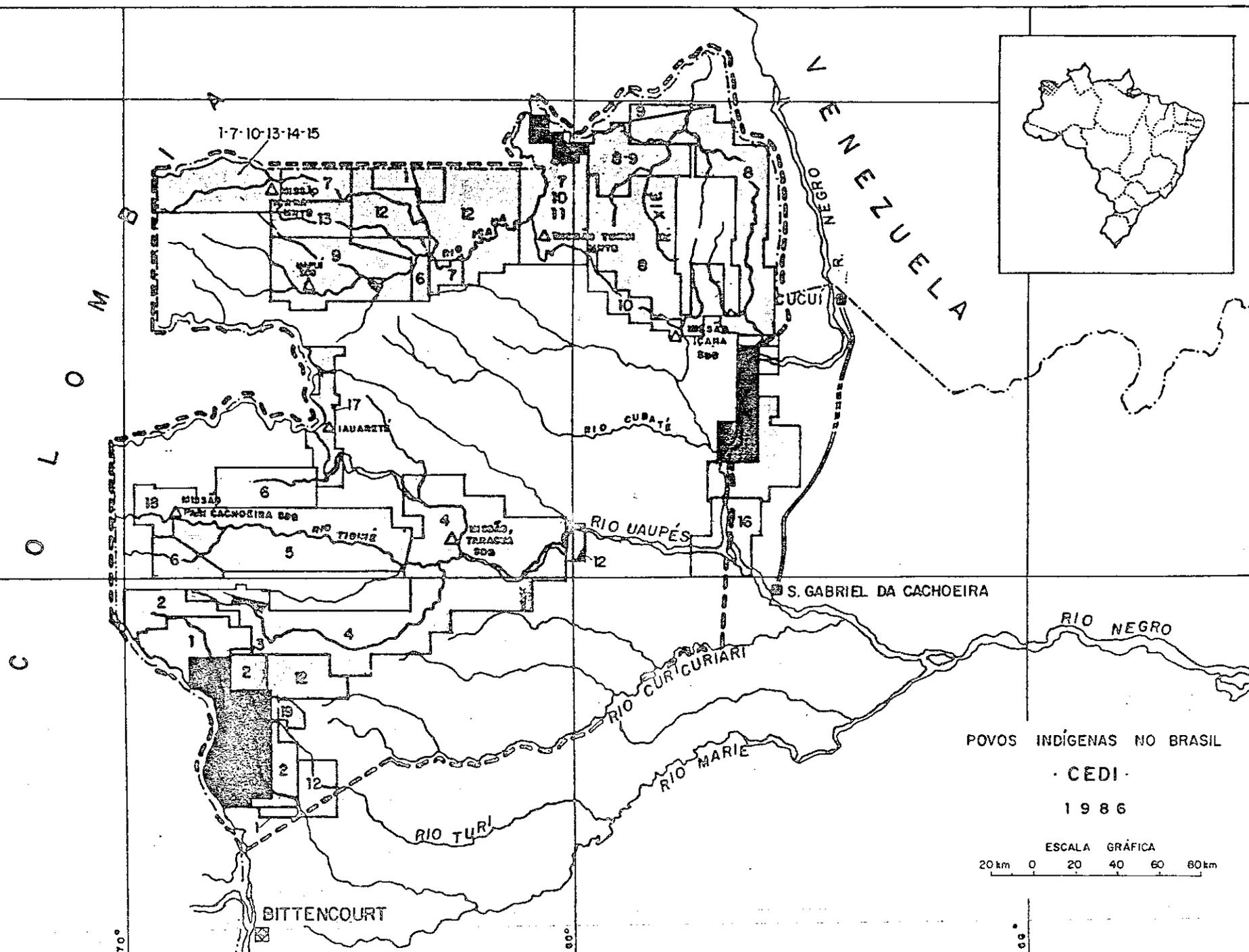


C.E. CEDI/CONAGE
 Fonte:
 BRASIL/OPM - 04.01.88 (ER)
 15.6.86 SAP.



INTERESSES DE EMPRESAS DE MINERAÇÃO INCIDENTES NA A.I. ALTO RIO NEGRO

28



GRUPO ECONÔMICO (EMPRESA)

- 1 Paranapanema
- 2 Paraíso
- 3 Continental
- 4 Galena
- 5 Jaraúba
- 6 Cramisa
- 7 Edgar Rohnelt
- 8 Brumadinho
- 9 HB
- 10 M.J. Scalabrin
- 11 Urano
- 12 Sergan
- 13 Hexágono
- 14 Crasa
- 15 Brascan
- 16 Internacional
- 17 Serra da Seringa
- 18 Ceriumbrás
- 19 Luiz Sales de Souza

Requerimentos

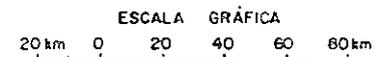
Alvarás

A.I. ALTO RIO NEGRO

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

CEDI

1986



G.E. CEDI/CONAGE
 Fonte:
 PROSIG/DNPM - 10.01.86

RELATÓRIO DO CIMI NORTE I

34

VII ASSEMBLÉIA GERAL DO CIMI

PROJETO DOMINANTE VERSUS PROJETO POPULAR

I - INTRODUÇÃO

A propósito do tema da Assembléia Nacional do CIMI, o Regional Norte I inaugurou uma investigação com o fito de identificar, compreender, visualizar o projeto dominante e, ao mesmo tempo, dimensionar o projeto popular, no Estado do Amazonas e Território de Roraima.

Obra que procura contextualizar a ação missionária em favor das populações indígenas, na luta pela garantia de seus direitos à vida, à cultura, a terra e a autodeterminação. O objetivo maior foi desenvolver um trabalho mais consentâneo com a realidade, e mais eficaz no que toca a benefícios as comunidades indígenas.

Com a colaboração de cientistas sociais, médicos, professores e missionários, promoveu-se estudos e discussões, que de imediato, são coincidentes com a análise produzida no Seminário da Amazônia, realizado em setembro do ano passado, pelo próprio CIMI.

Desta forma, incorporamos os resultados do referido Seminário, como o fazemos do Dossiê Amazônia elaborado pelo IBASE, em 1986.

PROJETO DOMINANTE

A investigação das estratégias e táticas, com os projetos específicos do capital, inicialmente esbarram na dificuldade de invormação, a qual é negada, distorcida e manipulada pelos agentes do capital.

Contudo a análise dos setores da economia, como da política governamental em diversos campos, permite a visão geral que precisa ser aprofundada. Entretanto, é a partir desses métodos, que produzimos o que se segue:

Integração da Amazônia

Desde a II^a guerra mundial, o capital internacional promove a articulação da região aos mercados mundiais. Evidentemente, que antes, no ciclo da borracha pretendeu-se o mesmo, contudo, é só a partir de 1942 com a criação do Banco de Crédito da Bo

Borracha S.A., transformado em 1966 em Banco da Amazônia, e da Superintendência de Plano de Valorização Econômica da Amazônia em 1950, que igualmente foi transformada na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 1966, criaram-se os instrumentos, que vieram a produzir a transformação da região, caracterizada mais pelo saque perpetrado contra os recursos naturais e em detrimento da população regional e indígena, do que pelos benefícios incorporados a Amazônia e aos seus habitantes.

Ocorre que a amazônia é vista como a grande reserva de recursos naturais, minerais, florestais, vegetais, hídricos necessários ao atual desenvolvimento do capitalismo internacional. Como também é vista como um dos maiores mercados receptores do mundo de produtos industrializados, decorrentes da implantação de obras como estradas, pontes, portos, aeroportos, hidroelétricas, redes de transmissão de energia, redes de telecomunicações.

O desejo do capital é satisfeito pela decisão dos governos brasileiros, passados, sobretudo pós-64, de integrar o país ao mercado internacional, só que na condição de parceiro marginal.

Então rasga-se a legião de estradas, a primeira delas foi a Belém - Brasília (1957-1960). Em seguida transfere-se expressivo contingente populacional do nordeste, "para dar terra aos homens sem terra nas terras sem dono da amazônia". Manobra assentada na doutrina de segurança nacional, buscava esvasiar as tensões no nordeste causadas pela concentração da terra nas mãos do latifúndio, e ao mesmo tempo garantir a defesa AMAZÔNIA fronteira com muitos países da América Latina.

O passo seguinte foi a edição de um conjunto de leis que visavam garantir o desenvolvimento da região. Além das medidas já citadas, com a criação dos órgãos de planejamento e financeiros SUDAM e BASA, cria-se o Programa da Integração Nacional-PIN, o POLOAMAZONIA, PROTERRA, a ZONA FRANCA DE MANAUS, POLONOROESTE.

Assim combinando o assentamento de nordestinos e mineiros no Mato Grosso, Goiás, Pará, e lavradores sulistas em Rondônia e Acre, com empreendimentos agropecuários e industriais, almeja-se substituir as atividades desenvolvidas na região.

O resultado da política governamental, de incentivos fiscais, e de programas agropecuários e industriais, é denunciada pelo 1º Plano de Desenvolvimento da Amazônia-PDA, da Nova República, que entende que apesar de algum crescimento verificado na região, a mesma continua subdesenvolvida, o que prevaleceu foi o centro de decisão sul-sudeste, drenando recursos auferidos no norte, e tornando a região dependente de insumos e tecnologia do sul do país. "A política setorial desenvolvida é altamente concentradora de recursos, especialmente nos grandes polos urbanos, gerando um sistema de dependência das áreas de periferia e de forte esvaziamento econômico!"

Na região se assiste o "paradoxo da abundância de uma região extremamente rica onde vive uma população extremamente pobre".

Mas o PDA-Nova República, sugere o reforço da mesma política e a aplicação dos mesmos instrumentos.

Em verdade os grandes beneficiários da ação do governo foram os grandes grupos econômicos, que face a disputa acirrada pelos mercados na região, vem se aglutinando, fundindo em conglomerados chamados "holdings". Que se distribuem pelos diversos setores. De Construção Civil Pesada: Camargo Correa, Mendes JR., Andrade Gutierrez, Odebrecht. Mineração: Grupo Paranapanema, Companhia Vale do Rio Doce, Mineração Brasileira Reunida-MBR, Grupo Caemi, Rio do Norte, Billiton Metais (Shell), Acoa, Companhia Brasileira de Alumínio-CBA (do grupo Votorantim-Ermínio de Moraes), Hippon Amazon Alumínio Co. Ltda.-NAAC. Financeiro: Bradesco, Itaú, Bamerindus. Os multilaterais: Banco Mundial, Citibank, Banco de Tóquio. As instituições governamentais: Overseas Cooperatin Fund - OECF, Japan Internacional Cooperatin Agencia - JICA.

Setor Fundiário

O que se assiste no setor fundiário é a concentração da terra. Restringindo a questão só ao Estado do Amazonas, verifica-se nos próprios dados do INCRA, que dos estabelecimentos rurais 96% correspondem a propriedades de menos de 100 hectares, enquanto apenas 1% corresponde as propriedades de mais de 1.000 hectares.

A concentração evidencia-se considerando os dados referentes a 152 empresas, que juntas totalizam 40 milhões de hectares, superfície equivalente a soma dos Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte e Paraíba. Só a Empresa Manasa Madeireira Nacional S/A., com 4.300.000 hectares, detem área correspondente a superfície do Estado do Rio de Janeiro.

Os dez (10) maiores latifúndios no Estado Juntos somam mais de 12.000.000 de hectares, onde destacam-se além da Manasa, no município de Lábrea, a Aplub Agroflorestral Amazônia S/A., com 2.245.622,5 hectares, nos municípios de Fonte Boa, Carauari, Juruá. Advirta-se para o fato de que os grandes grupos se fracionam numa miríade de subsidiárias, para pagar menos ITR.

O mais grave resulta do acesso do capital estrangeiro as terras brasileiras, provocando conseqüentemente a desnacionalização de nossas terras. Pode-se com facilidade elencar 50 grupos das nacionalidades Norte Americana, Canadense, Japonesa, Holandesa, Alemã, Austríaca, Belga, Chinesa.

No Estado do Amazonas, encontra-se a Manasa de origem Chinesa, a Toyo Menka, esta com 500.000 hec., a Victor Cohwell, com 4.530 hectares.

Face a inquietação da opinião pública sobre o as-

sunto, em 1967, foi instalada no Congresso Nacional uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que atuou até 1968, a qual concluiu que estavam em poder de estrangeiros 12.943.947 hectares, dos quais 54% localizavam-se nos estados do Pará, Roraima e Amazonas, e o resto na Bahia. O relatório da Comissão informa que a impressão era de que as empresas faziam um cordão de isolamento da Amazônia do resto do país.

Setor Agropecuário

Este foi o setor em que o Estado mais investiu, criando diversos planos como o Poloamazonia e Proterra. A Amanônia em 1971 foi declarada ideal para a pecuária, sendo que o BASA, entre 1975 e 1979 empregou 90% de seus recursos em financiamento à pecuária, para áreas nunca inferiores a 25.000 hectares. O Proterra destinou apenas 2% de crédito aos lavradores sem terra para a aquisição de terra. 75% dos créditos beneficiaram os latifúndios e grupos econômicos que se assentaram na região.

Analizando os dados do setor verifica-se que as propriedades rurais com mais de 1.000 hectares destinam 78% de suas áreas para o cultivo de lavouras e de pastagens. Em Roraima, esse percentual alcança 99%, no Amapá 91% e no Amazonas 78%, ao contrário das pequenas propriedades de menos de 100 hectares, que destinam apenas 26% de suas áreas para essas atividades.

Contudo, observando a produção dessas propriedades, verifica-se que as de menos de 100 hectares tem produtividade superior a 50%, enquanto as de mais de 1.000 hectares contribuem apenas com 20%.

O item pecuária isoladamente mostra que as grandes propriedades suplantam as pequenas.

Entretanto verificando a quantidade de hectares destinados a pecuária, a produtividade das pequenas propriedades foi 8 vezes maior, no ano de 1980, conforme Censo IBGE. Só em Roraima essa produtividade foi 45 vezes maior das pequenas para as grandes propriedades.

No que toca a produção agrícola, observa-se a nível geral, pelos dados do anuário Estatístico do IBGE de 1980, que houve um crescimento de 6%. No entanto esse crescimento é aparente. Comparando os censos anteriores, observa-se uma queda da produção.

No Estado do Amazonas a queda foi maior considerando produtos como o arroz, o feijão e o cacau. A juta atividade tradicional do estado registra uma queda de 85%. Os únicos produtos que apontam um certo crescimento foram a mandioca, o milho e a pimenta do reino.

Os dados do setor agropecuário permitem a conclusão quando comparados com a produção de outras regiões do país, que na região a política governamental levou a concentração fundiária

violenta, com sangrentos conflitos pela posse da terra, e com uma produção muito baixa ou nula.

Setor Madeireiro

Este setor junto como de pesca reúne grandes atrativos para o investimento de capital, dada a quantidade de madeira disponível para o mercado mobiliário, de produtos medicinais para a indústria farmacêutica e química, além de uma infinidade de oleosas, que podem ser aproveitados industrialmente.

Desde a 2^a grande guerra a atividade madeireira cresceu assustadoramente, suplantando em algumas regiões a extração da borracha, da sorva e balata. Os grandes grupos internacionais de olho dessa potencialidade se apossaram de vastas regiões, como é exemplo a Wolkswagem-alemã, da mesma forma que para a região se deslocaram os grupos nacionais, como é o caso do Bradesco. Foi divulgado pela Imprensa do sul do país, que a PARANAPANEMA, tornou-se a maior acionária da Manasa Madeireira Nacional S/A., que detem 4 milhões de hectares em Lábrea.

No princípio a atividade se desenvolvia pelas várzeas dos rios, mas com o surgimento das estradas, interiorizou-se. Até 1973 exportava-se madeira em toras, face a exigência da lei de um beneficiamento preliminar multiplicaram-se as serrarias, sobretudo no Estado do Pará, nas regiões das ilhas e baixo Tocantins, e no estado do Amazonas, em Manaus e Itacoatiara. Calcula-se, segundo o Censo IBGE de 1980, que existam 2431 serrarias na Amazônia.

O processo de derrubada varia desde o manejo tradicional de machado, seletivo, e que menos agride a natureza, até o que utiliza tratores de esteiras com correntes, que derrubam indiscriminadamente as árvores. Essa atividade junto com a pecuária é responsável pelas maiores agressões ao meio ambiente. O Instituto de Pesquisas Espaciais, de São Paulo, estima que no ano 2.000 toda a floresta do estado do Pará estará derrubada. Que em 1988, em Rondônia, não existirá floresta, ou seja, daqui a dois anos. Acre estará sem floresta em 1993. A taxa anual de desmatamento é 40.000 hectares.

Para esse acelerado desmatamento colabora o Estatuto da Terra que considera terra nua, a terra coberta por floresta, e que leva os proprietários rurais a derrubada da mata, para fugir ao pagamento de impostos, visto que, essa atividade é benfiteira. O que agrava com a possibilidade de incentivos fiscais e créditos, sobretudo a juros baixos para a agropecuária.

Dessa forma a atividade de extração dada sua alta rentabilidade, aliada a pecuária, igualmente é responsável pelos conflitos fundiários, com índices elevados no Estado do Pará, Goiás, Maranhão.

No estado do Amazonas o conflito é frequente na atividade da pesca, pela oposição entre os pequenos pescadores, que é as vezes o próprio lavrador, e as grandes empresas, que com grandes barcos promovem a pesca de arrastão, altamente predatória.

O governo no PDA, lamenta que as duas atividades, pesca e extração de madeira, nada contribuem com a economia regional, dada a impossibilidade de fiscalização e arrecadação de impostos.

No que toca as comunidades indígenas a extração da madeira, somada a extração da seringa e sorva, tem levado a invasão de seus territórios. No estado do Amazonas, na área Tikuna, Kokama e vale do Javari, a atividade é preocupante. Estima-se que no Vale do Javari, existam atuando 800 madeireiros.

Setor Mineral

As atividades desse setor configuram-se em grandes ameaças para os povos indígenas. O caso Waimiri-Atroari é exemplar, face ao extremo poder das empresas ali demonstrado, capazes de mudar leis, inverter situações jurídicas consolidadas, corromper as agências Estatais.

Ainda o caso Waimiri, aponta que o interesse do grande capital sobre os minérios da Amazônia, remonta de 1940, quando americanos iniciaram pesquisas na região. Agências governamentais de outros países, como a americana Agência Internacional de Desenvolvimento - AID, começaram a financiar agências nacionais como a Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais - CPRN para o mapeamento geológico de toda região, como o ocorrido em 1968. Essa atividade veio subsidiar a descoberta de grandes províncias minerais como a Mapuera no Estado do Amazonas e de Carajás, no Pará (esta considerada a maior do mundo).

Cumprir dizer que com este setor dá-se uma grande articulação com o capital internacional, que inclusive estabelece verdadeiro enclave, como vem a ser o Programa Grande Carajás. Por outro lado a política desenvolvida pelo governo em privilegiar as grandes empresas, que importam tecnologia de ponta, contribui significativamente para a dívida externa nacional.

O capital estrangeiro tem participação majoritária na produção mineral com 37%, contra 34% do capital privado e 29% do Estado. Vem a ser essa trilogia, a mais atuante na região, em que pese não ser desprezível os 300.000 garimpeiros existentes na Amazônia. Contra qual é esgrimida a política mineral, sob o argumento de que a atividade garimpeira é predatória.

Nos Estados do Amazonas e Roraima, nos últimos anos, tem-se assistido a um conflito crescente entre garimpeiros de um lado, e empresas de grupos econômicos sob a proteção do Estado,

de outro, pela extração de ouro e cassiterita. Destaca-se nesse conflito o ocorrido em Serra do Traíra, sobre a qual a Empresa Parapanema tem concessões de pesquisa e lavra, invadida pelos garimpeiros chefiados pelo empresário ALTINO MACHADO, dono de frota de aviões. Em 86, foram usados contra os garimpeiros a milícia privada da empresa, e a Polícia Militar e Federal.

Entretanto todas essas forças ameaçam as comunidades indígenas. A própria Serra do Traíra, é área tradicional dos índios Tucano do Alto Rio Negro. Em Roraima conflitos entre índios ocorrem em vários garimpos, localizados em áreas indígenas, como o Mutum, Tepequem, e na aldeia Maturucá (Macuxig).

Atualmente existem mais de 800 garimpeiros na área Yanomami, particularmente na localidade denominada Couto Magalhães. Em que pese tenham sido expulsos, no ano de 1985, da área de Surucucu, numa primeira invasão comandada por Altina Machado.

O Dossiê CEDI CONAGE-1986, informa que foram concedidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, 537 Alvarás de Autorização de Pesquisa e existem 1.732 requerimentos em tramitação no mesmo órgão. Os alvarás e requerimentos somados, incidem em 77 áreas indígenas e são controlados por 74 empresas e grupos econômicos. Isto sem falar nos alvarás já concedidos a Parapanema, para a extração de minérios no Rio Pitinga ou Uatumã, área Waimiri-Atroari, no rio Peguã, garimpo do Caparro, no estado do Amazonas, e no rio Marmelo (igarapé Preto) área dos índios Tinharim, no estado de Rondônia.

No estado do Amazonas 9 (nove) alvarás e pedidos de pesquisa incidem em 15.214.550 hectares de áreas indígenas. Em Roraima esse número chega a 12, incidindo em 52.238.290 hectares de áreas indígenas.

Atualmente as empresas do setor desenvolvem política de aliciamento de lideranças, que consiste em concessão de pequenos benefícios materiais, como construção de casas de alvenarias (waimiri) ou mantimentos, barcos, motores (caso Baniwa) e de ajuda financeira para projetos comunitários, além de veículos (caso dos Tucanos de Pari Cachoeira).

Setor Energético

O setor de energia é o caso típico onde a infraestrutura criada pelo estado visa atender as demandas do capital, em razão da abundância do potencial hídrico na região, que se coloca como alternativa de custo mais barato, para a produção de energia.

O governo enfrenta problemas com a energia nuclear, em especial com as usinas implantadas em Angra dos Reis, que oneram o preço final de energia em 5 vezes em relação a produzida em Itaipu.

Face as necessidades de energia, inclusive fala-se em déficit de produção, volta-se a atenção das empresas governamentais, Eletrobrás e subsidiárias, para a amazônia. Estão planejadas inicialmente a construção de 34 usinas, 7 das quais incidentes em áreas indígenas, Tucuruí já construída e Balbina para fechar as comportas. No plano formulado pela Eletrobrás para o ano de 2010, pretende-se construir mais 68 barragens, com impactos sobre as populações indígenas.

Como nos outros setores há graves distorções. A primeira delas é o fato de que a energia gerada pelas hidroelétricas beneficiam em mais de 60% as indústrias, sobretudo as do centro sul do país, enquanto apenas 20% atende o consumo residencial e os outros setores são carentes, entre os quais as propriedades rurais. Uma segunda distorção se refere ao pouco benefício que recebem as regiões produtoras do norte e nordeste, que na verdade, tem expressivas áreas inundadas e recebem o ônus do assentamento de milhares de famílias que são obrigadas a saírem de suas terras, em razão dos extensos lagos que são formados, para possibilitar tal energia. Por fim, um dos aspectos mais graves diz respeito ao meio ambiente fortemente agredido por obras gigantescas, como vem a ser os mais de 165 mil hectares de floresta a serem inundados pela barragem de Balbina, extensão que compreende fabulosas riquezas de espécies florestais, vegetais, e de animais, que somam um patrimônio incalculável.

Papel do Estado

Na apreciação do projeto dominante não pode-se esquecer o papel desenvolvido pelo Estado, aliás a atuação desse confundeu-se com o desenvolvido pelo capital estrangeiro e privado nacional. Todos são atores dessa tragédia que se abate sobre a Amazônia, e sobre o país.

Diz-se que as agências do estado em beneficiar ao capital, são eficientes, quando trata-se de dar respostas as questões sociais, são ineficientes, como atesta o próprio PDA-da Nova República, quanto aos serviços básicos de saúde, educação. Na amazônia existe um médico para 2.000 habitantes e existe deficit de escolas, sobretudo no meio rural.

Exemplo claro de ineficiência pode-se constatar nos órgãos fundiários, como INCRA, GETAT. O primeiro não consegue promover a "maior reforma agrária do mundo", nem conter a migração que cresce para a Amazônia numa taxa de 10% ao ano. Nem muito menos controlar o latifúndio. Só as propriedades de mais de 1.000 hectares pularam de 144 milhões para 215 milhões de hectares, o que mostra que detém mais de 80% das terras na amazônia.

A atuação do órgão corresponde a 20% da capacidade

de do latifúndio se reproduzir. De 1970 a 1983 o órgão assentou apenas 66.000 colonos. Os projetos de colonização fracassam pela falta total da assistência do órgão aos lavradores. O número de desistência dos colonos dos projetos é altíssimo. Em verdade esses projetos atenderam muito mais as empresas de construção de estradas, como a Andrade Gutierrez, em Rondônia, do que propriamente aos sem terra.

O GETAT muito pior, legalizou gritantes grilagens de terra, sobretudo de proprietários de 500.000 hectares, que hoje formam a base da UDR no sul do Pará.

No Estado do Amazonas alguns poucos projetos de assentamentos foram implantados, como o Juma, Novo Aripuanã, Nova Esperança, Bittencourt e Cucuí, essas experiências piloto do Projeto Calha Norte. O resultado é o mesmo estrondoso fracasso, dado a falta de assistência as famílias deslocadas de outras regiões do país.

Zona Franca de Manaus

Prevista para implementar um parque industrial e empreendimentos agropecuários, não cumpriu os objetivos. O PDA da Nova República denuncia que desarticulou a economia da região, provocou um vigoroso êxodo rural, com mais da metade da população do Estado concentrando-se em Manaus, desestruturada em termos de serviços urbanos, para atender a população que se acotovela na periferia da cidade.

Proposta para nacionalizar a tecnologia aqui presente, não consegue estancar a compra de componentes estrangeiros pelas indústrias aqui instaladas, tão-pouco internalizar e interiorizar os parques benéficos. O Distrito Industrial emprega apenas 50 mil pessoas. A maior parte da população vive de comércio sobretudo do comércio ambulante que nesses dias enfrenta a ira dos grandes comerciantes e beneficiárias da política de isenção de impostos.

Funai

Cumpri-se na região a profecia realizada pelo CIMI, quando do processo de descentralização do Órgão. Atualmente a 5ª Superintendência, com sede em Manaus, presta-se a promover os acordos espúrios entre índios e empresas mineradoras, do qual são exemplo os mantidos pela liderança de Pari-Cachoeira (Tucano), Baniwa, envolvendo o garimpo do Caparro, e Waimiri Atroari.

De outro lado em termos de assistência o órgão não atende 50% dos índios, considerando Amazonas e Roraima, o que não quer dizer que aqueles que atendem, o são satisfatoriamente. Em Roraima não consegue se impor frente as secretarias de governo que

promovem verdadeiro festival de populismo, com entregas de cantinas, re m^{édios}, e outros equipamentos.

O mais grave é a capitulação do órgão frente as pressões de fazendeiros, mineradoras, e até de organismos estaduais e federais, do que é exemplo a redução as áreas indígenas, e a demarcação de pequenas áreas para os índios, muitas das quais até deixaram fora roças como nos índios Mayoruna, no município de Alvarães. Além de não retirar invasores das áreas indígenas, como aqueles que invadem as áreas Tikuna e do Vale do Javari.

Bancos Multilaterais

Para concluir a investigação do projeto dominante cumpre lembrar que toda a ação do capital, na amazônia, é financiada por bancos multilaterais, que emprestam e financiam obras de infraestrutura realizada pelo governo. Além de propiciarem nos últimos 20 anos o desenvolvimento da política de solonização realizada pelo INCRA, GETAT, e projetos agro pecuários financiam sobretudo setores como o de energia. O último dos financiamentos refere-se a Calha Norte.

PROJETO POPULAR

Na verdade não podemos falar em Projeto Popular aqui em Manaus. O que existe são diversas forças populares totalmente desarticuladas entre si que sofreram duros revises ultimamente na cor relação de forças com o poder dominante. Consequentemente também se encontram enfraquecidas internamente.

O Sindicato dos Metalúrgicos a partir de 1980 começou a se revelar como uma das maiores forças do movimento popular e sindical. Após algumas vitórias, recebeu um golpe muito forte na greve de agosto de 1986, não se recuperando até hoje.

A APPAM, ASSESAU, ADUA, FETAGRI, tiveram trajetórias parecidas. Os metalúrgicos também contribuíram para que a oposição conquistasse diversos outros sindicatos aqui em Manaus, que se re centem igualmente dessa desmobilização geral.

O que se constata é que as formas de luta estão por demais manjadas e é grande a despolitização nos meios populares.

No movimento indígena encontramos uma organização muito bem estruturada em Roraima com algumas limitações a nível da ação política. No Alto Solimões, através das Assembléias de Capitães e Tuxauas vem se criando as condições para o fortalecimento da organização indígena. A luta pela terra tem contribuído para o avanço do movimento.

No Rio Negro o movimento indígena tem encontrado muitas dificuldades devido as divergências internas e a cooptação de

lideranças por parte das empresas de Mineração.

O surgimento da FOIRN, durante a 2ª Assembléia Geral dos Índios do Rio Negro no final de abril/87 certamente tem o papel muito importante de coordenar a luta pela demarcação das terras e a resistência indígena diante das ameaças que representam as Empresas de Mineração, garimpeiros e o Projeto Calha Norte.

Existe, no entanto, o risco muito grande da FOIRN se tornar o meio mais fácil para os invasores operacionalizar o saque das riquezas naturais existentes nas áreas indígenas. Vai ser grande a pressão em cima dessa Federação e também não faltarão as tentativas para comprar as lideranças da diretoria.

A única forma de evitar isso é através do fortalecimento da organização indígena nas bases. Neste sentido os cursos de formação e informação certamente irão contribuir muito.

A Coordenadoria dos Povos Indígenas da Bacia Amazônica criada no curso de formação e informação em Itacoatiara em junho/86, até agora não conseguiu se estruturar e muito menos se afirmar nas bases.

No movimento popular aqui na região sente-se a falta de uma força aglutinadora que reunisse as diversas forças populares, capaz de levar uma discussão sistemática das estratégias de luta e consequentemente direcionasse o movimento.

COORDENAÇÃO DO REGIONAL NORTE I

O Regional a partir de 1982 passou a se estruturar com 4 subregionais que posteriormente passaram a 6, e uma coordenação ampliada. Os coordenadores se reuniam 4 vezes por ano para analisar a situação indígena do regional, avaliar os trabalhos e propor os encaminhamentos necessários. Esta experiência foi revista na Assembléia do Regional em fevereiro desse ano. Na avaliação, apareceram como pontos que dificultaram o trabalho da coordenação: a indefinição do papel da coordenação; o não funcionamento da estrutura do regional devido as dificuldades de articular o trabalho nos sub-regionais em função das enormes distâncias entre as diversas equipes e a não liberação do respectivo coordenador e o esvaziamento das reuniões da coordenação.

A Estrutura do Regional foi então definida com uma coordenação central articulada com os sub-regionais aproveitando, na medida do possível, a estrutura das Dioceses ou Prelazias, através dos respectivos coordenadores de Pastoral Indigenista.

A grande dificuldade a partir daí foi encontrar um coordenador que assumisse a Coordenação Central e que pudesse desempenhar o papel atribuído a ele pela Assembléia, principalmente no que diz respeito ao contato e a articulação do trabalho junto as Dio-

ceses e Prelazias.

Infelizmente essa pessoa não foi encontrada, optando-se por uma saída provisória até a próxima Assembléia, quando a Diocese de Roraima ficou de liberar alguém.

Cursos de Lideranças

Foi realizado o primeiro curso nesse sentido aqui no Regional em julho de 86, em Itacoatiara, organizado pelo CIMI e pela UNI com a participação de 30 líderes indígenas, vindos do Acre, Roraima, Rio Negro, Alto Solimões, Baixo Amazonas e Tefé.

Temas abordados: Processo de demarcação das terras indígenas; direitos dos índios; grandes projetos previstos para a Amazônia; constituinte e organização indígena. Nesse curso foi criada em caráter provisório a Coordenadoria dos Povos Indígenas da Baía Amazônica.

Na avaliação feita, viu-se a necessidade de fortalecer o movimento indígena a nível local. Neste sentido o Regional está organizando um curso semelhante em setembro na Prelazia de Tefé, aproveitando a ocasião de uma Assembléia Indígena na região e prevendo a realização de outros na Diocese de Rio Negro e na Prelazia do Alto Solimões. Um desses cursos de formação e informação também foi realizado com os índios Kanamari e Kulina em Eirunepé, no mês de janeiro/87, promovido pelas respectivas equipes.

Articulação com outras entidades

A criação do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte aqui em Manaus surgiu como uma esperança de intercâmbio maior entre as diversas entidades e um conseqüente avanço popular. A iniciativa, no entanto, não deu certo devido principalmente as divergências entre as várias tendências políticas.

Com a CNBB o CIMI mantém estreito relacionamento que possibilitou algumas tomadas de posição em conjunto.

Na Universidade a participação do CIMI se dá nos debates sobre as questões referentes aos índios promovidos pelas diversas Faculdades.

Troceno Informativo

O Troceno se tornou uma publicação mensal do Regional com o objetivo de agilizar as informações entre a Coordenação e as bases. A distribuição, portanto, só se dá a nível interno.

Trabalho Junto a Secretaria Estadual de Educação-SEDUC

A partir de 1986, o CIMI Norte I tomou a inicia-

tiva de propor a SEDUC do Amazonas um trabalho conjunto no sentido de discutir e analisar junto aos supervisores, orientadores de ensino e professores do 1º e 2º graus, o tratamento que é dado à Amazônia e populações indígenas da região pelo livro didático oficial. O objetivo é demonstrar como os livros didáticos têm sido instrumentos eficazes no incentivo aos preconceitos e a manutenção dos estereótipos, deturpando os valores culturais dos mais variados grupos indígenas para, a partir daí, criar uma nova visão de história.

Depois de várias reuniões entre a coordenação do Regional e a SEDUC, programou-se um curso para professores de 1º e 2º graus responsáveis pelo ensino de Estudos Sociais nos municípios de Tefé, Coari, Uarini e Alvarães, que foi realizado nos dias 10, 11 e 12 de maio/87. Esta experiência pretende ser ampliada para mais 40 municípios do interior onde há escolas de preparação de professores do 1º grau.

Associação das Mulheres do Alto Rio Negro em Manaus-AMARN

Esta associação surgiu em 1984, por iniciativa de uma antropóloga norte-americana. O CIMI iniciou o trabalho junto a estas mulheres em maio/86 depois da ida definitiva da antropóloga para os EUA. O objetivo da Associação é reunir as mulheres, criar em Manaus um ponto de referência e de apoio onde possam discutir e analisar conjuntamente os seus problemas, na busca de soluções. A confecção de artesanato é uma das atividades atualmente exercidas por elas.

Arquivo

A organização do arquivo tem sido uma das preocupações do Regional faz algum tempo. Só nesse ano, a partir do curso realizado no CIMI-Nacional, o trabalho deslanchou.

O número cada vez maior de pessoas que passam na sede em busca de informações e material sobre a problemática indígena, requer no mínimo um arquivo bem organizado.

Divulgação

O Regional conquistou um espaço muito grande na imprensa escrita aqui em Manaus, que tem dado grande destaque as questões relacionadas a problemática indígena como: Calha Norte, Mineração, expulsão e difamação de missionários, etc.

A imprensa falada - rádio e TV, no entanto ainda deve ser melhor aproveitada.

A divulgação no meio estudantil também vem crescendo principalmente por iniciativa dos professores que programam debates em sala de aula e estimulam a pesquisa. Na programação da disciplina

de EPB na UA normalmente consta a "Questão Indígena na Amazônia", para a qual solicitam a contribuição do CIMI.

O Boletim "Calha Norte" que deveria ter começado a circular a partir de março, só agora foi editado o nº 1.

Solicitação das bases

O atendimento a essas solicitações é outra tarefa da equipe de Manaus. Estas solicitações são as mais diversas. Vão desde aquisição de produtos da SUFRAMA até encaminhamentos junto a FUNAI, SESAU, SEDUC, JNPA, etc.

Assessoria Jurídica

Medidas judiciais adotadas:

- . Ação Popular Waimiri-Atroari - caso de exploração da área indígena I pela Paranapanema com a extração de minérios;
- . Ação Cautelar Preparatória de Ação Popular - caso da construção e uso pela Paranapanema de estrada dentro da área indígena Waimiri-Atroari;
- . Impetração de Habeas Corpus em favor de padres e índios ameaçados de processos penais movidos por fazendeiros em Roraima;
- . Impetração de Recursos aos Tribunais de Justiça de Brasília e Federal de Recursos contra a decisão da justiça do Território de Roraima, caso do bispo, padres e índios processados por fazendeiros;
- . Representação à Procuradoria Geral da República no caso do acordo entre FUNAI e a Paranapanema para a exploração de garimpo em terra dos Índios Baniwa.

Participação em cursos de capacitação em:

- . Roraima - à índios Macuxi e Wapixana sobre constituinte;
- . Itacoatiara - Curso de lideranças indígenas da Amazônia;
- . Eirunepé - curso de lideranças Kulina e Kanamari;
- . Caruarí - encontro de seringueiros - caso de conflitos desses trabalhadores com índios.

A atividade de orientação tanto a índios quanto a missionários tem sido uma constante. Neste sentido além dos cursos de capacitação e orientação pessoal, foram elaborados alguns textos e pareceres.

TRABALHO NAS ÁREAS

Diocese do Rio Negro

A relação entre o CIMI e a diocese do Rio Negro até alguns anos atrás era conflitiva. A radicalização de ambos os la-

dos sem dúvida contribuiu para isso. Hoje, abriu-se um espaço para um trabalho em conjunto. Sem dúvida o objetivo comum de encontrar formas para contribuir com a resistência indígena diante das ameaças que representam mineradoras, garimpeiros e o Calha Norte foi fator de reaproximação.

Os aproximadamente 20.000 índios localizados no Alto Rio Negro constituem parcela significativa da população indígena brasileira. Os povos mais numerosos são: Tucano, Dessana, Pira-Tapuia, Arapaço, Tuyuca, Wanama, Tariana, Baniwa e Yanomami (uma parte), Barés.

Organização Indígena

A organização indígena no Rio Negro tem encontrado dificuldades para se afirmar, em grande parte devido as divergências internas das quais têm-se aproveitado muito bem os grupos econômicos com interesses na região. Numerosas lideranças indígenas são cooptados sob os olhos beneplácitos da FUNAI.

Em Pari Cachoeira já com mais de 10 anos de existência se encontra a União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquiê - UCIRT que ao longo desses anos vem buscando saídas econômicas para a região além de assumir o papel político de representar as comunidades indígenas perante o governo, as empresas de mineração, etc.

No dia 10 de junho de 1986 a UCIRT e a Paranapanema celebraram entre si um contrato para a exploração mineral na área indígena.

Constam como obrigações da UCIRT:

- Assegurar a empresa o ingresso na área indígena;
- Educar o povo para uma convivência harmônica;
- Acatar tudo o que é bom para o povo e repudiar o que for prejudicial;
- Reunir-se periodicamente com a empresa para ter brindes e planejar o trabalho em conjunto.

Como obrigações da Paranapanema:

- Vigiar os limites do trabalho na Serra do Traíra;
- Restringir o uso da faixa de terras, na reserva indígena;
- Proibir a entrada e o porte de armas de fogo a quem não for agente de segurança e bebidas alcoólicas;
- Custear os postos de segurança e outras benfeitorias.

A partir daí podemos constatar em que moldes as empresas de mineração pretendem fazer a exploração mineral dentro das áreas indígenas. Para os índios, na melhor das hipóteses, sobram algumas migalhas.

Na II^a Assembléia Geral do Índios do Rio Negro (28, 29 e 30/04/87), realizada em São Gabriel da Cachoeira, foi criada a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN, com a eleição de uma diretoria provisória. A FOIRN tem um papel fundamental que é o de coordenar a luta pela demarcação das terras e a resistência indíge-

na diante das grandes ameaças que representam os interesses econômicos e militares na região. No entanto isso só vai ser possível com o fortalecimento do movimento indígena nas bases. Caso contrário, a FOIRN poderá significar o maior mais fácil para a invasão e o saque das terras indígenas. A cooptação de lideranças indígenas na região, hoje não é mais segredo de ninguém. No Rio Negro não existe nenhuma área indígena demarcada.

O Papel da Igreja

Educação:

A ação da Igreja do Rio Negro tradicionalmente deu grande peso a educação que aliás, faz parte do Carisma Salesiano. Atualmente existe uma preocupação muito grande com a formação de professores indígenas que já tomam conta de grande parte das salas de aula.

Nas escolas das comunidades indígenas do interior o ensino vai de 1ª a 4ª séries e estão começando a ser feitas algumas experiências de ensino bilingue.

O ensino de 5ª a 8ª séries é ministrado nos centros maiores, S.G.C., Yauarete, Pari Cachoeira, etc., para onde se deslocam aqueles que querem prosseguir nos estudos. Em São Gabriel da Cachoeira têm 2º grau.

Nessas escolas, ligadas à rede oficial de ensino e por isso obrigadas a cumprir o currículo proposto, se reúnem membros de todos os grupos indígenas da região. São grandes, portanto, os riscos de destribalização e/ou homogeneização cultural. O português, por força das circunstâncias, passou a ser a língua mais falada.

Saúde:

O atendimento a saúde está basicamente nas mãos dos missionários(as) que mantêm os hospitais de Taracuã, Pari Cachoeira, Yauareté, Santa Isabel e os ambulatórios de Maturacá, Içana e Marauaiá. O Hospital de São Gabriel da Cachoeira passou em 1980 para os militares do 1º BEC.

Avaliação

Os missionários Salesianos constatarem que a maior parte das comunidades indígenas mantêm suas tradições culturais e que a educação desempenhou um papel político na medida em que possibilitou o surgimento das organizações indígenas no Rio Negro. O aprendizado das línguas da região originaram traduções de catecismos e evangelhos. É preocupação da Igreja também a descoberta de vocações sacerdotais e religiosas nos povos indígenas.

Por outro lado, constatarem também que "a dependência de organismos do governo para verbas e transportes ocasionou a de-

pendência ideológica no campo político, sendo muitas vezes os missionários sem saber, instrumentos de uma política integracionista do governo" (Missões Salesianas do Rio Negro - Relatório da Inspeção Salesiana Missionária da Amazônia)

Perspectivas

A igreja hoje no Rio Negro está empenhada em encontrar saídas diante das situações novas que se apresentam a partir da presença das mineradoras, garimpeiros e Calha Norte na região.

A Evangelização deverá levar em conta o respeito cultural. A intenção é a partir do estudo, usar as línguas indígenas na liturgia, na catequese e na comunicação em geral.

No mês de julho irá acontecer uma Assembléia Pastoral, promovida pelo D. Walter, que está sendo preparada intensamente nas comunidades e paróquias. O Plano de Pastoral a ser elaborado a partir desse Assembléia, deverá significar o início de uma nova caminhada.

PRELAZIA DE TEFÉ

A Prelazia de Tefé nos últimos anos tem demonstrado uma preocupação muito grande com a Pastoral Indigenista.

Localizam-se nesta Prelazia os grupos indígenas: Kókama, Miranha, Kambeba, Mayoruna, Katukina, Macu, Kanamari, Deni, Kulina, Kawixana, Tucano, Ticuna.

Está procurando articular o trabalho em duas frentes:

- a) com a população envolvente a partir dos centros urbanos maiores. Neste sentido foi iniciado um trabalho junto aos professores da rede de ensino público concretizando um curso de análise do livro didático junto com o Regional e a SEDUC. A Semana do Índio também está sendo usada como meio para penetrar nas escolas garantindo a continuidade das discussões em torno da problemática indígena.
- b) No trabalho direto com os índios:
 - Nos grupos indígenas localizados mais perto de Tefé se dá um trabalho de acompanhamento e de apoio aos índios na questão da demarcação das terras e também no campo de saúde.
 - com os Canamari

Tem sido desenvolvido um trabalho na área de saúde e educação conjugado com um trabalho mais amplo de acompanhamento das propostas de terra, levantamento bibliográfico e interligação entre vários grupos.

Os trabalhos concretos de tratamento de tuberculose, leishmaniose, pinta, vacinação, garantem um quadro de saúde bem melhor.

Foi iniciado um processo de alfabetização em portu

quês visando ajudar os Kanamari nas suas relações com a sociedade envolvente.

As áreas Kanamari do Juruá e Jutai foram identificadas e delimitadas oficialmente, todavia não demarcadas.

A equipe por diversos motivos, hoje se encontra reduzida a uma pessoa em área, estando o trabalho seriamente comprometido em termos de continuidade.

Com os Deni

Foi constatada, através de diversas viagens a área por agentes da Prelazia de Tefê e também do Secretariado Nacional, a situação extremamente crítica em que se encontra esse povo. Os Deni vivem dependentes do sistema extrativista regional, passando fome e conseqüentemente com seríssimos problemas de saúde, principalmente de TB.

A Prelazia está tentando articular um trabalho de emergência na área para fazer frente a essa situação. Até o momento não conseguiu montar uma equipe devido a limitação de pessoal.

Em breve deverá se deslocar para a área um G.T. da FUNAI para o levantamento das necessidades e a elaboração de um relatório justificando a área indígena já identificada anteriormente.

Com os Katukina

Foi feito um levantamento para conhecer a realidade em que vivem os Katukina. O saque das riquezas naturais da área indígena - madeira e bichos de casco principalmente - está se dando num ritmo assustador.

A necessidade de um trabalho com esse povo também é um desafio para a Prelazia.

Kulina

A equipe na área está desenvolvendo trabalho nos campos de saúde e educação. Na parte de educação está empenhada na formação de monitores. Quanto a questão de terra, apresentou proposta de área a FUNAI.

PRELAZIA DE LÁBREA - RIO PURUS

Na última assembléia da Prelazia de Lábrea foi escolhida uma Coordenação de Pastoral Ampliada que tem a função de coordenar todos os campos da ação Pastoral. A Pastoral Indígena, embora reconhecida, não tem uma coordenação específica. A Prelazia tem liberados neste campo 4 agentes, três dos quais trabalham com os índios Zuruahã.

No Purus, na área do Norte I, sobrevivem ainda hoje diversos povos indígenas mas extremamente reduzidos populacionalmente. São eles: Apurinã, Paumari, Yamamadi/Kanamanti, Yarawara, Banavã-Yafi, Zuruahã, Deni, Juma, Mura e Índios do Ig. Jacareúba, com possibilidade da existência de algum outro grupo autônomo.

A maioria se encontra na dependência do sistema extrativista regional.

Quanto a demarcação das terras o foram decretadas as áreas indígenas Caititu, Tauamirim, Terra Vermelha (dos Índios Apurinã); Zuruahã e Mura, das quais Tauamirim e Caititu estão sendo demarcadas fisicamente. Todas as outras áreas estão sendo identificadas e delimitadas a partir do PMACI com excessão da dos Índios Mura.

A FUNAI tem apenas um posto na cidade de Lábrea.

A experiência com os Zuruahã tem revelado que é possível o contato com um grupo autônomo fora dos moldes do SPI ou da FUNAI. Após seis anos de contato podemos constatar que os Índios Zuruahã não sofreram violências culturais e encontram-se num processo harmônico de conhecimento da realidade que os cerca. Também não ocorreu a depopulação. A equipe tem-se empenhado no estudo da língua, possibilitando a troca mútua de informações.

PRELAZIA DO ALTO SOLIMÕES

Ticuna

A organização Ticuna começou a concretizar-se em 1980 com a 1ª Assembléia Geral dos Capitães à qual seguiram-se várias outras assembléias e encontros. Essas reuniões possibilitaram um conhecimento maior da realidade interna e externa em que vivem, surgindo uma unidade de luta em torno da demarcação de suas terras e na reivindicação dos seus direitos fundamentais.

Uma prática de luta muito usada pelos Ticuna para o reconhecimento de seu território é a pressão junto ao governo mediante a ide de comissões a Brasília.

A organização dos professores (Ticuna) surgiu como complemento da luta política dos Ticuna com papel preponderante nas questões relacionadas à educação, como formação profissional, material didático voltado para sua realidade cultural, melhores condições de ensino, etc.

Hoje como fruto dessa organização Ticuna podemos constatar que praticamente todos os professores que lecionam nas comunidades Ticuna são Ticuna. Os professores da "sociedade envolvente" foram afastados.

Trabalho da Equipe:

A partir da Cartilha Ticuna montada em conjunto com os Índios a equipe começou a empenhar-se na capacitação dos profes

sores para a aplicação da mesma. Inicialmente, através de um curso, foi feito um estudo detalhado da Cartilha, analisando e corrigindo a mesma. Esse momento também foi aproveitado para que os professores se exercitassem no manuseio da Cartilha, além de discutir o significado e a importância do aprendizado da leitura e da escrita na própria língua, como forma de afirmação de sua identidade.

Após esse curso, a pedido das solicitações dos professores a equipe se deslocou para diversas comunidades, continuando os treinamentos para o uso da Cartilha.

Encerrado essa fase a equipe começou um acompanhamento metodológico aos professores através da participação nas aulas, avaliação do uso da cartilha, continuidade na orientação metodológica, contato direto com os alunos e as comunidades.

O apoio da equipe se expressa também com a presença nas reuniões e assembléias, colaborações financeiras para a concretização desses eventos e divulgação de material informativo: Porantim, Mensageiro, Revista da Campanha Javari e Notícias (produzido pela própria equipe).

O trabalho burocrático na sede também é importante: catalogação do material fotográfico e organização do arquivo; produção e reprodução de material didático e informativo; elaboração de relatórios; correspondência; reuniões de avaliação e planejamento da equipe; atendimento diário aos Ticuna.

Javari

Em julho de 86 foi lançada a Campanha Javari. Uma equipe de três pessoas na região está empenhada nesse trabalho. Silvío e Marlete foram expulsos da área indígena do Vale do Javari pela FUNAI com o auxílio da Polícia Federal no final de 1986. Desta forma a Campanha, no momento não pode contar com as informações atualizadas com relação aos povos que vivem nessa região.

Não nos vamos estender sobre os objetivos da Campanha e suas atividades, pois isso já foi incluído no relatório do CIMI Nacional. Gostaríamos apenas de fazer constar a forma arbitrária como se deu a expulsão dos missionários, que mais uma vez revela a política anti-indígena da FUNAI. A área indígena do Javari encontra-se atualmente invadida principalmente por madeireiras. Todos eles permanecem na área saqueando as riquezas naturais dos povos indígenas sem serem molestados, enquanto que os agentes da Igreja com o seu trabalho reconhecido até pela própria FUNAI, tanto assim que foram convidados a participar de Grupos de Trabalho e Estudos, são de lá retirados mediante o uso da força.

Constatamos, por outro lado, que todos os esforços feitos no sentido de pressionar a FUNAI para rever esta situação, foram inúteis.

PRELAZIA DE ITACOATIARAWaimiri-Atroari

O trabalho da equipe após ampla divulgação da problemática desse povo baseada em farta documentação, teve um desdobramento quando dois membros da mesma conseguiram permissão da FUNAI em início de 1985, para entrarem na área como pesquisadores. Mas diante da insistência dos índios da aldeia Yawará (Terra Planagem) de serem professores nessa comunidade, se fixaram ali iniciando o trabalho de alfabetização, em setembro do mesmo ano. Como não conheciam a língua daquele povo, valeram-se inicialmente de outras formas gráficas de comunicação, principalmente o desenho, do qual em pouco tempo nasceram as primeiras letras. Das letras nasceram as palavras e destas as frases e finalmente as histórias e lendas.

O desenho foi acompanhando o processo de alfabetização todo o tempo, como uma espécie de cartilha diariamente preparada pela comunidade na sua aldeia, em meio e no contexto dos seus afazeres diários.

Obviamente o processo de alfabetização assim desencadeado fêz surgir também a História, as lendas e os problemas mais recentes do povo. A comunidade - é o que sobrou de 4 ou 5 aldeias que desapareceram durante uma guerra recente e desigual, onde os invasores se valeram de bombas, metralhadoras e doenças criminosamente transmitidas e os deixaram da mesma forma abandonados a sua sorte.

Essa História incômoda foi aparecendo frequentemente em desenhos, como verdadeiras fotografias e nos textos escritos. Isso causou incômodo aos responsáveis pelo desaparecimento de mais de 2.000 Waimiri-Atroari em menos de três anos, sobretudo a FUNAI, o 6º BEC e as Empresas que se favoreceram com o desaparecimento daqueles povos nativos. A expulsão da equipe do CIMI seguiu-se como consequência desse processo de educação popular.

PRELAZIA DE PARINTIS

Esta Prelazia têm dois missionários trabalhando na área indígena Sateré-Maué, um dos quais chegou recentemente.

A prioridade do trabalho se dá nas áreas de saúde, educação e estudo da cultura.

Foi elaborada a 1ª Cartilha "Sateré-Maué" e também foram feitas traduções e estudos das lendas.

Está prevista a instalação de uma escola agrícola na área com estudo de língua Sateré e Português, matemática, lendas, história da sociedade branca, agronomia e zootecnia.

Verifica-se grande divisão entre as comunidades.

Os Sateré-Maué são o único povo que tem sua terra totalmente demarcada no Estado do Amazonas.

RIO MADEIRA

Localizam-se nessa região abrangida pelo Regional CIMI Norte I, grupos indígenas: Mura, Parintintim, Torá, Apurinã, Pirahã, Tenharim, Munduruku e alguns remanescentes Diahôí.

Um levantamento completo sobre a realidade indígena na no Médio Madeira foi feito por Ana Lange e Ezequias Hering em 1981. Com a saída desse casal em 1984 a área ficou descoberta sendo que até hoje a Igreja não voltou a reestruturar o trabalho na região. Esporadicamente em alguns grupos é feita a desobriga.

Este ano o Regional tentou viabilizar um trabalho junto aos índios Munduruku pela Prelazia de Borba que no entanto esbarrou na negativa do bispo.

As informações atualizadas que temos sobre a região são escassas, mas a julgar pelos relatórios dos anos anteriores, a realidade hoje não deve ser das melhores.

Não tem nenhuma área indígena demarcada na região do Rio Madeira.

DIOCESE DE RORAIMARELATÓRIO PARA A ASSEMBLÉIA NACIONAL DO CIMI

Temática: Sociedade envolvente/ caracterizar o projeto dominante

- a) do Governo; b) da Soc.Capitalista em sí; c) Calha Norte; c) fazendeiros: como se articulam com o poder político e judiciário.

Projeto popular/ as forças populares: sindicatos; entidades indigenistas.

Ação da Igreja junto aos índios.

SOCIEDADE ENVOLVENTE

O projeto da sociedade envolvente consiste essencialmente em esvaziar o interior do Território para ter mão de obra barata na cidade e para manobras eleitoreiras, deixando o interior nas mãos das grandes empresas e dos fazendeiros.

Existe uma forte ligação entre fazendeiros, comerciantes e governo e grupos empresariais. Entre as empresas citamos a Kimak, Mac Laren, Bamerindus, Codesaime, Andrade Gutierres.

Os meios de comunicação ficam a serviço dos poderosos. Rádio e TV servem ao projeto dominante criando mentalidade hostil a todas as iniciativas que vem da base fazendo acreditar que são insufladas por estrangeiros ou que são provocadoras de desordem.

A ação do Governo é fortemente populista: distribui coisas no lugar de investir para o desenvolvimento.

Karis/Pau
1984

A fundação da UDR há alguns meses atrás em Boa Vista é outra força que colabora com os fazendeiros e empresas para desenvolver o projeto dominante. E a maioria dos empregos e lugares de influência no governo estão nas mãos de fazendeiros, empresários ou filhos deles.

A escola é dominada pelos políticos que impõem o rumo que querem. Isso evidentemente também na área indígena.

A justiça é associada aos fazendeiros (uns dos últimos exemplos é o caso da liminar de manutenção de posse dada por um juiz a um fazendeiro instalado em plena área indígena).

Os Bancos estão na mesma jogada: os fazendeiros usam o dinheiro dos Bancos e os Bancos vivem do dinheiro que os fazendeiros depositam e de acordo controlam o movimento da capitais.

Quando não se chega a um acordo entre estas forças, se passa para a guerra entre jagunços. Se matam uns aos outros.

PROJETO POPULAR

É quase impossível se organizar porque os poderosos sufocam qualquer iniciativa.

No Baixo Rio Branco porém, no município de São Luís e São João da Baliza estão se organizando os sindicatos de trabalhadores rurais e apesar de todas as ameaças tentam caminhar. As ameaças acontecem particularmente em tempo de eleições.

A força que está conseguindo falar é o Conselho das Comunidades Indígenas do Território, que tem o respaldo das bases, das comunidades indígenas. O Conselho leva adiante o trabalho de defesa dos direitos dos povos indígenas com bastante coragem. A Calha Norte irá fazer de tudo para amordaçá-lo por meio de ação dos municípios (ex. Normândia, com o seu último lance de colocar uma antena nas serras de Maturuca sem consultar ninguém), e por meio da ação da FUNAI (criação de cinco postos indígenas; anúncio da demarcação da área única com o financiamento já pronto).

A Igreja está tentando organizar a Comissão dos Direitos Humanos há alguns meses.

A Igreja também não organizou as forças populares em hora oportuna (há 15 anos atrás). Teria uma grande força para defesa dos direitos do povo: as comunidades de base. Mas podemos dizer que é toda a Igreja que não assume com firmeza: o mesmo CIMI deveria ser mais claro e mais firme.

A reação dos poderes públicos diante de qualquer iniciativa popular é optar para a violência psicológica e violência física.

Na área indígena o chavão é sempre o mesmo: tudo é causado por elementos estrangeiros que são agentes das multinacio-

nais.

Do ponto de vista político não existe nenhuma consciência popular. E não existe uma análise crítica.

AÇÃO DA IGREJA JUNTO AOS ÍNDIOS

A Igreja de Roraima fez a opção preferencial pelos índios. Com esta opção a Igreja se propõe de defender os direitos das populações indígenas e ficar do lado delas numa postura clara e comprometedora.

Constata-se que a fuga de colonos e outros cidadãos brasileiros dos outros Estados do Brasil para Roraima é favorecida pelas autoridades. Chegando em Roraima invadem terras e garimpos dos índios. Isso é visto com satisfação pelas autoridades. Desse modo se alcança o objetivo sem comprometer a imagem das autoridades. Não autorizam a invasão mas não a impedem. E assim os índios se tornam mais fracos seja pela ação do Governo(ex.Calha Norte), seja pela ação dos colonos e garimpeiros que se consideram vítimas da ação instigadora da Igreja junto aos índios. São nesta linha as acusações contra os padres em jornais de Boa Vista e de Manaus.

Dentro da mesma Igreja de Roraima aquela parte da Igreja que trabalha com os índios também foi ostilizada. No ano passado durante a campanha política foi feita uma forte pressão de envolvimento dos índios na política por parte do CIMI, UNI e setores da Igreja de Roraima. Não foram ouvidos aqueles que estavam diretamente envolvidos no trabalho junto aos índios. Foi abuso do poder para fazer pressão.

No próximo ano de 88 haverá outra pressão. É necessário ter mais respeito para com as comunidades indígenas. Pedimos que se leve mais em consideração os que estão há tempo envolvidos na pastoral indígena.

Em Roraima houve a primeira assembléia de tuxaua em 1970. Em seguida nasceu a primeira cooperativa em área indígena. Em 1985 foi tomada de assalto a assembléia indígena de Surumu. Se tentou e se tenta de atrair as lideranças e instrumentá-las aos seus fins. E além disso foi feita uma injusta e grosseira acusação no exterior contra o trabalho indigenista da Igreja de Roraima.

Dentro do trabalho da Igreja e do CIMI e UNI foram tomadas decisões sem consultar as bases. Por isso a grande dificuldade de dar apoio às comunidades indígenas, porque parte da Igreja quis impor sua linha.

O CIMI está ao par dos projetos econômicos e sociais em área indígena no Território de Roraima. Na segunda metade do mês de outubro próximo haverá uma avaliação destes projetos com a assessoria de técnicos do CIMI. A assessoria jurídica foi uma conquista da Igreja de Roraima. Mas só se chegou a isso quando as autoridades foram também atingidas. O curso de linguística realizado de 1 a 17 de junho de 87 pode ser considerado também um marco histórico para uma séria tomada de posição da Igreja diante da cultura, língua, tradição e religião dos povos indígenas de Roraima.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

CIMI-LESTE

Av. João Pinheiro, 39/2º

30130 Belo Horizonte - MG

Fone: (031) 224.2434

VII ASSEMBLÉIA NACIONAL DO CIMI

Relatório do CIMI-Leste

Goiânia (GO), 23 a 28/06/87

1. Pataxó Hã Hã Hãe

1.1 Situação Regional

Nos anos de 1920 a 1940 se consolida a concentração da terra. Apontam os grupos sociais como: o coronel, o pequeno produtor, o advogado, os homens da administração. Na década de 40 o cacau vai se tornando monocultura. As firmas de comércio de cacau vão surgindo.

A grande região cacauzeira está dividida em oito micro-regiões, com uma área de 101 014 km², e uma população de mais de dois milhões de habitantes. Formada por 102 municípios, sendo polos importantes: Vitória da Conquista, Jequié, Valença, Itabuna e Ilhéus.

A micro-região cacauzeira é composta por 28 municípios e é responsável por 70% da produção. É predominantemente rural.

O coronelismo desempenha seu papel. A partir de 1920 o coronel do cacau passa a residir na cidade e acumula poderes econômicos, administrativo e policial. Comanda as terras e sua ação política é autoritária e paternalista. As tensões sociais que vêm dos trabalhadores rurais são reprimidas com violência ou anuladas pelo paternalismo. Os coronéis são os agentes decisivos na representação política local, estadual e federal. Outra força política são as firmas de comércio de cacau que também acumulam propriedades.

A nova política econômica do governo, atingiu drasticamente a micro-região, principalmente o eixo Itabuna-Ilhéus, onde se paga o mais alto preço pelos produtos. Além de acompanhar os preços da inflação no Brasil, é acrescido pelo aumento dos preços do cacau na Bolsa de Nova Iorque.

Não há incentivo à cultura de subsistência e os produtos horti-granjeiros são, na maioria, importados de outros estados.

Vinte e cinco por cento dos imóveis são latifúndios por extensão e nesta categoria estão 60% das terras. As empresas rurais não ultrapassam 10% das propriedades - 18% das terras. Onze mil cento e noventa e oito propriedades têm 61% das terras de cacau. Em Itabuna, 10% da população concentra 52,49% da renda. Em Ilhéus 10% da população concentra 41,68% da renda. Os pobres de Itabuna detêm 2,19% da renda e os pobres de Ilhéus detêm 3,31% da renda.

Existem sete exportadoras de cacau. Destas, apenas uma tem o capital nacional. As demais são subsidiadas pelo capital estrangeiro.

Os pequenos proprietários representam de 6 a 10 mil propriedades em toda a região. 70% têm a área igual ou menor que trinta hectares, instaladas em solos mais pobres. Os casos raros de parceria ou arrendamento se dão no próprio grupo familiar. E a média de produção de cacau é de sete hectares. Produzem 400 arrobas por ano, sendo que a mandioca chega a competir com o cacau. Seus filhos, geralmente, trabalham em outras propriedades ou em outros trabalhos.

Os trabalhadores se articulam e se organizam no sentido de dar mais um passo na busca da terra. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra começa a se consolidar no extremo sul do Estado, em Teixeira de Freitas. O Partido dos Trabalhadores e a CUT procuram um comprometimento com esta luta, com a situação de desemprego, de salário injusto, mas é tudo muito novo, sem articulação para enfrentar o acirramento da luta que tem assumido dimensão de uma guerra civil.

As associações de bairro, não são representativas e servem, na maioria das vezes, como curral de votos.

1.2 Situação dos Índios

Os Pataxó hã hã hãe, donos de 36 mil hectares de terra, nos municípios de Camacã, Pau Brasil e Itaju do Colônia, no sul da Bahia, foram expulsos de suas terras violentamente a partir de 1936. Ficaram dispersos por várias regiões. Em 1982, apoiados pela Funai e Polícia Federal, retomaram a Fazenda São Lucas, uma área de 1180 ha. Hoje eles somam mais de 1400 índios e têm suas terras invadidas por mais de 400 caucultores, pecuaristas e posseiros.

Os fazendeiros da região, com seus pistoleiros, apoiados pelo governo do Estado e Polícia Militar, tentavam expulsar os Pataxó pela violência e campanhas difamatórias, negando sua indianidade, jogando a sociedade envolvente contra eles.

As entidades de apoio mobilizaram numa campanha e mantinham-se próximas acompanhando suas lutas pela terra. Comissos os Pataxó da aldeia São Lucas apareceram como foco de luta e resistência. Fizeram duas retomadas que foram reprimidas pela polícia e pistoleiros. Criaram um respeito pelo seu espaço e pela indianidade; interferiam na administração da FUNAI; denunciavam e pressionavam os órgãos federais; articulavam-se com outras tribus e até apoiaram outras lutas indígenas.

Hoje a luta e o apoio enfraqueceram, o que agrava mais ainda a situação deste povo.

Há uma pequena exploração de cacau. Sobrevivem ao cultivo de hortaliças que são comercializadas nas feiras vizinhas, cultivam também pequenas roças de milho, feijão e mandioca; possuem um pequeno número de gado para a obtenção de leite que não supre as necessidades da comunidade. Há uma aldeia que possui como única alter nativa de sobrevivência a pesca, sendo que o rio está esgotado e eles não têm acesso a outros locais pois estão invadidos pelos fazendeiros.

A agricultura é individual e coletiva (possuem 3 roças comunitárias) a produção de farinha é por ajuda mútua; a pescaria é comunitária, há entre eles o sistema de meia na colheita de mandioca e em outras circunstâncias, Há também entre eles relação de troca e de compra e venda.

Na maioria das vezes as ferramentas e sementes são fornecidas pela FUNAI, bem como qualquer incrementação na aldeia com relação à produção, moradia, água, luz, escola, estradas e assistência à saúde.

Possuem autonomia na venda dos produtos cultivados. A comercialização se dá individualmente.

A cooptação de um grupo pelos fazendeiros, estando os índios abertamente a serviço daqueles.

A Aldeia Bahetá aliou-se a um pequeno produtor, oferecendo-lhe uma manga para pastagem de gado, em troca de ajudas emergenciais.

2. Tupinikin-Guarani

2.1. Situação Regional

Até 1960 o Espírito Santo se caracterizava como corredor de exportação, sem recursos naturais e sem indústrias. O turismo não era uma atividade econômica. A partir de 60, com a ditadura militar, a implantação de uma política de abertura ao capital estrangeiro, coube ao Espírito Santo uma industrialização voltada para a exportação (siderurgia, celulose, papel e pelotização), implantação do pró-álcool (nove refinarias em funcionamento) e o incremento de atividades agrícolas voltadas para a exportação (exemplo: pimenta do reino),

A Aracruz Celulose fundada em 1967, com a Aracruz Florestal S.A, hoje uma subsidiária, que devastou 40mil ha da mata atlântica para plantio de eucalipto. Atualmente a fábrica detem 136.895 ha ou seja o equivalente a 2,5% do ES. No município de Aracruz, onde está sediada, 38,1% da área do município pertence a fábrica, ocupando ainda mais 22,13% da área de mais 4 municípios do norte do estado.

Este investimento custou 535 milhões de dólares, dos quais 40% foram financiados pelo BNDES, além de ter contado com doação de terras, incentivos fiscais, isenção parcial de ICM, taxaões privilegiadas para reflorestamento e quase toda infraestrutura básica de suporte para o projeto, por conta do governo. Possui as subsidiárias Santa Cruz Urbanizadora, Aracruz Corretora, Vera Cruz Agro-florestal, Aracruz Florestal S.A, Portocel, Clorato S.A.

Projetada para produzir a partir de 80400 toneladas por ano de pasta de celulose a fábrica superou toda a previsão, produzindo hoje 475 mil toneladas por ano, exportando para a Europa, Estados Unidos e Japão, principalmente. Produz ainda os papéis: de embalagem, imprimir e escrever, absorventes, cartões (para embalagem de remédios, sabão e alimentos), cartolina, imprensa, especiais (cigarro e moeda).

ICM: 83% da produção fica isenta de ICM por ser destinada à exportação. Apenas 13%, por ser destinados ao mercado interno, paga ICM. Em 1985 o complexo Aracruz Celulose S.A pagou aos cofres do Estado Cz\$ 4368681,00.

Às vésperas de entregar o governo estadual, o então governador José Moraes, do PMDB assinou o decreto concedendo à Aracruz Celulose autorização para a ampliação. Às suas terras serão anexadas mais 40 mil hectares, o que passará a representar 4,14% da área ocupada por imóveis rurais no Estado e produzirá um milhão de toneladas por ano, constituindo a maior do mundo no gênero. Este empreendimento custará um bilhão de dólares, sendo 53,2% financiado pelo BNDES e pagos pela empresa em dez anos.

Desapareceram sessenta tipos de mamíferos de vinte e nove famílias distintas, 430 tipos de aves de 56 famílias distintas, 41 tipos de répteis de 13 famílias distintas, 31 tipos de anfíbios de 5 famílias distintas, 31 tipos de insetos de 10 famílias distintas, que se destacavam pelo seu tamanho, abundância ou ainda por sua raridade. 98 tipos de árvores diferentes de grande porte, além de muitas outras de médio e regular porte, bem como arbustos, plantas e mais de 20 espécies de palmeira. Já foram secos seis rios, pois o consumo de água é de dois metros cúbicos por segundo. Com a ampliação passará a consumir quatro metros cúbicos por segundo.

Criou uma grande massa de despossuído, que da noite para o dia ficaram sem terra para subsistência. Atraiu mão-de-obra de toda parte do Brasil para a construção da fábrica, empregando 12500 pessoas, gerando com isso o aumento do custo de vida na região e a prostituição. Em fase de operação atual emprega 3500 pessoas, sendo que toda mão-de-obra especializada é vinda de fora. Com a ampliação, na fase de construção, empregará 5600 pessoas e na fase de operação 2541 pessoas.

Porém não só a Aracruz Celulose planta eucalipto no Espírito Santo. A Acesita ocupa 17185 hectares e a Florestal Rio Doce 58977 hectares reflorestados.

A partir da institucionalização do pró-álcool, em 1975, o governo federal, através da Comissão Executiva Nacional do Alcool-CENAL, passou a recomendar aos governos dos Estados a definição de áreas propícias ao desenvolvimento do referido programa. A indústria de álcool no Espírito Santo tomou impulso a partir de 1979, hoje em funcionamento nove usinas; sendo sete no norte do Estado e duas no sul. Estas sete usinas ocupam 53 mil hectares e contam ainda com fornecedores assim classificados: mini-fornecedores (até 500 toneladas por ano), num total de 549 proprietários, pequenos fornecedores (de 500 a 1000 toneladas ao ano) num total de 104 proprietários; médios e grandes fornecedores (acima de 1000 toneladas ao ano), num total de 113 proprietários. O Norte do Estado conta ainda com outras atividades econômicas de grande porte como: gado, café, cacau e pimenta do reino.

A sociedade capixaba não estava organizada para fazer frente a projetos de tal magnitude. Ao contrário, a implantação da Aracruz Celulose representou o progresso e a modernização da região. Somente os índios, os posseiros e o cientista Augusto Ruschi foram as vozes discordantes do grande empreendimento.

A partir do 80, com a abertura política, cresce a oposição sindical, a mobilização pela anistia, a organização em CEB's e as ocupações urbanas. Mas é com o pró-álcool e a conseqüente expulsão do homem do campo que agrava a concentração de terra no Espírito Santo. Ao mesmo tempo crescem as oposições sindicais, a CUT (urbana e agrária se organiza), o PT e Movimento Sem Terra com ocupações, acampamentos no norte do Estado e luta pela reforma agrária. Atualmente existem seis acampamentos e somente uma desapropriação.

2.2. Situação dos Índios

Os Tupinikin/Guarani têm três áreas demarcadas, homologadas, perfazendo um total de 4491,4 hectares. Aparentemente a situação está resolvida, mas é impossível pensar na sobrevivência destes povos sem pensar na ampliação das áreas, o que significa novos confrontos com a Aracruz Celulose. Os confrontos índios x Aracruz Celulose foram marcantes em 67, com os índios lutando para continuarem na terra, tendo como resposta a transferência dos Guarani e parte dos Tupinikin, forçados pela Funai a ir para a Fazenda Guarani, em Minas Gerais. Posteriormente, em 79, com a volta dos índios e ocupação das terras que estavam em mãos da Aracruz Celulose. Este conflito durou até 81 com os índios sendo forçados a aceitarem um acordo à toque de caixa.

Os Guarani têm crescido na organização interna e buscado o fortalecimento do povo Guarani, realizando e participando de reuniões de representantes de todos os Estados onde estão os Guarani. Têm buscado formas de subsistência e participação da nossa sociedade, indo em encontros da CUT estadual, trabalhadores rurais, saúde e encontro nacional de artesãos.

O Tupinikin avançou na organização interna durante o período de conflito (79/81), criando um Conselho, cacique, revivendo manifestações culturais já abandonadas, fazendo reuniões... Após o conflito a organização estagnou, sendo que atualmente a preocupação maior é administrar a conquista; o próprio cacique e os conselheiros têm a função de simples administradores da aldeia. A presença constante da FUNAI dentro da aldeia desenvolvendo um trabalho integracionista tem deixado os Tupinikin sem alternativas próprias. Por outro lado a diferença não os caracteriza como povo e sua identidade é bastante confusa.

TRABALHO DO CIMI

- 1978 a 1981 - estudo da realidade e coleta de dados
- assessoria - organização
 - questionamento da situação imposta aos índios
 - informação/ formação
- apoio
- denúncia a nível nacional e internacional
- articulação dos índios com outros índios e com outras entidades. foi fundamental para a conquista dos Tupinikin/Guarani o apoio e presença das CEBs, e entidades civis.

A partir de 1981: como os Guarani tem claro a consciência de povo o trabalho do CIMI é definido pelos índios e assumido pelos missionários como assessoria e apoio.

Como os Tup-nikin não tem claro para si a sua própria identidade o trabalho do CIMI vive no momento um impasse.

O trabalho com os Guarani desde o início foi feito com toda a comunidade em visitas, reuniões na aldeia, cursos fora da aldeia e reuniões a nível de povo Guarani.

Como dentro da principal aldeia dos Tupinikin -- Caieira Velha também morava posseiros, e o fato de muitos estarem casados com não índios e não mais assumirem a identidade étnica e a nossa proibição de entrar na área o trabalho foi -feito com cacique e alguns membros da comunidade. Isto dificultou bastante o trabalho pois houve trocas de caciques, o trabalho era feito fora da área e nunca havia um retorno total para a comunidade.

3. XAKRIABÁ

3.1 Situação Regional

Região Norte de Minas

Região de ocupação antiga, reservada para a pecuária. Área de grande extensão territorial, em que predominam os latifundiários, inúmeros deles em completa ociosidade. De pouca densidade demográfica, seus habitantes se espalham pela imensidão da região, até bem pouco vivendo no isolamento.

A partir de 67 o governo, através da SUDENE, acena com os tentadores insensíveis fiscais para empresários latifundiários. De repente a região é sacudida pela violência da grilagem, tendo como patrocinadores poderosos grupos econômicos. Os posseiros desbravadores da região, se vêem completamente indefesos. Polícia, justiça e a Ruralminas se aliam ao projeto dos grileiros. A Igreja silencia. E assim são "legalizados" os latifúndios e financiados os seus projetos. E a grilagem continua...

Em fins da década de 70 o movimento sindical rural e a Igreja iniciam um trabalho lento e paciente junto ao povo. A reação contrária aos coroneis e de ponderáveis setores conservadores da Igreja não se faz esperar. E o trabalho continua.

Hoje já se encontra considerável parcela do povo organizada em Sindicatos dos trabalhadores Rurais, CEBs, CUT, PT ... Parcela essa já bastante significativa.

3.2 Situação dos Índios

As margens do São Francisco, em Itacarambi, estão os Xakriabá. Também eles foram vítimas da política desenvolvimentista implantada na região pelo governo. A grilagem de suas terras aumentou em proporção insuperável: Grupo Cauê, Manoel Caribê Filho, Aécio Pereira... Com uma organização incipiente parcela dos índios reagem contra isso. Outra parcela nega sua identidade étnica e se alia aos posseiros, na esperança de receberem títulos de propriedade da Ruralminas. As promessas eram muitas.

Em 72 precionada pelos índios, a FUNAI instala um posto Indígena na área. As

pressões dos grileiros aumentam e muitos são os conflitos. A polícia se posiciona ao lado da grilagem. Em 79 a FUNAI demarca a área Xakriabá. Apenas um terço da área a que os índios tinham direito. Com isso fica de fora a terra da Cauê, patocinadera da demarcação. Muitos grileiros permaneceram tranquilamente na área de - marcada.

No início da década de 80 recrudescer a grilagem na área. A FUNAI nada faz para impedir. Os índios vivem muito isolados e desinformados de seus direitos. O próprio cacique é funcionário do órgão tutor. Campeia a sujeição e a impunidade e com isso os crimes se avolumam dentro da reserva indígena.

Em 84 os índios participam pela primeira vez de um congresso indígena. Para a luta foi o primeiro e importante passo para o despertar da luta.

Em janeiro de 85 o CIMI inicia um trabalho sistemático de acompanhamento dos Xakriabá. Coincide com a retomada da luta por diversas aldeias. Rosalino, assassinado em fevereiro de 87, lidera a resistência. E já em 85 são registradas consideráveis vitórias dos índios contra a grilagem. A FUNAI é forçada a defender os índios. O INCRA é solicitado a intervir na área, favorecendo a retirada dos posseiros e seu posterior reassentamento em outra área.

O ano de 86 é marcado por grandes conflitos entre índios, posseiros e jagunços. Um índio e um jagunço saem mortos e são muitos os feridos. Todos os posseiros são despejados da área indígena. O movimento sindical não dá nenhum acompanhamento aos posseiros que são visivelmente manipulados pelos grileiros. O prefeito grileiro é quem dá as coordenadas ao STI. Se bem que para os índios estava claro que a luta não era contra os pobres, mas contra os seus verdadeiros inimigos.

No início de 87 quinze jagunços e um grileiro invadem a reserva indígena e matam três índios e deixam um pistoleiro morto. A chacina teve repercussão internacional. Os assassinos se encontram presos e aguardam julgamento na Justiça Federal.

São 4500 índios. Internamente a sua organização carece de maior sustentação na comunidade. Ainda há muita dominação da Funai. A liderança se limita a cumprir as suas ordens e pouco tem ouvido a comunidade. Da parte dos índios há um despertar para essa situação e aos poucos se vai esboçando uma proposta nova de condução política do povo.

De 85 a 87 os índios participaram de vários encontros indígenas e do movimento popular. Mas a repercussão na comunidade tem sido muito pouca. Se de um lado o movimento popular na região é relativamente novo e ainda pouco sólido, de outra parte o despertar dos índios para uma aliança com esse setor, deixa muito a desejar. Há muito por se caminhar nessa direção.

Em termos de Igreja os índios contam com o apoio decisivo do CIMI, CPT, CEB's e do Bispo de Januária. A Diocese de Januária como um todo não se comprometeu com a luta. Tudo isso são obstáculos e incentivos para se avançar no trabalho.

4. Krenak

4.1. Situação Regional

A expansão do latifúndio na região de Resplendor (MG), remonta à época de 1920 a 1972. A estrutura fundiária já está definida e estável. O poder econômico, aliado ao político, é que controla toda a vida da região. Governador Valadares, o principal centro comercial, é também local de moradia de muitos poderosos da região. É um centro extremamente repressivo. Em 1964 foi o principal alvo para o desencadeamento de toda repressão.

A pecuária é a principal atividade. São 627 estabelecimentos só no município de Resplendor e uma produção de mais de dez milhões de litros de leite/ano.

Até 1964 Governador Valadares foi um grande polo de organização e irradiação da luta popular com os sindicatos e as ligas camponesas, principalmente.

Com a repressão a todos esses movimentos, as principais lideranças foram presas. Algumas estão até hoje desaparecidas. Todo o movimento também desapareceu. Atualmente não há nenhuma força viva do movimento popular na região. Os latifundiários têm domínio absoluto, sem contestação. Os krenak são a única voz discordante que questiona o poder e exige seus direitos. No entanto não conseguiu despertar outras lutas.

4.2. Situação dos Índios

O povo Krenak sempre foi marcado pela dispersão, provocada pelo roubo de suas terras, por sucessivas transferências e convívio forçado com outros grupos indígenas.

Pertencentes ao tronco linguístico macro-jê, a maioria dos adultos fala seu idioma, embora a comunicação entre eles seja feita em português. A grande dificuldade na transmissão da língua materna às novas gerações se deve aos vários casamentos inter-tribais e com não-índios.

Em 1972 foram transferidos para a Fazenda Guarani, em Carmésia (MG), de onde retornaram oito anos depois, passando a ocupar uma gleba de 62,4 ha, dos 4000 ha a que têm direito. A partir daí inicia-se a sua luta para recuperar suas terras, chegando a recuperar neste mesmo ano mais seis hectares. Internamente se reorganizaram em função da luta, reativando a identidade étnica e a memória. Coincidentemente é o período de abertura política, de reorganização da sociedade, de luta pela anistia, de criação de entidades de apoio aos índios. A luta dos Krenak sobreviveu e avançou porque transpôs os limites da região, conseguindo se aliar com outras lutas, embora esta mediação tenha sempre sido feita pelo CIMI e GREQUI - Grupo de Estudos da Questão Indígena.

A presença do CIMI junto aos Krenak foi sempre de assessoria, apoio à luta e reivindicação dos mesmos e denúncia.

O trabalho se dava através de visitas e reuniões com toda a comunidade.

Vemos como grande falha o fato de não ter investido na formação.

Os Krenak hoje se identificam internamente em Nakrehê e Krenak. Para o mundo exterior são simplesmente Krenak. Têm consciência de serem diferentes da população regional pela sua história e por seus direitos.

Hoje enfrentam problemas de liderança, culturais e de mestiçagem.

No século XIX eram caçadores e coletores e hoje são agricultores e criadores. A atividade econômica por eles desenvolvida é agricultura, pecuária e criação de porcos e galinhas, além da pesca.

A tendência é manter a agricultura só para subsidiar a pecuária, reproduzindo o modus vivendi da região, embora mantendo a posse e uso coletivo da terra.

Circulam livremente pelas cidades. Frequentam bares e bailes, comerciam seus produtos. Participam da Cooperativa como fornecedores de leite e compradores de produtos.

A educação é oferecida pela Funai, alienada e alienante. Também a saúde, sem nenhum trabalho de recuperação da cultura tradicional indígena, o que demonstra clara política de integração.

A luta dos Krenak é a única na região, constituindo em uma ilha de resistência. Estão integrados na economia regional, porém convivendo com a grande capacidade de resistência, mantendo uma forte identidade étnica alimentada pela memória histórica, pela luta pela terra, pela posse e uso coletivo da terra.

A sociedade oferece aos Krenak única e exclusivamente a via de integração. Qual outra alternativa teria?

5. Maxakali

5.1. Situação Regional

O poder econômico da região está centrado na pecuária, em mãos de poucos, num total de 400 propriedades, entre grandes, médios e pequenos proprietários. O município é o de Bertópolis (MG).

Os grandes proprietários impõem um sistema escravocrata na região. Residem nas grandes cidades, constituindo seu lugar-tenente jagunços e pistoleiros.

Grande número de agricultores sem terra migra periodicamente para o sul da Bahia, norte do Espírito Santo e São Paulo. Os poucos que restam trabalham de alugado, sem nenhuma segurança, proteção jurídica ou estabilidade. Os jovens deixam de vez a região, indo para São Paulo ou Belo Horizonte. Os pequenos proprietários produzem para sobreviver, carentes de qualquer apoio e incentivo.

As feiras que antes apresentavam vários produtos, estão fracas e praticamente reduzidas a produtos industrializados.

Os meios de comunicação se reduzem a um posto telefônico na sede do município, uma agência de correio e uma linha de ônibus que liga o município à capital e duas pequenas linhas intermunicipais. Nos tempos de chuva o município fica totalmente desligado do resto do Estado, pela precariedade das estradas.

Não existe serviço de saneamento básico. O atendimento médico é precário. No posto de saúde falta medicamentos para os primeiros socorros. A ambulância está fora de circulação, em mãos de políticos. O hospital mais próximo está na cidade de Águas Formosas. O índice de mortalidade infantil é bem alto, sendo a causa principal: a verminose, desidratação, desnutrição e doenças pulmonares.

Os pais só registram os filhos no período escolar, quando já superaram os problemas de saúde (o risco de vida). As crianças que morrem na primeira infância, são sepultadas sem registro e sem atestado de óbito.

Já existem sinais do movimento popular na região: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Movimento dos Sem Terra, Saúde Popular, CEB's. Em todos eles há um esforço de caminhada e seus membros têm participado de reuniões a nível setorial, regional e estadual. Existe um pequeno grupo que acredita na força da organização do povo e caminha até doze horas - ida e volta - à pé para participar de uma reunião. Entretanto por falta de transporte, as distâncias e dificuldades financeiras são fortes agravantes para uma melhor articulação dos movimentos populares na região.

5.2. Situação dos Índios

A demarcação da terra ocorreu em 1940 e 1955, nas áreas de Água Boa e Pradinho, que estão separadas por um corredor de fazendas. A demarcação se deu devido a grandes conflitos entre posseiros e índios. A reunificação da área é imprescindível para os índios que se sentem sem condição de enfrentar a luta. Então transferem-na para o CIMI e Funai.

Segundo o relato dos antigos posseiros, hoje residentes em Santa Helena e Machacalis, os índios viviam da lavoura, caça e pesca e coleta. Com a política assistencialista da Funai foi reduzida em muito sua atividade de plantio de roças. Com o quase extermínio da caça e da pesca e a falta de fornecimento necessário da cantina, por parte da Funai, passou a adotar o sistema de meeiro, que hoje está muito forte, inclusive para a coleta de capim.

Um outro meio de sustentação da vida é o artesanato, mas são muito explorados na comercialização de sua produção.

Quanto à saúde se vem constatando entre os Maxakali um elevado índice de mortalidade infantil em consequência da fome (desnutrição). De agosto /86 a abril/87 morreram 14 crianças abaixo de dois anos. Para uma população de 600 índios, isso é muito significativo. Frequentemente são conduzidos a um internamento hospitalar. As causas são sempre as mesmas: desnutrição, tuberculose, pneumonia... Por influência da Funai, que fornece medicamentos alopatas, deixaram o uso dos medicamentos tradicionais, feitos à base de plantas curativas. Conservam ainda o uso da religião para a cura dos doentes.

A desorganização interna na tribo é um fator que contribui para o desequilíbrio da saúde dos índios. O uso da cachaça curtida e de desodorante, como um vício arraigado nas aldeias, além das consequências imediatas, tem sido visto por alguns médicos como agravante que poderá, no futuro, provocar cegueira e outras lesões graves.

O Maxakali destaca-se pelo empenho em cultivar sua cultura. De modo particular na orientação das crianças. A escola mantida pela Funai não tem para eles nenhum sentido. As professoras não estão preparadas para o desempenho pedagógico de sua função junto a este povo.

Quanto aos jovens, quase nenhum deles participa da religião, do trabalho na roça e das reuniões da aldeia. Em geral mostram pouco interesse pelo problema da terra.

A flexibilidade, o medo e a fuga são fatores que contribuem até hoje para a sobrevivência desse povo. O enfrentamento não faz parte do seu modo de ser. Isso só acontece quando eles se vêm apoiados ou sustentados por alguém que está ao lado deles nas lutas.

É um povo sóbrio por natureza e só usa da sociedade envolvente o que lhe convém, sem ultrapassar seus costumes.

Sob a liderança do Capitão Pinheiro os fazendeiros da região se reúnem esporadicamente, planejando estratégias de ataque aos Maxakali. As agressões e violências visam sobretudo a total posse da terra. Para isso usam de todo tipo de manipulação dos índios: cachaça, presentes, dinheiro...

Apresentando a situação dos Pataxó há há há, Maxakali, Xakriabá, Krenak e Tupini-kin/Guarani, tentamos dar uma amostragem da situação predominante na Região Leste do Brasil, aonde atua o CIMI-Leste. A seguir tentaremos analisar um pouco essa realidade, a título de questionamentos e conclusões.

6. Síntese dos Grupos

A Região Leste do Brasil é uma área de ocupação antiga, cuja estrutura fundiária já está definida. A economia está integrada à economia internacional, numa relação de dependência. As atividades econômicas que interferem diretamente sobre as populações indígenas são o eucalipto, o cacau, a pecuária. Estão voltadas para a exportação, com pouco retorno ao país. E com muitos incentivos fiscais por parte do governo federal, estadual e municipal.

As metas de dominação mudam segundo os interesses dos dominadores, para perpetuarem a dominação.

A política desenvolvimentista. A concentração de riquezas não olha fronteiras. Daí temos como consequência uma ótica integracionista, cujo critério de razoabilidade não será mais a terra habitada pelo índio, mas a terra economicamente ocupada.

A política econômica adotada no Brasil sempre foi predatória e voltada para interesses do estrangeiro. A história brasileira é manipulada; descaracterizadas a organização do povo e a manifestação de seu modo de ser.

No Leste vemos ainda como consequência dessa política o desaparecimento de inúmeros povos indígenas. Restam poucos com pouca terra, mesmo assim invadidas. A grande maioria do povo sofre um processo violento de pauperização. São destruídas formas tradicionais de subsistência. Tanto índios como pequenos proprietários são obrigados a adotar um modo de produção capitalista. Enquanto isso a terra e a renda se vão concentrando cada vez mais nas mãos de uns poucos. O camponês é expulso da terra promovendo a inchação da cidade, aumentando o exército de reserva. No campo cultural percebe-se uma total desvalorização do nacional e uma imposição do externo.

Adotam-se novos valores e afasta-se a consciência do que é realmente um valor. Destruição de formas comunitárias de agir. Destruição das organizações autônomas do povo. Uma imposição de modelos que são a reprodução do modelo dominante. O Estado é apenas um instrumento do poder do Projeto Dominante. Antes assumia o caráter de Estado-militar, hoje, de Estado-liberal, nem por isso menos militarizado.

Enquanto isso há sinais de resistência a partir do povo. Pela não adesão às formas de participação oficial; pela luta em fixar-se à terra; pela insistência na manutenção de certas manifestações e valores culturais. Nessa resistência nos deparamos com duas vertentes: uma que reproduz o modelo dominante institucional (reformista). Outra que cria formas alternativas de organização e luta, sem o controle do Estado. Ali há avanços.

Há, contudo, a falta da unificação da luta popular. O movimento popular se fraciona em facções da cidade e do campo. Quando há uma unificação, mesmo que só para lutas imediatas, se constata avanços. Não somente a nível de articulação, mas, principalmente, a nível de alianças.

Os desafios a nós postos se dão no nível da ampliação e democratização da participação popular; recursos humanos e financeiros; maior fortalecimento da organização interna dos grupos de base, tendo em vista maior representatividade nas articulações.

Ao longo de nove anos do CIMI-Leste contribuimos efetivamente:

- no apoio e assessoria à luta pela terra;
- presença junto às comunidades indígenas, principalmente nos momentos mais difíceis.
- possibilitando uma maior organização interna nas aldeias.
- ampla divulgação da causa indígena a nível de Igreja e da sociedade envolvente.

Sentimos como nossas deficiências:

- formação de liderança fora da comunidade.
 - pouco se conseguiu avançar em termos de formação dos missionários.
- ainda é deficiente a nossa articulação a nível local, regional e nacional com o movimento popular.
- o trabalho deixa muito a desejar em termos de organização e planejamento.
 - o movimento indígena não consegue se articular com o movimento popular e vice-versa. Ao CIMI falta clareza nesse particular.

O CIMI trabalhou com a comunidade via lideranças. Essa prática não foi exitosa. O desafio é trabalhar com a comunidade, tendo a liderança unilateralmente vinculada à comunidade. Para que haja uma conscientização a partir de uma prática participativa.

O CIMI contribuiu para que os índios conquistassem a terra. Mas o novo não se instaurou a partir dessas conquistas. A tendência é se reproduzir a nível interno modelos de dominação da sociedade burguesa. O que fazer para que isso não ocorra? Como contribuir

para que se instaure novas relações já no processo de luta pela terra e na sua continuidade?

Outro aspecto que nos desafia é a nossa própria formação. Precisamos nos capacitar para que não norteemos a nossa ação pastoral na base do "achismo".

A relação do Movimento Indígena com o Movimento Popular há que ser intensificada. E nesse particular há muito por se caminhar. Como isso se dará?

Belo Horizonte, 16 de junho de 1987

Conselho Indigenista Missionário
Regional Leste

RESUMO DA COMISSÃO DOS GRANDES PROJETOS

Nello Rufaldi-25/6/87

O estudo que agora resumimos é o resultado de um trabalho conjunto entre os regionais Norte I, Norte II e Maranhão, a pedido do Conselho Nacional do Cimi, como contribuição à Assembléia.

Os regionais: em seus relatórios, foram fartos em informações sobre os Grandes Projetos, por isso nos limitaremos a fazer alguns enfoques que ajudarão a entender melhor o conjunto dos dados.

I. ENFOQUES:

1. Se de um lado o sistema capitalista tem como denominador comum a procura do lucro, através do controle dos meios de produção, o capitalismo implantado na Amazônia se diferencia do capitalismo nos países ricos. Nestes é mais estruturado e programado visando lucros a longo prazo.

Na Amazônia é DEVASTADOR, desarticulado e competitivo entre si. Se apresenta como SAQUEADOR das riquezas naturais e destruidor da ecologia. É um tipo de capitalismo que vai contra a sua própria ideologia, porque depois de tirar as riquezas, não vai ter mais o que roubar.

2. As agências financiadoras (Banco Mundial, BIRD, etc) parecem perseguir um objetivo diferente, quando se propõem criar uma burguesia agrícola conservadora, como acontece nos projetos Nordetão, Polonoroeste, Polamazônico. Porém não logram o seu objetivo porque não levam em conta a situação diferenciada.

3. O Estado tem papel de acomodador. De um lado depende do capital e o apoia, e do outro lado precisa do aval popular. Por isso os meios de comunicação estão a serviço da DESINFORMAÇÃO, criando os "lobby" do desenvolvimento, e agindo através de um assistencialismo ineficiente.

4. O capital privado para se perpetuar precisa investir os lucros. As estatais adquiriram quase uma independência dentro do Estado. Elas usam uma tecnologia avançada e possuem uma grande infraestrutura e especialização. E para se manter, precisam criar novos projetos a fim de obter mais recursos.

II. CAPITALISMO E ÁREAS INDÍGENAS

1. O capital precisa e quer as terras e as riquezas naturais dos índios, por isso que as áreas indígenas não estão sendo de-

marcadas ou são reduzidas.

2. Capital e povos indígenas são estruturalmente diferenciados: os dois mundos não podem existir. Atualmente o capital visa "converter" os índios e mudar a sua cabeça, em relação à terra e ao sistema social.

III. PISTAS DE AÇÃO:

1. Continuar com as denúncias e a informação a partir do lugar dos índios e dos oprimidos (jornal, dossiê, campanhas).

2. Os índios precisam conhecer os mecanismos do capital e suas consequências. Os cursos e encontros são importantes.

3. Devido às rápidas mudanças (ecossistema, cultura e religião), a nossa tarefa é assessorar na procura de formas alternativas.

INTERVENÇÃO NO PLENÁRIO : (25/06/87)

PAULO SUESS - (1ª intervenção)

Retomando a temática da Assembléia, podemos propor o seguinte esquema:

PROJETO DOMINANTE	PROJETO POPULAR	PROJETO DO CIMI
Divisão Cooptação Violência	Dividido Difuso	→ Pessimismo Esperança
Continuação estrutural	Mudança	Pastoral Indig: - Cimi - Pastoral Ind. ausente

O Cimi atua em duas frentes: nos Direitos Humanos e na Pastoral propriamente dita. Há uma disparidade entre estes dois campos. No primeiro existe sete assessores e no segundo não há nenhum.

Parece que não há ligação entre estas frentes. Qual seria o papel da Teologia nesta luta pela terra? A partir do que e como resistir?

Quanto à Pastoral propriamente dita, podemos classificar em: pastoral da presença, pastoral sacramental e pastoral prẽ-

conciliar (pastoral muito conservadora).

Nos dois campos - Direitos Humanos e Pastoral, ainda estamos no paternalismo. Precisamos passar do paternalismo para a libertação ; de pastoral indigenista para a pastoral indígena.

Nossa indefinição no relacionamento destas duas linhas, repercute na formação dos nossos agentes.

IVO POLETTO

Em nossa sociedade, o desafio é a existência de um Projeto Político que dê resposta histórica à revolta objetiva do povo. Sem isso, afirma-se o poder dos que dominam. A questão maior é a fragilidade da organização popular.

O fundamental está na construção de meios e na articulação da experiência popular. É preciso que aconteça, por exemplo, uma articulação dos povos indígenas, para que eles coloquem também seu projeto.

Ainda não se conseguiu apreender e articular as propostas presentes nas lutas populares, para enfrentar o Projeto Dominante. As lutas populares ainda não foram canalizadas, principalmente pela incapacidade dos organismos articuladores ^{de} provocarem a explicitação ^{do} projeto político popular, de baixo para cima. Assim as lutas parecem caminhar paralelas.

Foi importante o que Pe. Paulo Suess falou sobre a importância da Teologia. Se não aprofundarmos a "Teologia da Terra", por exemplo, quem faz a Pastoral da Terra não contribuirá com uma dimensão fundamental da luta popular pela terra. E as sementes desta Teologia estão nas vivências dos povos indígenas, nas culturas africanas e nos camponeses.

Pe. PAULO SUESS

Vendo a situação atual, o nosso relacionamento com a UNI, é no fundo um relacionamento de cúpula com cúpula. Deveríamos pelo contrário, ter um relacionamento pela base, isto é, tentar fazer com que surja uma UNI pela base.

Hoje existe uma autonomia organizacional dos índios. Isto não quer dizer que deva existir uma ideologia autônoma indígena. A ideologia da indianidade é utópica e inviável, pois não existe uma terceira via.

Os indígenas terão que assumir as ideologias dominantes (marxismo, catolicismo, liberalismo) para depois traduzir isto na prática, como a Igreja indígena, a organização indígena, etc.

D. TOMÁS BALDUINO (1ª intervenção)

Onde está a resposta ao projeto dominante? Vemos a caracterização do projeto dominante e o projeto popular. Mas ainda não projetamos algo que seja resposta. Não há proposta concreta.

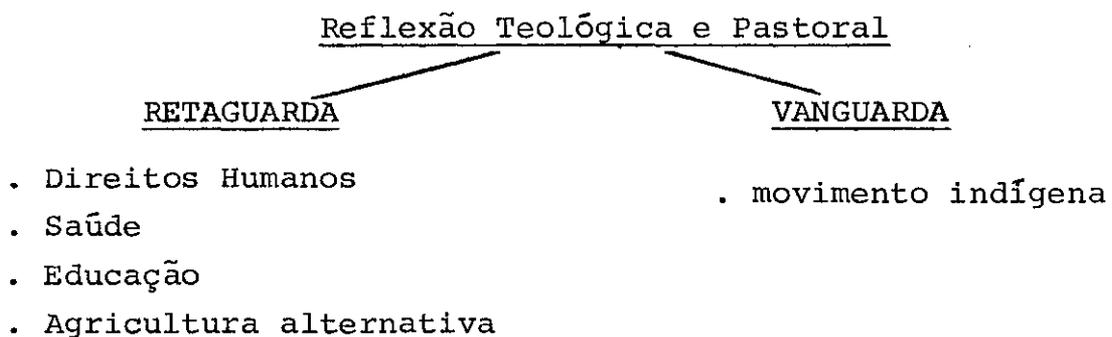
Por exemplo: As Assembléias Indígenas assustaram o sistema por ser mobilização indígena. Hoje Cimi e os índios estão a reboque dos acontecimentos e não na frente. Necessitamos algo que avance. A Guerrilha pode estar dentro do projeto popular. Neste caso onde estariam os índios e os lavradores?

Na luta pela Reforma Agrária a UDR leva. Só a CPT com respaldo da CNBB faz uma fraca frente. Na luta indígena temos que tomar a dianteira.

(2ª intervenção)

Na luta há uma vanguarda que avança e uma retaguarda que apóia. O Cimi começou sendo vanguarda pela mobilização dos índios. Atualmente desenvolve mais a retaguarda com as assessorias nos direitos humanos, saúde, educação, agricultura. É necessário aprofundar todos estes caminhos para caminhar equilibradamente. Mas nas mediações e na ação política do movimento indígena, não está claro a ligação entre esses dois campos.

Para evitar conflitos ou ambigüidades, a reflexão teológica deveria informar e dar forma e embasamento para esses dois campos. Graficamente poderíamos representar assim:



NB: Comentário de Paulo Suess: este é o esquema ideal. O que apresentei anteriormente é o esquema real.

IVO POLETTO (2^a intervenção)

O que está polarizando a discussão é a viabilidade da sobrevivência dos povos indígenas, politicamente frágeis e culturalmente enfraquecidos.

Os que dominam pretendem sempre mantê-los divididos. É muito mais fácil o controle, quando se está sem organização. As revoltas que ocorrem não conseguem atingir o sistema. Entre os trabalhadores, essas ações de protesto já começam a assustar o poder.

Frente a isso, ou o poder dominante liquida a organização, matando os cabeças, ou a coloca sob seu controle, através do controle oficial do sindicalismo ou de outras formas de organização.

Temos agora um desafio: elaborar um projeto popular, um plano que seja elaborado pelos próprios sujeitos em que são. Caso contrário, vamos repetir os erros antigos, fazendo algo de cima para baixo, como aconteceu com os projetos elaborados por "iluminados". Os partidos "proletários" estão aí para confirmar o que digo.

Outros desafios: a necessidade das nações indígenas reencontrarem na soma de sua fragilidade, a sua força.

. Unir a-experiência de luta de trabalho coletivo e cultural de cada povo, com a luta e as experiências dos camponeses e operários.

. Criar meios para que estas forças populares e indígenas se articulem, participando do processo de elaboração do Projeto Político Popular, entrando como sujeitos do processo de transformação da sociedade.

RELATÓRIO DO REGIONAL NORTE II DO CIMI

I - O PROJETO DOMINANTE E SUAS REPERCUSSÕES NAS ÁREAS INDÍGENAS.

Conforme o relatório da comissão dos Grandes Projetos, a atuação do capitalismo na Amazônia é desorganizada e exploradora. Não se pode dizer por isso que existe na região um projeto dominante, mas um sistema dominante, que é o capitalismo selvagem, explorador e colonial.

1 - O SISTEMA DOMINANTE

Ele é muito difuso e onipresente, manifestando-se através de vários projetos, como:

- O projeto hídrico (Tucuruí, Balbina, Xingu)
- O projeto mineral (Grande Carajás, Surucucus)
- O projeto militar (Calha Norte, Cachimbo)
- O projeto de ocupação de novas fronteiras (Polo Noroeste, Plano de Desenvolvimento da Amazônia)
- O projeto de colonização (Tucumã)
- O projeto Agropecuário (Fazendas, Agro-indústria)
- O projeto extrativista (madeira, Seringueiros, Castanheiros)

Além disso encontramos outros órgãos que participam deste sistema colonizador e dominante como: Funai, Prefeituras, Secretaria de Educação, SUCAM, ASTER (Assistência Técnica e Expansão Rural), Fundação Educar, COMARA (Comando Aéreo Regional da Amazônia), FAB, Exército etc., que cada um a seu modo contribuem para a manutenção deste sistema.

2 - REPERCUSSÕES FÍSICAS E SOCIAIS NA REGIÃO

Este sistema tem provocado grandes desequilíbrios em várias áreas, que se manifestam principalmente em:

- grandes mudanças econômicas e sociais da região;
- crescimento populacional, sem infra-estrutura;
- imigração desordenada;
- expulsão dos posseiros e luta pela terra;
- violência generalizada e falta de segurança;
- poluição dos rios;
- devastação das florestas;
- surgimento de novas doenças;

3 - REPERCUSSÕES NAS ÁREAS INDÍGENAS

Os grupos indígenas foram as maiores vítimas destes desequilíbrios, como:

- a não demarcação de suas áreas;
- manipulação nas demarcações;

- introdução de grandes recursos econômicos em certas áreas, gerando dependência e corrupção;
- cooptação de lideranças;
- processo de assimilação violento, através, através da escola oficial nas aldeias e introdução de novas necessidades;
- mudança de mentalidade indígena em relação à terra e à convivência social;
- pressão sobre alguns grupos mais combativos, como os Kayapó, para que não cumpram a legislação sobre a exploração das riquezas do sub-solo;
- introdução de uma medicina que cria dependência;
- esvaziamento da Funai, que se desgasta também com divergências de políticas internas.

II - O PROJETO POPULAR

Mais do que um projeto popular, existe um sonho popular de um mundo novo e melhor. Este sonho é muito mais consistente do que parece e se manifesta em muitos níveis. Às vezes se caracteriza por atitudes de descrença e de desconfiança por parte da população, frente ao discurso oficial.

Alguns grupos mais conscientes e organizados, procuram transformar este sonho em projeto, como ocorre com os sindicatos combativos, movimentos de Igreja mais engajados (CEBs, CPT, CIMI), Associações de Moradores (CBB- Comissão dos Bairros), movimentos populares (negros, ecologia), partidos políticos autênticos etc.

Muitos destes movimentos não se apresentam como articulados e cada um tem seu objetivo específico. Algumas vezes se unem em determinada ação especial, mas geralmente são desarticulados. As organizações de Igreja apresentam-se mais entrosadas, mas nem sempre apresentam uma eficiência prática.

1 - O PROJETO ALTERNATIVO EM NÍVEL INDÍGENA

Este projeto ainda é embrionário e se manifesta muitas vezes isoladamente, como:

- assembleias indígenas, regionais ou por grupos linguísticos (tupy, Kayapó);
- demarcação realizada pelos próprios índios;
- articulação dos índios com lavradores expropriados (Tucurui);
- escola alternativa (alfabetização na língua e dentro do mundo cultural do grupo);
- contestação de lideranças cooptadas (alguns índios começam a abandonar a aldeia destes caciques comprados),

2 - NOSSA RESPOSTA

2.1 - EM NÍVEL DE CIMI REGIONAL

O CIMI animou e promoveu várias iniciativas em resposta ao projeto dominante:

- campanhas a favor dos Tembê, junto com a CPT;
- pesquisa sobre o Projeto Carajás e suas consequências para as populações indígenas, junto com o CIMI MA;
- campanha "Tucurui Urgente" em favor de colonos e índios desapropriados. Esta foi a nível internacional e com a participação de várias entidades.
- pesquisa e colaboração ao dossiê sobre Hidrelétrica do Xingu, editado pela Comissão Pró Índio.
- campanha Calha Norte.

Estas campanhas, apesar de bem sucedidas, se de um lado conseguiram apoio e simpatia por parte da população e organizações não mudaram o rumo dos acontecimentos.

Várias sugestões surgiram e que podem ser realizadas em nível regional:

- conscientizar e preparar os agentes sobre as consequências destes projetos;
- encontros periódicos para avaliar nossa atuação;
- presença solidária junto aos povos indígenas, partilhando sua vida e seu destino;
- preparar melhor os missionários, no nível humano, antropológico, linguístico, pastoral e eclesiológico;
- realizar cursos sobre a religiosidade indígena;

2.2 EM NÍVEL DE SOCIEDADE ENVOLVENTE

2.2.1 - IGREJA

A Igreja se tornou mais sensível e aberta com a problemática indigenista.

Tem dioceses e prelazias que reconhecem e apoiam no conjunto do Plano Global. Em algumas dioceses nasceram grupos de apoio à causa indígena.

Entretanto não é esta a situação geral e as vezes o apoio não chega a ser efetivo nas questões práticas.

Sugestões:

- participar das Assembléias diocesanas para se colocar a questão indígena;
- promover cursos de indigenismo para agentes de pastoral;
- fazer com que as Dioceses ou Prelazias assumam mais a questão indígena, sobretudo por ocasião da Semana do Índio.

2.2.2 SOCIEDADE CIVIL

Como já dissemos, nestes anos a atitude geral quanto aos índios mudou sensivelmente. Se nota mais conhecimento, respeito e apoio.

Acreditamos que isto em boa parte é devido ao CIMI a nível nacional e regional, através de subsídios, campanhas e sensibilização.

Entretanto a nível de ação as pessoas e as entidades estão mais preocupadas com seus problemas e índios e o CIMI fica isolado na hora da luta.

Queremos continuar em:

- organizar campanhas de denúncia contra projetos dominantes (Calha Norte, Hidrelétrica do Xingu etc).
- organizar campanhas em favor de alguns povos indígenas atingidos.
- criar grupos de apoio local para conscientizar a população local.

Belém, 19 de junho de 1987.

X ASSEMBLÉIA REGIONAL DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
REGIONAL MARANHÃO

..... ::::: // // // ::::: // // //

DATA: 21 - 24 de maio de 1987

LOCAL: OLHO D'ÁGUA (SÃO LUÍS)

PARTICIPANTES: Pe. Claudio Zannoni (Coordenador), Pe. Carlos Ubbiali (Vice-Pres. Nac.), Pe. Claudio Bombieri (Sta. Luzia do Paruá), Júlio Azcárate, Charo Nuñez, Maria Mirtes dos Santos Barros (São Luís), Pe. Mario Guidi (Bom Jardim), Pe. Marcos Passerini (Tempos Novos) Francisco Gonçalves (jornalista).

ASSESORES: Dep. Gastão Vieira, Dep. Juarez Medeiros, Dr. Celso Veras (Coord. Reg. Proj. Nordeste).

ASSUNTO: Análise do Projeto Carajás dentro da perspectiva do Projeto Dominante, e do Projeto Popular, e as respostas do CIMI regional.

..... +++++

RELATÓRIO PARA A ASSEMBLÉIA NACIONAL

..... +++++

INTRODUÇÃO

"É preciso que busquemos vias e projetos concretos para desenvolver futuramente nosso trabalho ao lado das populações indígenas e camponesas do Maranhão". Esta foi uma das principais preocupações no decorrer da Assembléia, a partir da análise feita sobre o Programa Grande Carajás, em vista das suas consequências sobre estas populações. O Maranhão está sofrendo uma transformação industrial irreversível. É um processo regido pelas leis económicas internacionais e não pelas leis internas do Estado, que visa a captura agressiva do mercado internacional. Esta transformação vai fazer com que a maior parte da população camponesa se transforme em mão de obra barata e temporária a serviço do capital. Podemos chamar isto de um processo de proletarianização do homem do campo.

Diante do Projeto Carajás, como Projeto Dominante, pensamos que não se pode falar da existência de um Projeto Popular determinado, aliás chegamos sempre atrasados.

Se lançaram campanhas, se produziram cartilhas, se promoveram debates etc... no entanto a Alcoa, a Ferrovia etc... estavam sendo implantadas ou levadas à conclusão irremediavelmente.

Frente aos novos polos industriais do Maranhão (Imperatriz, Açailândia, Buriticupu, Santa Inês, Rosário, São Luís, Balsas) acaso podemos considerar que existe algum tipo de projeto ou alternativa popular? Não basta informar ou tratar genericamente o problema. Devemos analisar as expectativas de índios e trabalhadores e reformular nossa atitude a nível de Igreja.

PROJETO DOMINANTE : ALGUNS ASPECTOS DO P.G.C.

-2-

Na década de 70 as empresas mineradoras começaram a enfrentar três tipos de problemas de nível internacional:

- 1) PROBLEMA ECOLÓGICO: o crescimento na Europa os movimentos ecológicos que reivindicam a preservação do meio ambiente e o fim da poluição.
- 2) PROBLEMA DE RESERVAS: a procura sempre maior de matérias primas para serem esportadas ao estado bruto a fim de constituir reservas estratégicas estocadas esperando épocas de mercado mais propícias.
- 3) PROBLEMA DE ORDEM POLÍTICA: as multinacionais tiveram que propiciar golpes para poder sobreviver em determinados estados. Foi por exemplo o caso da Alcoa no Suriname, devido aos pesados impostos que devia pagar sobre o alumínio.

O Brasil oferecia boas perspectivas para todos estes três casos:

- uma legislação anti-poluição das menos rigorosas existentes;
- abundância de reservas minerais;
- possibilidade de estocar matérias primas e esportá-las ao estado bruto como reservas;
- um regime militar bem implantado e seguro;
- exenção de impostos (incentivos fiscais) para poder suportar as perdas iniciais no mercado externo por um determinado tempo;
- possibilidade da combinação do capital nacional com o capital estrangeiro formando empresas mixtas e evitando restrições econômicas;
- oferta de estruturas para o setor público tais como: energia elétrica, estradas etc.....

A lógica do Projeto não foi aquela de criar recursos através da exportação para pagar a dívida externa, mas sim, a troca de matérias primas por créditos bancários internacionais.

A U.S. Still foi quem descobriu o potencial mineral da Serra dos Carajás a qual se associou logo à CVRD criando uma empresa mixta satis fazendo à legislação nacional que obrigava a isso.

No entanto os interesses das duas companhias eram contrastantes:

- a U.S. Still não estava interessada na exploração urgente do minério em quanto possuía outras reservas em outros países em fase de exploração; ainda mais, o preço do minério de ferro no mercado internacional estava muito baixo. A empresa estava interessada em estocar para o futuro.
- a CVRD ao contrário estava interessada à exploração do minério em quanto às reservas do Centro-Neste estavam se exaurindo e com um custo de exploração bastante alto impossibilitando a competência em campo internacional.

Este contraste levou à visão das duas companhias e à indenização da U.S. Still por parte da CVRD.

É a partir deste momento que a CVRD leva pra frente o projeto sozinho procurando outros parceiros no mercado internacional.

O Banco Mundial financiou parte do projeto com a condição, posterior, da realização de projetos complementares em vista dos impactos do projeto sobre as populações indígenas e camponesas, e sobre o ecossistema da região.

Estes projetos de nível social exigidos pelo Banco Mundial de nada serviram se não para "limpar a cara" do mesmo a nível internacional. Na realidade pouco ou nada fizeram e até às vezes provocaram consequências desastrosas. É o caso por exemplo do Projeto "Ferro Carajás Apoio às Comunidades Indígenas" em convênio entre CVRD e FUNAI.

Atualmente a competitividade da CVRD a nível internacional depende do custo do frete. No entanto existem sérios problemas:

- 1) o porto de Itaqui não permite a entrada de navios de grande porte (granaleiros) se não através de quatro rebocadores;
- 2) não têm retorno do frete: os barcos saem cheios de minérios mas voltam vazios;
- 3) falta uma rede interligada de transportes para a comercialização ser competitiva.

Consequentemente a situação da CVRD é gravíssima no mercado internacional. A saída prática disto são as usinas de Ferro-Gusa para a transformação do minério dentro do país usando da mesma rede de transporte já existente, a ferrovia.

: AS USINAS DE FERRO-GUSA

As usinas siderúrgicas a serem implantadas no Maranhão serão localizadas em: Açailândia (cinco), Buriticupu (duas), Santa Inês (uma), Rosário (duas: ferro-liga e manganês) e São Luís (uma).

O total previsto de produção de Ferro-Gusa é de 5 milhões de toneladas por ano das quais 3 milhões produzidas só pela siderúrgica de São Luís, que provavelmente irá funcionar com carvão mineral diretamente importado.

Os outros 2 milhões serão produzidos pelas usinas de Açailândia, Buriticupu e Santa Inês. Para esta produção (2 milhões) anual de ferro-gusa precisa-se de 8 milhões de metros cúbicos de carvão vegetal ou seja, 24 milhões de estéreos (metros cúbicos) de lenha. A necessidade de carvão para a produção de Ferro-Gusa é muito alta. Eis porque os guseiros do Centro-Leste estão atraídos pelo Corredor Carajás em quanto as reservas de madeira ficam perto das usinas. Em Minas, ao contrário, o carvão está sendo procurado até com 800 Km. de distância.

: CONSEQUÊNCIAS DO CARVÃO VEGETAL

- Inicialmente o preço deverá ser alto para atrair os produtores incentivando a exploração. Aumentando a produção o preço irá cair criando uma certa dependência;
- Os grandes latifundiários vão querer se converter em empresas produtoras de carvão vegetal usando da mão de obra desqualificada oferecida pelo fechamento da Serra Pelada e pela Seca do Nordeste que, segundo previsões terá seu ápice em 1990 trazendo para o Maranhão muitos fugitivos do Piauí, do Ceará etc...
- A proletarianização do homem do campo em consequência da mudança de produtor autônomo para assalariado ou temporário.
- A paralização da Reforma Agrária que teria que ser feita antes que os latifundiários encontrem uma saída legal para a produção e comercialização do carvão vegetal. O perigo é a união dos interesses dos guseiros de Minas com os interesses dos latifundiários sediados na região e representados pelos grupos pernambucanos. Por parte dos grupos pernambucanos existe uma proposta "social" que consiste em resolver os 20 conflitos agrários do Maranhão referentes às desapropriações para Reforma Agrária. O intuito é de se apoderar do restante das terras para "Produzir carvão, queimando madeira e reflorestando com verbas do IBDF".

- A grande poluição que as Siderúrgicas irão provocar. Açailândia poderá se transformar em pouco tempo na "segunda cubatão".

: GOVERNO DO ESTADO X P.G.C.

- O Governador do Estado se coloca como aquele que trouxe a industrialização para o Estado (refinaria, siderúrgicas etc...).
- A classe política estadual, regional e até federal não tem nenhum poder de interferência. No máximo a CVRD trata diretamente com os Governadores.
- Os militares exercem ainda o controle sobre os minerais estratégicos, centrais elétricas etc... Uma prova disso foi a criação do GETAT que serviu para controlar uma região estrategicamente importante qual a tovatina. O poder militar nestes últimos anos ficou muito relegado na área de Açailândia.

: CVRD NO MERCADO ECONÓMICO INTERNACIONAL

Se os empreendimentos do P.G.C. são deficitário diante:

- do baixo preço do minério a nível internacional;
- da procura sempre maior de alternativas ao ferro através das fibras óticas;
- do alto custo do transporte,

a quem favorecem então?

Seria ingênuo dizer que servem ao Grande Capital. O Grande Capital particular estaria interessado só se tivessem lucros a curto prazo. A CVRD ao contrário, se vê comprometida em investir em razão de sua sobrevivência. No entanto, com a sua política de preços baixos ganhou de 27 a 30 por cento do mercado internacional do ferro. O déficit, a dizer de alguns economistas, perdurará durante os primeiros vinte anos ficando posteriormente um projeto rentável.

: CONJUNTURA POLÍTICO-ECONÓMICA DO MARANHÃO

A situação político-económica do Estado é muito grave.

- A não necessidade de comprovar sua capacidade de pagamento para pedir financiamentos colocou o Estado numa situação de endividamento muito alta (segundo do Brasil).
- A política de empregos chegou a 82.000 funcionários públicos, formando assim uma máquina desqualificada, inoperante que lançou à falência o Estado impedindo assim melhoramentos a nível de saúde, educação, estradas etc...
- O atual governo mostra certas aparências democráticas e progressistas dando respaldo aos lavradores contra as pressões sempre maiores da UDR. No entanto a máquina repressiva policial continua atuando embora não tão descaradamente como antes.
- O poder sindical é muito frágil. Não tem poder de denúncia.

PROJETO POPULAR: ÍNDIOS

Diante do Carajás, como os índios foram atingidos pelo projeto e que tipo de resistência criaram?

Analisando os impactos do "Projeto Ferro Carajás, apoio às Comunidades Indígenas" pode parecer que os índios não foram muito afetados. De fato os impactos estão repercutindo agora que o projeto está na fase conclusiva (as construções da FUNAI estão ficando sem atendentes de enfermagem, sem professores, sem motoristas e até sem chefes de postos em alguns casos).

O pior ainda não chegou sendo que a produção de carvão vegetal irá criar sérios problemas para os índios:

- as siderúrgicas de ferro-gusa estão sendo implantadas perto das áreas indígenas;
- a procura de mata para o carvão irá incentivar mais as invasões das áreas indígenas;
- a transformação dos povoados limítrofes das áreas indígenas em povoados de carvoeiros e mão de obra barata irá interferir direta ou indiretamente no sistema de vida dos índios;
- isto poderá até provocar a proletarização do índio no processo de produção de carvão diante do incentivo inicial do lucro;
- e o pior, poderá fazer com que, diante da falta de assistência do órgão tutor, os índios comecem a vender suas matas a troco de dinheiro para satisfazer as necessidades de vida adquiridas nestes últimos anos através do Projeto acima referido.

A resistência dos índios ao Projeto Carajás se deu concretamente:

- desde o início eles se preocuparam com aquilo que estava acontecendo no meio deles e o aceitaram sempre com desconfiança;
- procuraram saber desde o início quais as finalidades para tentar descobrir o que iria acontecer;
- começaram a se reunir em assembléias para juntos poder tomar decisões a partir da reflexão em conjunto;
- após de uma incerteza inicial, o projeto foi aceito pelos índios procurando porém sempre fiscalizar o dinheiro. Isto levou muitas vezes os índios a denunciarem a FUNAI por desvios de verbas.

: CAMPONESES

A nível mais geral, em relação ao projeto Carajás, a nosso parecer achamos que não existe um projeto popular único no Maranhão mas sim existiram e existem ações isoladas de lavradores em certas áreas, dependendo do nível de conscientização e de apoio por parte de movimentos ou entidades.

A Reforma Agrária ocupou o espaço nos movimentos de pastoral. No entanto O CARAJÁS FOI-SE IMPLANTANDO NO SILÊNCIO.

Agora, diante de um processo claro e irreversível de industrialização surgem as perguntas:

- qual o futuro dos nossos camponeses?
- a que levará o processo de proletarização do trabalhador rural como carvoeiro?
- que respostas terá um sindicato rural para uma realidade industrial?
- como defender a permanência do lavrador na terra para não ser engolido do capital devassador?
- que tipo de CEBs teremos daqui a alguns anos visto que nossa preocupação nunca foi de prepará-las para os impactos de um processo de industrialização no Maranhão?
- que tipo de pastoral teremos agora diante de proletários com as características camponesas obrigados a entrarem no sistema de operariado?
- e outras mais.....

: PREOCUPAÇÕES PASTORAIS

Os movimentos de pastoral perderam-se diante do colosso do Carajás. O único que acompanhou algo foi o CIMI estimulado continuamente por parte dos índios e a causa dos impactos visíveis sobre as populações indígenas.

O grande dilema para as pastorais é:

-além de informar, o que vamos fazer?

-além de alertar, como vamos agir?

O grande perigo para os índios é que sejam obrigados a venderem na-deira ou a se proletarizar.

Por isso devemos informar e oferecer o instrumento de reflexão para poderem tomar suas decisões diante desse perigo, conforme sua cultura. Uma das maneiras foi através das assembléias.

Criticar, levantar questões etc... sem ter um projeto alternativo como referencial é a grande falha. Não existe um projeto popular e nem o povo se sente inserido num projeto popular alternativo.

A nível de Igreja a coisa está bastante séria. Para as CEBs o projeto popular atual parece consistir no engajamento político (prefeitos, vereadores, sindicalistas etc...) mas, qual vai ser o papel das CEBs quando a maioria dos Bispos nomeados vai ser de direita? Que espaço irão ter? A perspectiva não está clara. É lícito caminhar como se nada acontecesse para "um novo jeito de ser Igreja"? Qual o passo a ser dado dentro desta conjuntura?

Faltam movimentos populares, os sindicatos são frágeis e os partidos desarticulados.

A resposta das pastorais a tudo isto parece a continuação de uma política de sobrevivência.

No entanto nos parece que a resposta hoje seria aquela de tomar iniciativas baseadas em inventivar ocupações, provocar conflitos para que o povo se mobilize enfrentando a realidade com plena consciência do que está acontecendo.

AS RESPOSTAS DO CIMI A NÍVEL REGIONAL

Fazendo uma autocrítica da nossa ação pastoral junto aos povos indígenas achamos que procuramos não medir esforços dentro das nossas possibilidades e dificuldades. O pouco pessoal disponível para este trabalho muitas vezes impede uma maior presença. Pode ser que às vezes não inventivamos muito o engajamento de outros por vários motivos: falta de preparação e abertura dos candidatos, dificuldades em poder seguir os novos sendo muito poucos em confronto com as áreas etc... No entanto procuramos sempre estar atentos aos desdobramentos do P.G.C. e transmitir para os índios o que estava acontecendo; em outras palavras procuramos ser para eles um instrumento referencial para poderem tomar suas iniciativas conscientemente.

O que nos propomos ainda é:

- colocar em claro, isto é, abrir o jogo com os índios tentando ser realistas ao máximo, sobre as perspectivas futuras especialmente diante da produção de carvão vegetal.
- dedicar mais atenção aos povos indígenas de língua jê marcando mais presença.
- estar sempre atentos aos processos de mudança seja na estrutura, na economia, como na cultura dos índios tentando refletir passo a passo.
- não nos esquecer da sociedade envolvente em quanto a mesma irá interferir na sociedade indígena, bem ou mal????

RELATÓRIO DO CIMI REGIONAL MATO GROSSO

VII ASSEMBLÉIA NACIONAL DO CIMI NACIONAL

I- Projeto Dominante

O Mato Grosso é um Estado caracterizado pelos grandes latifúndios agropecuários que se instalaram na região a partir da década de 60, com incentivos fiscais fornecidos pela Sudam. Essa realidade ainda permanece, principalmente no noroeste do MT, mas começam a aparecer mudanças no resto do Estado, caracterizando uma nova face na estrutura fundiária

* Há uma subdivisão das terras- embora continuem grandes propriedades, já não são mais áreas imensas, Há uma preocupação dessas propriedades tornarem-se "produtivas".

* Nota-se a efetiva instalação das empresas capitalistas no campo- com maquinários, técnicas de inseminação artificial, uma maior organização empresarial. A produção, porém é monocultura de soja e criação de gado.

* Uma outra consequência desta mudança é o aparecimento de várias áreas de colonização. Áreas são loteadas por empresas imobiliárias que trazem colonos do Sul do país para trabalhar principalmente na agricultura. Novas cidades surgem em muito pouco tempo.

* Empresas madeireiras também se instalam no Estado, vinculadas às fazendas e muitas vezes se beneficiam dos incentivos fiscais concedidos às mesmas. É uma atividade conjugada à depredação das florestas causadas pelos agropecuários:

* O Polonoroeste é o grande projeto econômico, com capital fornecido pelo BID, e que atinge parte do MT e Rondônia. Esse projeto foi realizado com o propósito de fornecer infraestrutura para as empresas agropecuárias da região.

* Hidrelétricas também são concebidas pelo projeto dominante, estão em andamento no Estado: no rio dos Peixes e em Juína. Continuam as ameaças sobre o Salto Belo, no Sacre e sobre o Salto de Utiariti.

* Grandes investimentos estão sendo feitos por mineradoras em garimpos fluviais, causando graves problemas sociais e ecológicos e transformando o garimpo tradicional em empresarial.

* Os latifundiários, após o anúncio da Reforma Agrária e as pressões populares procuraram subdividir as grandes propriedades. Isso porém está sendo feito de acordo com os seus interesses, e com articulações próprias, como a UDR, muito ativa em MT. O novo governo do Estado se comprometeu com as classes populares para se eleger, mas até agora não alcançou grandes sucessos. Suas ações refletem um real compromisso com essa nova classe latifundiária do Estado.

A questão mais grave atualmente é a proposta oriunda do Estado, que pleiteia ações de indenização e/ou reduções de áreas indígenas, mais concretamente no P.I. Xingu, no Utiariti e no Grande Aripuanã.

Todos esses projetos dominantes vêm revestidos com a ideologia do progresso, tudo é justificado a partir dessa ótica: Progresso a qualquer preço, não importando os meios, nem quem é sacrificado no decorrer do processo. Nossa proposta é por um progresso humanizante, que beneficie a todos e não apenas uns privilegiados.

II- Projeto popular

Essa estrutura fundiária do Estado do MT, beneficia a classe dominante, e todos os serviços de infraestrutura (estradas, hidrelétricas, etc) são feitos visando os interesses dessa classe.

É claro que os prejudicados são os segmentos da classe dominada: povos indígenas, posseiros, peões, população urbana marginalizada, colonos lomos vindos do Sul do país, etc.

A resistência do povo tem-se dado de diversas formas:

- luta dos Sem-Terra para conseguir ressentamento.
- greves (funcionários públicos, professores, motoristas de ônibus).
- lutas sindicais dos trabalhadores rurais.
- movimentos populares: Ceb's, associações de bairros, grupos de comadres, Clubes de mães, movimentos de estudantes, etc.

No caso dos povos indígenas podemos exemplificar alguns conflitos entre o projeto dominante e o projeto indígena, e que mostra as várias formas de resistência destes Povos:

1- Hidrelétrica do Rio dos Peixes (1985)

Num primeiro momento houve uma grande articulação Kaiabi-Apiaká e mais 14 povos do regional para a defesa do Salto. Criou-se a confederação destes povos a "ALINDIG".

Depois houve a manipulação e cooptação das lideranças Kaiabi, que acabaram comercializando o Salto.

Agora há de novo uma luta pela recuperação e ampliação da reserva.

2- Ação de latifundiários contra Rikbaktsa : (1985, 86 ...)

Houve a luta pela recuperação da área do Japuira, até a conquista do decreto da área.

O povo Rikbaktsa está promovendo a efetiva ocupação desta área. Há porém, uma forte pressão da Funai para ocupar o espaço da Missã.

3- Ação latifundiária na área Bororo:

Houve a Assembléia de lideranças de todas as aldeias Bororo no mês de maio de 1987, pela recuperação das terras invadidas da Reserva Gomes Carneiro, num primeiro momento, e depois das áreas de Jarudoe e Paraíso.

4- Ação de latifundiários e madeireiros na área Enawenê- Nawê:

Esta área não está demarcada e tem havido várias invasões, provocando reação nos Enawenê - Nawê, que mataram 2 topógrafos e uma família. Esses fatos causaram revolta na população envolvente e o clima de ameaças persistiu, culminando com o assassinato do Ir. Vicente (abril de 87).

5- Ação de Latifundiários na área Paresi- reserva de Formoso (out.85).

Ocorreu invasão da área ocasionando reação dos Paresi, que mataram um grileiro e um rapaz de 14 anos. Familiares do grileiro estão procurando se vingar dos Paresi: Há fazendas instaladas na área Paresi entre os rios Papagaio e Juruena.

6- Invasão de colonos da área Zoró:

Organização do povo Zoró e conquista do decreto de reconhecimento da área indígena. Porém os colonos não se retiraram da área, e outros colonos estão invadindo também área pertencente aos Cinta- Larga.

Foi instaurado processo contra o bispo de Ji-Paraná, contra o Pe. Manuel, do Cimi-RO, e contra o Hécio, advogado do Cimi-MT.

7- Asfaltamento da BR-070, estrada que corta a área Bororo de Meruri e margeia a área Xavante de Sangradouro.

Os Xavante e os Bororo interditaram a estrada (1986), suspendendo as obras e exigindo indenização.

8- Omissão, INEFICIÊNCIA e conivência da Funai, concretizada na emissão de certidões negativas, morosidade na demarcação das terras e cooptação das lideranças.

Os povos indígenas tem reagido à essa situação, invadindo várias vezes a sede da Funai em Cuiabá, exigindo a demissão de funcionários, etc. Outras vezes têm sucumbido aos "presentes", às promessas.

9- Está se verificando um impasse mais grave na área dos Xavante. A Funai procura levá-los para a cidade, contratando-os como funcionários e com isso deslocando famílias inteiras das aldeias. O aliciamento se dá através do oferecimento de viaturas, hospedagem, suborno para os caciques, destinando verbas destinadas às aldeias. Isso gera divisionismo entre eles, favorecendo a fundação de novas aldeias. Já está entrando o alcoolismo, a prostituição e as doenças venéreas. Aparece claro a filosofia da Funai de desintegrar este grupo que tem tido muito peso na política indigenista oficial. Enquanto isso, as aldeias que não são atendidas pela Missão Salesiana, estão no maior abandono, tanto no setor de saúde, como na educação.

A Funai baixou uma portaria de 29/4/87, criando postos da Funai nas áreas das 3 Missões Salesianas. Até o momento nada foi implantado.

III- Resposta do CIMI

O CIMI-MT tem procurado responder a essa realidade tanto a nível local como regional. Há 57 missionários nas bases, atuando junto a 14 povos. A nível local os missionários se empenham:

- na organização dos povos indígenas para a reconquista e ocupação dos territórios indígenas;
- num trabalho educacional que considera a especificidade cultural e que abre para o conhecimento da realidade nacional;
- num apoio a projetos econômicos que visam a auto-suficiência destes povos;
- num trabalho de saúde que se preocupa não só com o atendimento curativo mas também preventivo.

Avaliamos que ainda estão faltando missionários para o trabalho nas bases. Mais do que nunca precisamos ter equipes entrosadas no trabalho de base.

Consideramos que a articulação das bases missionárias e a equipe do regional melhorou muito com a coordenação ampliada. Essa coordenação se reuniu 4 vezes ano e embora tenha havido certas falhas, avaliamos como positiva essa forma de organização da Coordenação.

A coordenação regional tem conseguido manter bastante correspondência com as bases missionárias, enviando resenhas periódicas dos acontecimentos.

A assessoria jurídica tem dado atendimento às questões de ordem legal indígena, tem atuado no sentido de pressionar as demarcações das áreas Zoró, Japuira, Gomes Carneiro, Enawenê-Nawê e na ação da BR-070; acompanhamento de delegações indígenas junto aos órgãos públicos, e também tem colaborado na composição de documentos. O apoio da assessoria jurídica tem-se dado não só às comunidades indígenas, mas também aos missionários-casos do Pe. Balduino e do Ir. Vicente.

O CIMI Regional tem promovido as articulações políticas necessárias, e nisso contou com o apoio da assessoria jurídica e da OPAN. Conquistou-se um bom espaço junto à imprensa e TV. A cobertura dada na ocasião da entrega da medalha da Ordem do Mérito de Mato Grosso à D. Pedro Casaldáliga, ao Pe. João Dornstauder, e ao Pe. Bartolomeu Giaccaria é um exemplo desse espaço conquistado na imprensa.

Houve um salto considerável na atuação do CIMI em termos de articulação com as entidades em Cuiabá, de modo especial com CPT, CUT, GTMR, Grupo Popular de Saúde, GDDHHT, OPAN, o Paróquia do Rosário, Comunidade de Luteranos, Pastoral da Saúde, Pastoral de Jovens do Meio Populat, PT, Pa-

toral do Menor, CNBB Regional.

Essa articulação se dá em cima de fatos concretos, quando é necessário fazer pressão, atos públicos, coleta de assinaturas, etc.

Entretanto as articulações entre os povos indígenas e a população envolvente continuam insatisfatórias. Tentativas são feitas, principalmente nas Semanas do Índio, mas os resultados ainda são incipientes.

Nossa falha mais crítica é a questão do movimento indígena - não temos conseguido juntar as forças nem dar apoio mais efetivo no sentido da organização dos povos indígenas. No Estado a UNI praticamente não existe. Foram eleitos delegados, regionais, mas não funcionam.

Foram feitas 2 Assembléias Regionais de Lideranças, mas com muitas falhas - os assessores não vieram, não se conseguiu superar a desunião entre as várias tribos, etc, além da clara intenção da Funai boicotar essas Assembléias. Diante disso avaliamos que falta um trabalho mais efetivo com as Lideranças Indígenas.

O CIMI - MT elaborou neste ano, diversos materiais:

- Dossiê dos Povos Indígenas em MT, preparado em conjunto com a OPAN, visando à demanda de informações sobre a realidade indígena do MT.
- Livrinho " Os Bororo na História do Centro Oeste Brasileiro", elaborado pelo Ir. Mário Bordignon. Esse trabalho visa a divulgação dos Povos Indígenas do MT. Pretende-se aos poucos ir publicando livrinhos sobre cada povo do Regional.
- Estatuto do Índio - readaptado versão simplificada e comentada, preparado como subsídio para as bases na discussão sobre a Constituinte.

Situação da Equipe do Regional

A equipe liberada da coordenação do Regional neste ano constituiu-se do Sebastião Carlos Moreira - Coordenador e Hércio Corrêia Gomes - Assessor Jurídico.

O assessor jurídico teve que preencher lacunas, dado o acúmulo de serviço, mas ele não é membro da Coordenação.

A experiência mostrou que só duas pessoas e com tanto serviço é impossível dar conta de tudo. Quando o Tião viaja, o Hércio fica respondendo sozinho pelo CIMI, e assumindo também as articulações com a imprensa e o Governo. Com isso fica prejudicado o seu trabalho específico.

Então vimos como urgente e necessário a ampliação dessa equipe, no sentido de se ter mais uma pessoa liberada para essa equipe da coordenação. A tarefa dessa pessoa será:

- discussão e encaminhamento político das questões:
contacto com o governo, documentos, acompanhamento de lideranças.
- Relacionamento com a imprensa
- Confecção e Elaboração de material: áudio-visuais, publicações, etc.

Apoio do CIMI nacional:

Além da remessa de material (envios, subsídios, material da Semana do Índio, informes da Constituinte) tivemos a presença do Egon, viajando junto com o Tião pelas bases missionárias do Regional. Infelizmente não foi possível completar o roteiro da viagem, devido à morte do Ir. Vicente.

A partir deste momento tivemos todo o apoio e a efetiva presença do Secretariado Nacional, nos tramites necessários e no Ato Público de protesto pelo assassinato de nosso companheiro.

Pe. Paulo Suess, da Assessoria Teológica acompanhou a reunião da Missão Salesiana (8/86) e Antônio Brand, Secretário Executivo, participou da reunião dos missionários jesuítas. Também sempre tivemos a presença de alguém do CIMI Nacional nas nossas Assembléias Regionais. Avaliamos isso como muito positivo, porque assim podemos ter sempre o Panorama Nacional da Caminhada.

CIMI Regional Amazônia Ocidental

Caixa Postal 519

69.900 Rio Branco - Acre

VII^a Assembléia Nacional do CIMI

Relatório do Regional CIMI Amazônia Ocidental

Rio Branco, Junho de 1987.

Relatório para VII Assembléia Nacional do CIMI

Regional CIMI Amazônia Ocidental

I. Caracterização do Projeto Dominante da Região

Fazendo uma análise da região do Acre e sul do Amazonas, fica extremamente difícil caracterizar "O Projeto Dominante", uma empresa, grupo econômico, ou do governo. O mais evidente é que todos os grandes projetos tem uma característica nitidamente capitalista e são de cunho depredativo visando grandes lucros a curto e médio prazo. A implantação da maioria absoluta dos projetos (fazendas, cana-de-açúcar, café, etc,) é estimulada pelo Estado e privilegia tanto os grandes detentores do poder econômico como a próprios dirigentes do estado que os aprovam. Esse procedimento, a fúria e a ganância pelo desenvolvimento a todo e qualquer custo, feito por estes prepotentes "autores" do destino dessa região, não permite e nem é do seu interesse que haja um planejamento e preocupação com o futuro dessa terra e o povo que nela habita. O governo federal é o próprio autor ou agente financiador de todos os grandes projetos regionais.

Desenvolver para integrar ao centro-oeste e sul do Brasil, essa é a filisofia predominante. Esse "desenvolvimento" prevê a extinção gradativa do extrativismo e com ele a retirada do homem da floresta transformando-o em favelado e desempregado nas cidades e aproveitando alguns como mão-de-obra para a implantação das fazendas.

A extinção do extrativismo já vem ocorrendo de fato e isso é fácil de se provar. Para tal, basta ver que o governo não financia mais a produção das safras de borracha e tão pouco tem se preocupado em criar mecanismos que garantam a sobrevivência do homem da floresta e outras alternativas na zona rural.

Com essa situação de fato, a oligarquia tradicional (seringalistas, donos de barracão) políticos começam a se aliar aos novos empresários que chegam para não serem devorados pelos "novos autores" do desenvolvimento como o serão provavelmente os seringueiros, ^{INDÍGENOS,} bem como os extratores de castanha. Nessa aliança, para não perderem de completo o seu tradicional status de senhores da região, arrendam os seus seringais a empresas madeireiras ou vendem parte das terras para se transformarem em pequenos empresários urbano/rurais. Nessa nova correlação de forças que vem se instalando num ritmo extremamente acelerado os grandes derrotados serão os bravos seringueiros e os povos indígenas que garantiram o desenvolvimento dessa região por mais de um século.

O sustentáculo de todos os projetos desenvolvimentistas na região Amazônica, é o governo federal, pois é ele que dá os incentivos fiscais para a implantação e desenvolvimento dos mesmos. Se muitos desses projetos já agem à revelia do Estado, de forma muito mais incontrolável agem as madeireiras que normalmente se instalam, retiram a madeira sem o Estado tomar conhecimento e arrecadar os devidos impostos.

A região aqui é totalmente dependente dos ~~verbas~~ do governo federal, sendo que 90% dos gastos do Estado quem cobre é o governo federal. Não existem indústrias que possam empregar a mão-de-obra regional.

RECEPTIVIDADES DESSES PROJETOS:

A população em geral normalmente é ludibriada e desinformada quanto aos reais efeitos e pretensões de todo e qualquer projeto, seja ele, madeireiro, agropecuário, industrial ou de grandes rodovias. Diante desse quadro, grande parte da população considera ser benéfico a chegada de grandes projetos, pois esses trarão o progresso da nossa região. Esse pensamento é fruto da filosofia transmitida pelo governo e a classe empresarial através de todos os meios de comunicação.

Encontra-se por outro lado, hoje já uma boa fração da sociedade que vê sob outro ângulo esses projetos que estão se instalando. Existe daí um movimento de resistência mais ou menos organizado nos diversos setores da sociedade e que objetivam o impedimento da instalação dos projetos de cunho nitidamente nocivos à população regional e ao meio ambiente.

Para o governo do Estado, normalmente todos os grandes projetos são bem vindos, pois promoverão a industrialização e modernização da região e arrecadarão impostos ao Estado que os utiliza para sua manutenção no poder.

Recursos Para a Instalação dos Projetos:

Há projetos financiados pelo governo federal, via SUDAM, Poloacre, Ministério dos Transportes e outros... Obras de maior porte são financiadas por Bancos Internacionais, como BID, BIRD. O Governo do estado, por sua vez destina também boa parte dos recursos a projetos de pequeno e médio porte, porém, esse já tem adquirido esses recursos do governo federal ou via empréstimos internacionais.

Nível Ideológico dos Projetos e Receptividade:

São cobiciosos e destruidores e a sua receptividade depende do grau de organização e formação dos diversos setores que compõem a sociedade. Podemos afirmar que há uma boa receptividade pelo governo do estado e as forças políticas que o legitimam. Existe igualmente o apoio da classe empresarial já instalada aqui. Os movimentos populares mais organizados são contrários a instalação dos grandes projetos que se caracterizam pela destruição das florestas e ao desrespeito pela população regional (índios e seringueiros).

PROJETOS A NÍVEL DE ACRE E SUL DO AMAZONAS:

1. BR 364 - Porto Velho / Rio Branco: Convém frizar que esse é um projeto do governo federal com o estado e os recursos são oriundos do BID e da própria UNIÃO. Da concretização dessa obra dependem a instalação de vários projetos que virão a seguir para essa região.

O asfaltamento da BR 364 é um sonho do povo acreano e de modo especial do governo estadual e da classe empresarial.

Visto que com o asfaltamento virá também toda frente migratória e empresas agropecuárias e madeireiras que a curto e médio prazo haverão de invadir as áreas indígenas e reservas extrativistas, é que se criou um "movimento de resistência" a BR 364. Em função desse movimento, que envolve ambientalistas, ecologistas, seringueiros, índios e entidades de apoio, é que o próprio BID exigiu do governo Brasileiro um plano de (ação) complementar ao asfaltamento da BR. 364. Esse plano complementar recebeu o nome de PMACI (Plano de proteção ao Meio ambiente e as comunidades indígenas). A princípio, o "movimento de resistência" à BR 364, não é contrário ao simples asfaltamento da rodovia, mas sim às suas consequências. A fim de que os danos a população regional sejam minimizados é que se exige o cumprimento do PMACI antes da conclusão do asfaltamento e não durante ou depois como o pretendem os políticos e a classe empresarial.

Visto que nem o INCRA, FUNAI e SEMA tem cumprido os seus compromissos é que permanece a grande pressão ao BID a fim de que não libere os recursos para o asfaltamento.

Na questão indígena, um dos maiores entraves para a não de marcação das áreas é a famosa e já conhecida questão da faixa de fronteira, área de segurança nacional. Várias áreas tem sido aprovadas pelo grupão, porém estão emperradas junto ao Conselho de Segurança Nacional e por conseguinte, sem decreto presidencial.

2. No Juruá: Petrobrás.

Já confirmada a existência de grandes reservatórios de gás natural e petróleo na região do Juruá, ampliam-se hoje as pesquisas da Petrobrás na região. A presença da Petrobrás e a exploração petrolífera se configuram numa grande ameaça aos territórios indígenas e aos seus ocupantes. Não obstante, o governo e seus órgãos competentes pouco tem feito para garantir a demarcação e respeito a integridade dessas áreas.

3. TRANSACREANA - AC 90.

Essa rodovia é estadual e corre paralela a BR 364 de Rio Branco à Cruzeiro do Sul. A continuar o seu percurso pelo traçado inicial ela atingirá pelo menos duas áreas indígenas; A.I. Kulina / Kaxinawá do Alto Purus e A.I. Kaxinawá do Nova Olinda no rio Envira. Além desse efeito imediato a curto prazo seriam atingidos inúmeras áreas indígenas pela corrente migratória que correrá atrás das rodovias.

O atual governo do estado diz não ser pretensão sua a continuidade da Transacreana e sim o asfaltamento da BR 364 de Rio Branco a Cruzeiro do Sul, pois nas condições que está hoje não oferece mais condições de tráfego. Por outro lado também realizaria parte do projeto do quarto corredor de exportação.

Os índios, seringueiros e entidades de apoio à esses grupos, não tem poupado críticas ao governo pelo seu projeto da AC.90.

4. EMPRESAS AGROPECUÁRIAS/INDUSTRIAIS E MADEIREIRA.

Tem crescido de uma forma assustadora a entrada das empresas madeireiras no último biênio. A retirada de madeira em áreas indígenas nos altos rios, cresceu a revelia do Estado, da FUNAI e até de alguns grupos indígenas (Campa do rio Amônia). Além da retirada das riquezas naturais, as madeireiras desalojam seringueiros e destroem a caça e pesca das áreas que atingem.

A maior parte da madeira extraída é destinada à exportação e aí entram as madeiras preciosas (mogno e cerejeira). Como não bastasse o espírito destruidor, a exploração da mão de obra e o preço pago pela madeira é inferior a 10% do valor de mercado.

Por vezes de forma isolada e outras junto com as madeireiras, vem a penetração da empresa agropecuária que acaba de desmatar áreas de grande extensão para a instalação das fazendas. Ocorre aí o triste drama dos seringueiros, que são expulso de suas colocações e jogados nas periferias das cidades aonde se transformam em bóias-frias e/ou "marginais".

A instalação da Alcobrás é outra grande ameaça aos posseiros e ao meio ambiente. Aprovado pela Assembléia Legislativa esta -

dual, com o aval do governo do estado e com grandes incentivos fiscais do governo federal e financiamentos pelo Banco do Brasil, a Alcobrás (Grupo José Alves) se instalou com toda força nessa região e a partir de 88 iniciará a produção de álcool extraído da cana-de-açúcar.

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO POPULAR:

Cada povo, indiferente dos seus costumes, suas tradições, tenta se organizar social, econômica e politicamente dentro de seu projeto. Nessa caminhada de organização, crescimento, avanços e contradições fazem parte da tentativa de acerto para o futuro.

Em meio a essa complexa organização social dos mais diversos setores, é que surge o projeto popular nas formas mais diversas de encaminhamentos, embora com a mesma meta. Não é possível se determinar, ou dimensionar "O PROJETO POPULAR" como sendo um só e que tenha suas diretrizes já pré-estabelecidas. Acreditamos que o projeto popular é a junção de todos os movimentos autênticos que estão em busca de melhores condições de vida. Nessa busca por algo melhor, entra a questão da reserva extrativista, garantia à terra para trabalhar, habitação, saúde, educação e um salário condigno para garantir a cesta básica e o mínimo necesssário a que tem direito todo cidadão.

Nesse contexto, poderíamos dizer que o projeto popular nessa região seria composto pelas seguintes organizações e movimentos populares:

1. Movimento dos Seringueiros:

É o movimento que por intermédio de sua organização luta pela criação das reservas extrativistas, preço justo pela produção da borracha, defesa do meio ambiente, etc. As reservas extrativistas seriam também o reconhecimento oficial do uso social da terra por mé todos que não sejam depredativos e que garantam a permanência do homem da região na terra. Que essa terra seja aqui e não na Bolívia para onde mais de dez mil famílias já tiveram que ir pelo fato de terem sido expulsas pelos fazendeiros.

2. Oposição Sindical:

O povo da área rural se organiza para garantir os seus direitos à posse da terra, estradas para o escoamento da produção, preços justos para os seus produtos, atendimento de saúde, educação e a liberdade de sua organização sindical sem ingerências governamentais e a livre organização e manifestação política.

3. Associações de Bairros e das Classes Trabalhadoras:

O projeto do povo que se organiza em torno a essas associações é normalmente a luta por melhores salários, transporte urbano, atendimento de saúde e livre acesso à educação e garantia ao mínimo necessário, ou seja habitação. Observa-se a luta dessas organizações para conseguir ocupar os espaços políticos e para tal surgem as candidaturas populares para se obter mais um instrumento de se fazer representar e valer os seus direitos.

Há por outro lado diversos movimentos que surgem e parecem ser espontâneos e que ocorrem por determinação de necessidades bem específicas, como invasões nas periferias das cidades, manifestações contra aumento de passagens do transporte coletivo, para instalação de água e luz.

ALIANÇAS DE SETORES NO PROJETO POPULAR:

Seringueiros X Índios - Uma aliança, embora em fase ainda bastante embrionária, já muito bem estabelecida, mesmo que bastante setORIZADA. Percebe-se também que essa aliança é mais forte quando não há choque de interesses em áreas afins. Esses dois grupos compõem a aliança dos povos da floresta e tem como pontos comuns a defesa do meio ambiente e das reservas indígenas e extrativistas. Fazem alianças com as entidades sociais e afins da região, bem como com entidades ambientalistas a nível nacional e internacional.

O movimento dos seringueiros tem a sua assessoria específica e por intermédio dela mantém contatos com setores do governo federal para o encaminhamento de suas questões. Contatos esses também mantidos a nível internacional.

Os índios procuram uma aliança a nível de FUNAI regional e ocupam esse espaço para suas reivindicações e indicação de quem fique na direção do órgão no estado. A Assembléia das lideranças indígenas realizada em abril foi completamente dominada e direcionada pela direção da Delegacia Regional da FUNAI. No final do encontro algumas lideranças perceberam a que manobra foram submetidos e que com isso os principais problemas deles não haviam sido discutidos. A partir desse fato a direção regional da UNI decidiu já encaminhar o pedido de recursos para a próxima reunião para que eles possam organizar, custear e dirigir o encontro.

Os índios também tem buscado soluções e alternativas nesses últimos anos, mesmo não tendo obtido resultados muito positivos. Os projetos econômicos financiados pela C.P.I., FUNAI e alguns pelo CIMI, alteraram a relação patrão / índios.

Hoje, eles precisam de apoio e incentivo governamental para que a sua economia tenha um desenvolvimento positivo. As entidades de apoio - CIMI e CPI são consideradas já de fato e são procuradas para assessorias a nível de saúde, educação, jurídica, econômica e questões da terra.

MÉTODO:

Os dois grupos procuram o apoio das entidades para as questões que os envolvem. Essa assessoria é no sentido político / pedagógico, como também para a produção de subsídios. É solicitada também às entidades ajuda financeira para encontros e viagens.

O movimento popular a nível urbano se articula e procura alianças entre as próprias entidades de classe como das entidades de apoio para a junção de forças para solução de questões imediatas. As entidades de apoio são procuradas também para as ajudas financeiras, a produção e impressão de material político, informativo e organizacional.

Há uma debilidade muito grande do Projeto Popular frente ao dominante, pois sua organização e estrutura que o sustentam são extremamente frágeis.

É igualmente frágil a questão financeira, pois quem faz parte do Projeto Popular não dispõem de recursos para investir nesse trabalho, ao contrário do que ocorre no Projeto dominante. A grande divisão das esquerdas que ficam se degladiando, ao invés de juntar as forças para alternativas viáveis ao povo, é um dos grandes motivos pelo qual esse projeto retarda e até deixa de acontecer.

Essa divisão, a falta de objetividade e a concretização de alternativas ao Projeto dominante são fatores fundamentais que impedem que o Projeto Popular consiga se afirmar como alternativa de poder ao primeiro.

O Projeto Dominante é sustentado pelos grandes partidos que compostos pela classe empresarial e a oligarquia da nossa sociedade que dispõem de recursos financeiros, técnicos e pessoas especializadas. Além do mais são coesos nas suas posições quanto as pretensões e objetivos à alcançar.

Por outro lado, o Projeto Popular é sustentado e grande parte pelos partidos de esquerda, altamente divisionistas, sem recursos e afinidades quanto aos seus objetivos e ações de fato.

Em parte o que sustenta ainda o movimento Popular, são as organizações autônomas das Classes trabalhadoras sem ingerências política-partidárias, as entidades de classe e em alguns lugares a Igreja.

A esquerda além de dividida, não tem bases populares, é de escritório e acadêmica que vive de Estímulos e teorias que não condizem com a realidade.

Com a falta de alternativas, o povo aceita o Projeto Dominante pois é o único que lhe dá condições de emprego, transporte, rodovias, etc.

QUAL A NOSSA (CIMI) RESPOSTA:

Normalmente nos atemos ao apoio às reivindicações específicas e imediatas. Esse apoio se dá por livre iniciativa, segundo a natureza do próprio CIMI e/ou por solicitação em cima de fatos mais urgentes.

dios, material didático, auxílio nas reuniões e encontros mais gerais e os setorizados, por rios ou mesmo povo. Quanto as reuniões sentimos a necessidade de melhor assessorá-la visto que chegado a um determinado tempo que os avanços tem significado pouco, face a situação, assim sendo planejamos a participação de assessoria jurídica do Regional nas principais Assembléias.

As assessorias de saúde, educação e jurídica tem correspondido com as necessidades em casos específicos, faltando no entanto uma sistematização melhor em todos esses acompanhamentos. O trabalho na área de educação, que o regional vem desenvolvendo há mais tempo, vem alcançando os seus objetivos e hoje já existem aproximadamente vinte professores Kulina. O Setor de Educação previu mais dois anos de assessoria com reciclagem aos professores como necessidade para o andamento das escolas. Os professores do Juruá-An, apesar da pressão dos mesmos e do regional junto a primeira Superintendência, em Brasília ainda não conseguiram contratação, que pode por em risco o andamento das escolas naquela região.

Há a perspectiva via FUNAI através de projetos especiais do PMACI para contratação.

A contribuição ao movimento popular tem se restringido à apoios em casos específicos e participação em reuniões do movimento dos seringueiros, principalmente.

O nosso trabalho todo é muito voltado para as questões imediatas. Não há da nossa parte mecanismos bem claros e meios para precavermos melhor e com antecedência os grandes projetos nas suas peculiaridades, instalações e/ou avanços nessa região.

A ação do CIMI tem que procurar estar voltada cada vez mais à ação preventiva, eliminando dessa forma o "trabalho de bombeiros".

Acreditamos que a estrutura do CIMI tenha boa utilidade e seja bem destinada ao avanço das populações indígenas. Entretanto falta conseguir compatibilizar de uma forma mais ordenada e proveitosa o trabalho nas bases (aldeias) em vista de um melhor proveito para as comunidades indígenas. Isso só é possível se conseguirmos repassar de uma forma organizada e constante as informações e dados que temos às comunidades, visando um entendimento político maior por parte dos índios, servindo dessa forma de instrumento para sua auto-defesa e organização independente.

A centralização a nível regional, cria por sua vez um acúmulo de burocracia e uma dependência muito grande por parte de todos os projetos. Os projetos para a manutenção dos trabalhos, a princípio deveriam ser encaminhados via Prelazias ou Dioceses e a administração desses recursos serem feitos pelas equipes com a administração diocesanas. Dessa forma desobstruiria os trabalhos administrativos, se proporcionaria uma autonomia maior às equipes e a ligação com o regional ficaria restrito às informações, formação, discussão e encaminhamento dos trabalhos.

A estrutura do Nacional e dos regionais são necessárias para o bom andamento dos trabalhos e para a assessoria às comunidades indígenas, mas essa estrutura não pode sufocar a entidade e absorver por completo um número cada vez maior de pessoas.

Há vários serviços mais técnicos que poderiam ser feitos cada vez mais por técnicos nessas áreas que fossem contratados a fim de que o número restrito de pessoal do CIMI ficasse mais disponível para o trabalho de base e da organização política.

A nível nacional, acreditamos que a estrutura existente é bem canalizada e responde a grande parte das necessidades de informações e dados dos regionais.

As próprias lideranças indígenas que tem se deslocado à Brasília manifestam a satisfação pelo atendimento e acompanhamento que a equipe do Nacional tem dado.

CIMI Reg. A.O./IMPASSES

1. Há uns dois anos o Regional vem passando por impasses muito grandes a nível de equipes, coordenação, culminando num rodízio muito grande de pessoas que entram e saem do trabalho.

2. Quem está alheio a situação do regional e tem recebido cartas de pessoas que dele tem saído,, há de se perguntar que autoritarismo e clericalismo é esse que paira paira no Acre!

3. Várias pessoas tem saído do Regional e do trabalho indígenista (missionário) alegando os motivos mais diversos. Sabemos que os motivos apresentados nem sempre são esses que determinaram a saída, mas que há uma situação mais complexa e face ao não entrosamento

mento ou discordância das regras que regem o Regional e CIMI em si é que as pessoas se afastam e desligam do trabalho.

Para clarear esse quadro expomos os motivos apresentados pelas pessoas que saíram esse ano:

Marta e Sérgio:

Desde que fizeram o estágio da OPAN já tinha bem claro que após dois anos de trabalho continuariam os seus estudos. Nem OPAN e nem o CIMI na época se posicionaram a favor ou contra essa perspectiva dos dois.

No final de 86, Sérgio e Marta quiseram fazer a inscrição para o vestibular, porém não o conseguiram devido a falta de acetos e procuração para a inscrição. Face a esse episódio, Sérgio tentou sua transferência do curso que havia iniciado em Manaus para Rio Branco. Conseguiu o desejado e iniciou o curso aqui na UFAC.

A coordenação Regional do CIMI e nenhuma equipe foi informada a respeito desse fato.

Na Assembléia em Abril é que Sérgio comunicou oficialmente à equipe do Regional a sua decisão de estudar. Dizia que o estudo era seu projeto prioritário, porém gostaria de compatibilizar o estudo com o trabalho no setor de educação (período de 4 horas por dia).

Foi aceita a proposta, ficando no entanto, de ser elaborado, pela coordenação, D. Moacyr, Marta e Sérgio, uma proposta concreta quanto a sua ligação com o CIMI (como funcionário e não membro) e após dois anos de trabalho compatibilizar os seus estudos. Não houve valor de remuneração.

Esse acordo foi feito e assinado pelos cinco.

Marta fez uma proposta de trabalho de saúde com os Kulina do Alto Purus. Não houve rejeição.

Passados alguns dias, após uma reunião da coordenação com elementos de algumas equipes foi nos comunicado por Marta e Sérgio a decisão de se retirarem do Regional.

Motivo alegado verbalmente: Pressões sofridas na última Assembléia, decisões e encaminhamentos da Assembléia e posteriores.

Maria Helena: (trabalhava com os Kulina no Juruá)

Após um período de experiência em área, não sentiu mais condições em continuar e está saindo alegando que:

- * Sante muita solidão e não adaptação à realidade da aldeia;
- * Falta de possibilidade de acompanhar a situação nacional (política e movimentos) e com isso criaria uma dificuldade para uma poste - rior readaptação na cidade;
- * Questões pessoais/afetivas e de saúde;
- * Falta de uma equipe entrosada para a discussão e encaminhamento do trabalho.

Saida de Gema J Vatto:

Após a Assembléia Regional de janeiro de 1986, Gema se dis - pús à ir para a região do Alto Juruá, Prelazia de Cruzeiro do Sul .
Objetivo: Fazer um levantamento da situação dos grupos indígenas na - aquela região, pois o CIMI tem poucos dados e penetração naquela área para elaborar posteriormente uma proposta de trabalho. Passado o ano e tendo feito visitas à todas os grupos indígenas de Cruzeiro do Sul elaborou relatórios referente a situação dos mesmos, sugerindo e co - locando a importância de um trabalho permanente naquela região.

Devido a limitação físicas pessoais, ela não via como conti - nuar percorrendo toda aquela região e pelo fato de pretender conti - nuar seus estudos , optou por se "desligar do trabalho missionário ' junto aos índios" e do CIMI.

Saida Dagnar:

Saiu no final da primeira quinzena de junho.

Motivos alegados:

- * Com o filho não há condições de fazer um trabalho, pois depende ' muito dos índios;
- * Em vez de poder ajudar os índios e desempenhar um trabalho, os ín - dios o deviam ajudar;
- * Difícil situação da região, muita pressão política e falta de al - guém em Eirunepe com quem possa discutir o trabalho;
- * Falta de uma equipe que discuta o trabalho em si.

Na verdade, o grande problema está na preparação dos agentes do CIMI, suas perspectivas de trabalho (inclusive quanto tempo), pre - tenções a médio e longo prazo que deveriam estar claros por ocasião' do ingresso. Até o momento o CIMI também não tem uma linha definida'

quanto à manutenção de pessoas que querem continuar os seus estudos de graduação ou pós-graduação, principalmente quando são pessoas que permaneceram muito pouco tempo nesse trabalho. A não definição de uma política salarial cria problemas internos muito sérios também.

4. No nosso caso específico, a heterogeneidade e objetivos diferenciados das pessoas que compõem a equipe do regional tem dificultado os trabalhos conjuntos e principalmente uma discussão aberta quanto a linha de trabalho, problemas de ordem regional que atingem os povos indígenas e a questão estrutural do CIMI X IGREJA local.

5. Embora o CIMI como um todo e o regional no caso, tenham suas deficiências, não é possível que sejam uma organização que seja agora obrigada a compatibilizar os problemas pessoais de cada um achando esquema de trabalho para solucionar cada caso.

6. Não é admissível também que no decorrer de uma Assembléia como foi a nossa de abril, se passe dias e dias discutindo a organização do trabalho, se estabeleça as prioridades em função da situação e com um número de pessoas aparentemente disponíveis para esse trabalho e em menos de dois meses quatro pessoas se retiraram sem considerar o compromisso não tanto com o regional, mas com os índios aonde atuavam.

De acordo com a avaliação sobre os encaminhamentos da nossa última Assembléia destacamos os seguintes itens:

- * Equipes desestruturadas;
- * Estado de espírito carregado;
- * Volume grande de decisões importantes.

Constatou-se além desses pontos que avançamos muito pouco pela dinâmica que fora empregada, o clima interno de relacionamento em algumas equipes e no regional, além de que não sabíamos o que queríamos face aos 12 itens da pauta elaborada.

A carta encaminhada pelo bispo da Diocese sobre a Pastoral indigenista, no tocante a Coordenação do CIMI ter que ser membro ativo da Igreja, durante a Assembléia causou mais apreensão. Diante dessa situação não avaliamos, não reformulamos, não pensamos com

tranquilidade sobre as nossas ações e trabalho para os índios, sobre os nossos problemas de equipe e regional, voluntariado, CIMI e Diocese etc...

Enfim não priorizou-se.

7. Para que questões dessa ordem não se repitam, é preciso que haja uma preparação e seleção cada vez melhor das pessoas que entram no CIMI. São por outro lado também necessários cursos de reciclagem para os agentes que já atuam há mais anos no trabalho indígenista.

8. Ou preparamos um quadro de pessoal mais capacitado e comprometido, ou incorremos no risco da nossa total ineficiência e descrédito no real objetivo do trabalho: assessoria e solidariedade às populações indígenas e suas necessidades. O "voluntarismo" e anadotismo hoje são o reflexo da realidade na qual estamos envolvidos.

RELATÓRIO DO REGIONAL DE RONDÔNIA

O Estado de Rondônia possui uma área de 243.044 km², o que representa 2,87% da área brasileira. É composto por 18 municípios e a sua população de 1.300.00 habitantes, segundo a estimativa de 1987. É um estado novo, mas com processo de imigração muito grande. Em 1978 contava com 14.755 imigrantes, já em 1986 foram despejados aproximadamente 200.000 pessoas, isto é, com a abertura da BR-364 o processo imigratório se acelerou muito mais.

Existem 20 áreas indígenas no Estado, incluindo as áreas do Parque Aripuanã - MT. Para o nosso Regional pertencem ainda: uma parte de Humaitá - AM, povo Tenharim e uma parte do Acre, povo Kaxarari. Também existem 9 áreas habitadas por índios isolados e cerca de 8 desaldeados.

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DOMINANTE

1.1. TERRA - LATIFÚNDIO: os latifúndios é que predominam a região, sendo que as maiores propriedades estão ao Norte do Estado (Ariquemes e Porto Velho).

A especulação não deixa de existir, tem alguns grupos econômicos: Gleba Corumbiária, com cerca de 30 mil hectares. Existem latifúndios com mais de 100 mil hectares, sendo o maior deles em torno de 150 mil hectares, de propriedade de um grupo de S. Paulo.

O Estado tem 24.304.480 hectares. Mas nem toda área está cadastrada.

- Área cadastrada: 13.330.735 ha. (55% do total da área)
- 2.550 proprietários (5%) possuem 8.780.016 ha. (66% da área cadastrada);
- 51.947 proprietários (95%) possuem 4.550.719 ha. (34% da área cadastrada)

Há inúmeras fazendas que atingem as áreas indígenas, criando conflitos com os índios, ameaçando-os com armas, por meio de jagunços contratados, ex: povo Uru-Eu-Wau-Wau, Cinta Larga.... Os donos das fazendas são pessoas influentes, políticos, médicos, etc..., não respeitam as demarcações feitas. Muitos destes fazendeiros também praticam a escravidão branca, principalmente no sul do Estado, em Colorado d' Oeste e Cerejeiras.

- 1.2. MINERADORAS: detem 30% de toda superfície do Estado. Existem concessões de alvarás sobre as áreas indígenas, para estabelecimentos de companhias mineradoras. Só nos Cinta-Larga existem 114 alvarás, no Parque Aripuanã, e destes, 26 alvarás atingem as áreas indígenas. Algumas destas mineradoras defendem suas concessões à "bala". Existe o caso de mineradoras manterem suas concessões por intermédio de verdadeiro exército de jagunços fortemente armados. Foi comprovado recentemente, que um coronel reformado, acusado de torturador dos tempos da ditadura militar por revista de circulação nacional, foi localizado em uma das mineradoras, em área de prospecção, exercendo "cargo de confiança".
- 1.3. GARIMPOS: é uma das características muito fortes em nosso Estado. Os garimpeiros penetram nas áreas indígenas, contactam os índios, fazem uma proposta: oferecem presentes, promessas, dinheiro e querem a cooperação dos índios para a exploração mineral da área. É o caso dos Cinta-Larga. A Polícia Federal e a Funai até agora nada fizeram, ao contrário, o chefe da Funai - o Chicão, está organizando os garimpeiros, na área de Aripuanã
- 1.4. MADEIREIRAS: Inúmeras madeireiras se fixam^{nas} áreas indígenas, desmatando e derrubando toda madeira de lei. Existem casos que entram em negociação com os próprios índios, pagando a madeira (Cinta-Larga), para melhor explorar.
- As madeireiras que mais se destacam: Tucano, Evilázio, Shtil, Urupá, Lavrama. Estas também auxiliam os políticos na abertura de estradas rumo às áreas indígenas.
- 1.5. PROJETOS DE ESTRADAS: Há os projetos das BR-429 e BR-421, já com um bom trecho pavimentado. Elas passam próximo às áreas indígenas, em Costa Marques e Ariquemes-Guajará-Mirim, e são uma grande abertura para as madeireiras com seus caminhões tirarem madeira as áreas indígenas.
- 1.6. HIDROELÉTRICAS - MINI-USINAS: Há oito mini-usinas projetadas, só que até agora nenhuma está sendo construída, devido ao orçamento errado que o governo fez, e ^{será} revisto pelo DINAÉ. A que foi construída: Rio Vermelho em Vilhena, em condições precárias. A Usina de Samuel, que atenderá o município de Porto Velho, e a de Ji-Paraná que será da

mesma potência a de Samuel, e irá atingir 20% da cidade de Ji-Paraná, a Reserva Indígena e a Reserva Biológica.

1.7. POLÍTICOS: há muita influência dos políticos que incitam o povo a ocupar terras indígenas, ou mesmo fazem distribuição das terras.

Os mais relevantes são:

1. Francisco Sales - deputado (PMDB) - Ariquemes
2. Assis Canuto - deputado (PMDB) - Ji-Paraná (apoiam a invasão na terra dos Uru-Eu-Wau-Wau)
3. Odacir Soares - Senador - Porto Velho - apoia invasão nos Zoró e Cinta Larga.
4. Olavo Pires - Senador - Porto Velho - apoia invasão nos Uru-Eu-Wau-Wau
5. José do Prado - Deputado - Ariquemes - apoia invasão nos Uru-Eu-Wau-Wau e também no Rio Candeias.
6. Fidelis - deputado PMDB - quer reduzir as áreas indígenas.
7. Sidney Guerra - apoia invasão em Jaru e Ourto Preto
8. Gentil Valério - Prefeito (PMDB) - Ariquemes - apoia invasão nos Uru-Eu-Wau-Wau.
9. Bennesby - invasão na área em Guajará-Mirim
10. Pedro Kemper e Cassol - na BR -429, em Presidente Médici e Costa Marques, Bom Princípio e S. Miguel, na terra dos Suruí, prometem terra aos colonos em troca de votos. E as madeireiras vão antes e abrem a estrada.
11. No município de Alvorada d'Oeste - não foi descoberto o nome do deputado que está com processo em Brasília para reduzir a área indígena dos Uru-Eu-Wau-Wau - Parque Nacional Pakaás Novas. Porém o pessoal da Prefeitura, a diretora da Escola e a Igreja estão apoiando o trabalho do CIMI. Ajudaram a fazer um bom trabalho de conscientização.
12. Os Governadores - até hoje não se pronunciaram. No programa do governo atual está o projeto de demarcação e preservação das áreas indígenas, mas nunca realizaram nada.
12. FUNAI - órgão tutor, muito pouco tem feito, ou melhor, nada. Fica omissa aos problemas que surgem, invasões, doenças, fome, etc... Em Porto Velho, a Funai não aceita o trabalho do Cimi. Rejeita e impede inclusive a entrada nas áreas. É o que aconteceu recentemente com a Sandra e o Mauro nos Tenharim em Humaitá. E muitas e muitas vezes nem aceitam um diálogo com o CIMI. A Funai é completamente omissa á realidade indígena. Em vez de defender os índios, defende os

invasores.

2. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO POPULAR.

Devido aos inúmeros desafios que acontecem com o povo indígena, bem como com a classe popular, sempre foi realizado um trabalho de conscientização, através de:

- . Meios de Comunicação Social, Rádio, Jornais, etc....
- . Realização da Semana do Índio, nas comunidades, nas escolas, também no decorrer do ano. A Semana do Índio aqui não é só uma semana, é durante o ano todo.
- . O que é mais significativo é o surgimento dos grupos de apoio que estão surgindo praticamente em todas as cidades ao longo da BR-364 e também nos interiores. Estes grupos estão atuando de uma forma eficiente. Destacamos aqui o grupo de Ariquemes que está fazendo de tudo em defesa da área do povo Uru-Eu-Wau-Wau.
- . Dentre deste trabalho, é relevante em nosso regional a grande aceitação e participação nos Folhetos de Proposta de Emenda Popular ao Projeto Constituinte sobre os Povos Indígenas, do povo em geral. É uma verdadeira campanha em favor do índio.
- . Em todas as cidades do Estado de Rondônia, há pessoas que se comprometeram com a causa indígena. Aqui notamos a disponibilidade de algumas Congregações em atender meio período ou o período integral com os índios: Ouro Preto, Ariquemes, Nova Brazilândia, Alta Floresta, Cacoal, Pimenta Bueno, Espigão d' Oeste, Juína, (Pe. Duílio), Juruena, Aripuanã, Cerejeiras, Colorado, Costa Marques, Rolim de Moura, e ressaltamos o avanço de Guajará-Mirim: Ir. Margarida na área e Ir. Gema atendendo na casa do Índio na parte de Saúde. Também destacamos a abertura da diocese de Humaitá em colaborar no trabalho com o CIMI.
- . Também vários párocos estão aceitando e colaborando no trabalho de conscientização, que antes era mais difícil.
- . Outro fato relevante foi a elaboração da Cartilha da UNI, que ajudou e está ajudando na conscientização, em escolas, grupos de jovens, grupos de Reflexão e pessoas interessadas.
- . Destacamos também o trabalho da CPT com o CIMI e o trabalho de conjunto com o GTME, com a Igreja Luterana, principalmente em Ariquemes, Cacoal, Espigão d' Oeste e Rolim de Moura.
- . O que podemos destacar que mais e mais pessoas vão se interessando e assumem a causa indígena.

- . Destacamos também que os índios aos poucos vão assumindo lideranças que reivindicam seus direitos.

3. NOSSA RESPOSTA: Vivemos numa situação de provisioridade, isto é, saída do Munsueto, do Mário e um período longo, além do previsto da volta de Gílio, e poucos membros no CIMI regional, o que dificulta um trabalho de continuidade numa determinada área.

Um trabalho de presença mais longa foi realizado com o povo Kaxarari, principalmente na questão saúde.

- . O nosso trabalho é: defesa da terra devido às inúmeras invasões, auto-determinação e atender os casos de saúde, yacinse básicas, atendimento aos casos mais graves.

São realizados também contatos, visitas nas áreas que tem mais conflitos.

- . Foram realizadas duas assembléias com os índios, isto é, os índios assumiram e cada ^{vez} mais estão assumindo, mesmo sem a nossa presença.
- . Além das Assembléias Indígenas, realizamos nossa Assembléia, o que nos motiva a reavaliar nossa atuação e assumir a causa com mais garra.
- . Além do trabalho junto à área se realiza o trabalho junto à sociedade envolvente, pois o povo indígena está sendo violentado pela nossa sociedade e esta precisa conscientizar-se do seu próprio pecado de exploração e morte!

• CONCLUSÃO: Constatamos que nem sempre conseguimos realizar um trabalho de transformação da sociedade. As dificuldades são inúmeras, muitos problemas, poucas pessoas...

O projeto dominante é muito mais forte que nós. Ele chega sempre antes, nós chegamos depois. Muitas vezes fazemos um trabalho de "Bombeiros", isto é, apagamos o fogo, e para voltarmos novamente e continuarmos o trabalho é difícil. O que nos anima e nos fortalece ainda é que muitas pessoas vão se envolvendo aos poucos e lutam de uma forma ou outra pela defesa do Índio!

Não podemos parar, a luta é nossa!

Porto Velho- RO / JUNHO DE 1987.

CIMI - RO.

SAÚDE INDÍGENA - SUA COMPLEXIDADE

PREOCUPAÇÕES E PROPOSTAS À VII A.N. DO CIMI - 1987

A Organização Mundial da Saúde entende a saúde como um completo bem estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença.

No caso da saúde indígena este conceito implica em considerar:

- 1) que a saúde das nações indígenas é determinada , num espaço e tempo histórico e na particularidade do seu contato com sociedade nacional, pela forma de ocupação do seu território e adjacências;
- 2) que a autonomia, a posse territorial e o uso exclusivo pelas nações indígenas dos recursos naturais do solo e subsolo, de acordo com as necessidades e especificidades etno-culturais de cada nação, bem como a integridade dos seus ecossistemas específicos, sejam assegurados e garantidos;
- 3) que a cidadania plena, assegurando todos os direitos constitucionais, seja reconhecida como determinante do estado de saúde... (8ª Conferência Nacional - Proteção à Saúde Indígena).

A partir do documento elaborado pelo grupo que se reuniu em Ceres (fev. de 87), respaldado e melhorado pela 8ª Conferência Nacional de Saúde - Proteção à Saúde do Índio, nos alerta para a amplitude do que constitui o Estado de Saúde de uma população indígena e amplia, outrossim, a importância da participação destas comunidades em todos os momentos de decisão tais como: formulação, planejamento, execução e avaliação da ação dos serviços de saúde.

A partir de nossa experiência nos trabalhos junto às comunidades indígenas, baseados em levantamentos e relatórios, pudemos constatar os problemas que agravam o Estado de Saúde das populações indígenas, neste momento.

Como cita o documento da 8ª Conferência, o Estado ' de Saúde das populações indígenas é resultante de inúmeros fatores:

TERRA:

- não demarcada;
- demarcada e invadida;
- área contígua a cidades ou vilas;
- área invadida por estradas;
- * gerando insegurança;
- * "estado de guerra" com consequência direta no sistema alimentar;
- * fuga para outras áreas ou cidades;
- * mortes, prisões e assassinatos;
- * ausência de festas e rituais, gerando o desequilíbrio psíquico do grupo.

INTERVENÇÃO:

- econômica:
 - * monocultura;
 - * mineração e mineradoras;
 - * venda e roubo de madeira, borracha, castanha, palmito e outros;
 - * arrendamentos;
 - * exploração na venda e troca de mercadoria
 - * dependência de instituições oficiais ou não.
- cultural:
 - * escola;
 - * introdução de medicamentos;
 - * intromissão religiosa;
 - * controle de natalidade.
- política:
 - * cooptação de lideranças;
 - * política partidária (politicagem).

Todos esses fatores geram uma situação de doença, a qual se pode constatar no:

- aumento da incidência e morbi-mortalidade de doenças secularmente conhecidas como é o caso da malária.
- aparecimento de novas doenças:
 - * doenças infecto-contagiosas (hepatite, doenças sexualmente transmissíveis e as preveníveis por vacinação);

- * desnutrição;
- * câncer;
- * oncocercose;
- * filariose
- * doenças circulatórias;
- * doenças mentais;
- * intoxicação exógena e endógena (alcooolismo, drogas, desfolhantes, herbicidas, pesticidas, escória de mineração);
- * aparecimento de anomalias congênitas e genéticas.
- * acidentes de trabalho,

Trazendo como consequência lógica a depopulação.

O enfrentamento dessa problemática a nível oficial se restringe a tratar somente o doente, nem mesmo a doença ou a situação geradora da doença. Sendo este atendimento efetuado de uma forma:

- * individualizada (impessoal);
- * descaracterizada culturalmente;
- * emergencial;
- * ineficiente (insuficiente e inadequada);
- * ineficaz (não produzindo o efeito desejado);
- * executado muitas vezes por funcionários despreparados, em muitos sentidos.

A improvisação é a característica principal desses serviços, girando em torno de políticas escusas, que visam o afastamento dessas comunidades de suas raízes culturais, sua integração à "comunidade nacional", ou seja, sua desintegração como povo.

Apesar de nós, agentes de saúde não oficiais, possuímos em maior escala estes conhecimentos, terminamos por esbarrar em impasses não muito diferentes dos citados no atendimento oficial.

Considerando que a nossa angústia é até maior pelo fato de sabermos que o processo de saúde é muito mais amplo, não se restringindo a uma simples receita de xarope para gripe, ou um tratamento para tuberculose. Nossa atuação difere da oficial em alguns casos, ou seja, no sentido de uma atuação que procura levar os agentes de saúde a terem participação ativa no processo de co-responsabilidade no Estado de Saúde, formando e incentivando a um compromisso com as comunidades.

Constatamos também:

- carência de dados que nos possibilitem eficiência de planejamento;
- desestímulo pela falta de apoio dos respectivos regionais, chegaram a tal ponto de tensão, que estão provocando um estado de doença, nos agentes indigenistas;
- grupo reduzido com sobrecarga de trabalho, gerando desequilíbrio emocional, agravados por conflitos de relacionamento pessoal.

PREOCUPAÇÕES

Em decorrência destas constatações nos deparamos com algumas preocupações, para as quais solicitamos a atenção desta Assembléia: necessidades de:

- preparação dos agentes indigenistas em relação à amplitude da problemática de saúde e doença nas comunidades indígenas.
- um programa completo de revitalização da medicina indígena.
- nos posicionarmos com relação aos atendimentos a doentes, efetuados pelos agentes de saúde:
 - * continuam como estão?
 - * deveriam ser reforçados e incrementados?
 - * não são nossa função, temos que acabar com este tipo de serviço?
 - * devem ser continuados onde já existem e até melhorados, mas (não sem se iniciar) novos trabalhos nesse sentido?

Reflexão e posicionamento com referência ao estado de doença, de um bom número de indigenistas, provocados pelo acúmulo de solicitações, desencadeando conflitos pessoais e interpessoais.

OBSERVAÇÃO: Não estamos falando aqui dos atendimentos emergenciais onde a caridade cristã e humanitária nos aconselha a atender.

PROPOSTAS

- efetivar o mais rápido possível a proposta da FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz, Manguinhos/RJ), no sentido de munir os agentes indigenistas de conhecimentos da problemática de saúde e suas implicações.

- iniciar o trabalho de motivação no que diz respeito à medicina indígena, viabilizando encontros e intercâmbios entre os pajés.

- proposta base para o encaminhamento do trabalho de Saúde do CIMI.

- criar um Grupo de Trabalho ampliado, composto por um representante de cada regional, com reuniões 1 vez ao ano, podendo requisitar assessorias (Ceres, FIOCRUZ, etc). Teria autonomia de decisões. E como atribuições:

- * elaboração de projetos;
- * organização de encontros, cursos de formação, reciclagem, etc.
- * traçar a política de saúde do CIMI.

- Grupo de Trabalho Executivo: composto de 3 membros escolhidos do grupo de trabalho ampliado, com 3 reuniões ao ano.

ATRIBUIÇÕES:

- * encaminhamento das propostas e decisões tomadas no grupo ampliado;
- * encaminhar denúncias trazidas pelos regionais;
- * viabilizar a política de saúde do CIMI;
- * fazer ligação com o Conselho através de um de seus membros, o qual apresentaria as decisões do grupo de trabalho.

- o CIMI-Nacional daria o apoio logístico às decisões e propostas do grupo de trabalho.

CONCLUSÃO

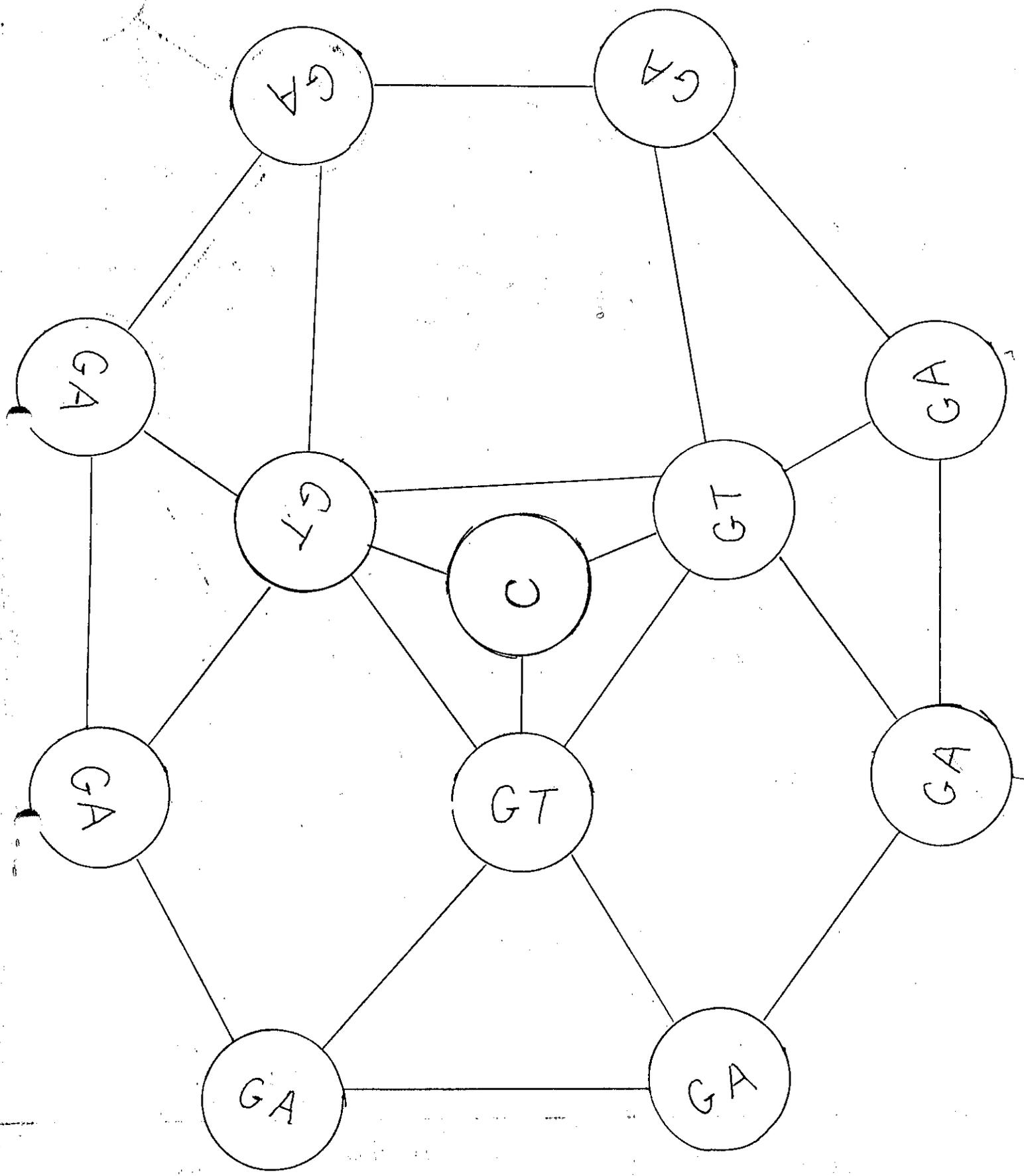
Nossas preocupações com relação ao Estado de Saúde das comunidades indígenas ainda se detêm sobre a ação dos Grandes Projetos: POLONOROESTE, Carajás, Calha Norte e outros que "preparam" as comunidades para a aceitação de intervenções, que mais prejudicam do que ajudam. Estamos falando da ação massiva com mé

dicos, enfermeiros, remédios e intervenções, transtornando a vida da comunidade, criando dependências com a finalidade única de encobrir maiores danos à sua cultura. O que ainda piora é o fato dessas ações terem duração efêmera, deixando esses grupos completamente desorganizados, à mercê de todo tipo de exploração.

Essa situação por si só assustadora tem agravante ' na nova política indigenista oficial, que integra ou melhor entrega as comunidades indígenas aos cuidados da Previdência Social. Todos somos sabedores de que essa instituição, falida, não soluciona o problema das populações contribuintes (financeiramente) quanto mais das populações que não lhe dão respaldo econômico. Este aspecto torna-se mais evidente com a implantação das colônias agrícolas. Diante de toda esta situação pensamos que o mínimo de soluções concretas deverão sair desta Assembléia.

Goiânia, 24 de junho de 1987.

C - Conselho
GT - Grupo de Trabalho
GA - Grupo Ampliado



Jr. M: José Alves de Lima
Sandra Maria Barbosa
Rozene Vasconcelos
R^a Solange Rodrigues

" ? S A Ú D E ? "

(poema-reflexão à VII Assembléia Nacional do CIMI - Goiânia,
junho de 1987)

Darlene, 2 anos.

Tenharim. Tuberculose

Pulmonar, em tratamento...

João Miguel da Cunha.

Indigenista. 28 anos.

Úlcera Duodenal, em

Tratamento...

Alberto Makuxi.

50 anos. Ex-tuxaua.

Alcoolismo Crônico...

Irmã Antonieta. 45 anos.

Indigenista. Gastrite

Aguda, em tratamento...

Roberto Tapitapé. 17 anos.

Agente de saúde. Traumatismo

Por Arma de Fogo : Suicídio...

Mariana de Albuquerque.

Indigenista. 31 anos.

Distonia Neuro-Vegetativa,

Em tratamento...

Diogo Yanomami. 60 anos.

Cegueira total (destruição

do nervo óptico por

Oncocercose)...

Irmão Sabrini. 37 anos.

Indigenista. Italiano.

Traumatismos generalizados

(Homicídio)...

Diagnóstico

NOSSA SAÚDE ESTÁ DOENTE!

Tratamento

Diálogo

União

Paciência

Compreensão

Apoio mútuo

Tolerância

Reinvindicação

Justiça

A M O R ...

Sandrinha

Goiânia, junho, 87.

SÍNTESE DA INTERVENÇÃO DOS PARTICIPANTES

I - PROJETO POPULAR

- Ainda não existe projeto alternativo;
- Necessitamos avançar. A guerrilha não estaria dentro do projeto popular (P.P.)?
- O povo não é burro, é inteligente;
- É preciso ter coragem para entrar na luta, mesmo com risco de perder;
- Falta programação nas camadas populares;
- Ter esperança em conseguir um mundo diferente;
- O partido é mais forte que a Igreja. Esta está falando com o P.P.;
- Os capitalistas sabem identificar seus inimigos ;
- Um projeto popular comum não será mais vulnerável?
- Um P.P. sem violência poderá resistir?
- O discurso de não-violência pode atrapalhar o processo;
- A violência não seria uma saída para a organização popular? Nossa formação moral não estará impedindo isto?
- Por que não usar um "venenininho" por aí?

II - MOVIMENTO INDÍGENA

- O que existe é a resistência indígena;
- Havendo propostas concretas, os índios irão acompanhar;
- Insistir na autodeterminação e diferença étnica ;
- A libertação está nos próprios índios;
- A religião penetra a vida toda do índio e se está estragando esta dimensão;
- Falta instrumento de análise na organização indígena;
- Os índios tem seus próprios projetos, que muitas vezes contrariam os nossos planos;
- Aumentar a consciência crítica dos índios com subsídios, encontros e contatos;
- Articular o movimento indígena com o movimento popular;

- Estamos num momento diferente, e que interfere na organização indígena;
- A regionalização do movimento indígena está facilitando o controle das lideranças pelo sistema dominante;
- Os índios do Brasil sozinhos não conseguirão ser vanguarda. Precisam de alianças;
- Estimular a união dos índios do Brasil com outros povos indígenas da América Latina;
- Onde será o futuro dos jovens indígenas, se a educação escolar está dentro do sistema dominante?
- Importância histórica das Assembléias Indígenas, sobretudo por terem sido realizadas nas aldeias;
- A organização indígena tem que partir do índio;

III - CIMI - AGENTES MISSIONÁRIOS

- Não há preocupação dos missionários para enfrentar o Projeto Dominante;
- Vivemos momentos onde havia a vanguarda, representada pelos índios e a retaguarda, representada pelo CIMI;
- Os cristãos tem uma religião revelada e não podemos ter dúvidas;
- Estamos numa guerra e não podemos deixar que os agentes sejam destruídos;
- Temos ainda uma análise de nação majoritária, não levando em conta as diferenças étnicas e nacionais;
- Não conseguimos nos articular. Somos imediatistas;
- Não está claro o papel do missionário na luta, em que os índios são envolvidos;
- Nossa luta é muito antropológica e pouco política;
- Como equacionar a luta de classe, etnia e missão?
- Estamos pouco preocupados com a luta indígena, estamos deslocados e de fora;
- Há impasses, pois continuamos como sendo vanguarda e não retaguarda;
- Falta para nós instrumental de luta e conhecimento da realidade;
- Não temos auto-crítica interna;

- Temos falhado ao apresentar nossa sociedade, como se fôssemos todos ruins, não mostrando possibilidade de aliança;
- Precisamos reforçar a reflexão pastoral;
- Temos dificuldade de mostrar aos Índios o que se vive em nossa sociedade;
- Há falta de percepção do que acontece em nossa sociedade;
- Falta clareza aos agentes aonde se quer chegar, levando a um esvaziamento do trabalho das equipes e até de alguns regionais;
- Temos que avançar na linguagem e comunicação com os Índios, ultrapassando a linguagem escrita;
- Estamos com complexo de culpa, pois os Índios não estão se organizando como imaginávamos;
- Há contradição em apresentar a sociedade branca da qual fazemos parte;
- Há uma desarticulação dos regionais.

A VII Assembléia do CIMI, realizada em Goiânia, nos dias 24 a 30 de junho de 1987, ao analisar a realidade nacional, em vista de replanejar seus trabalhos para o próximo biênio, constatou:

- A dominação continua crescendo. As classes dominantes, ainda que enfrentando crises, mantêm-se unidas em torno de um projeto político elitista, pondo sob seu domínio a terra, as riquezas naturais, os produtos do trabalho e os próprios trabalhadores. Através dos chamados grandes projetos, o Estado promove e reproduz os interesses dessa minoria privilegiada.

- As classes populares, exploradas e oprimidas, procuram de todos os modos reagir e organizar-se para conquistar seus direitos. Suas lutas e organizações, porém, são ainda insuficientes para enfrentar o poder que as domina e esmaga.

- Os Povos Indígenas continuam vítimas da ganância das classes dominantes, ameaçados em sua sobrevivência física, étnica e nacional. Como já fazem há cinco séculos, reagem a esta violência e lutam pela vida. Mas seu isolamento torna-os frágeis, particularmente quando a violência é promovida pelo Estado, através do Conselho de Segurança Nacional e das Forças Armadas, como está ocorrendo uma vez mais no chamado Projeto Calha Norte.

- A vitória da causa dos Povos Indígenas está intimamente ligada à vitória da causa dos oprimidos do Brasil. Daí a necessidade urgente da elaboração, a partir dos movimentos populares e indígenas, de um projeto político popular e do crescimento da organização política das classes oprimidas.

- Participante desse processo contraditório de opressão, de saíof e esperanças, a Pastoral Indigenista necessita ainda superar muitas limitações e fraquezas para ser o reforço evangélico aos Povos Indígenas que se propôs ser, fiel à missão confiada pelo Senhor Jesus.

Provocados por tudo isto, confiados na promessa do Senhor de que os oprimidos se libertarão (Lc 4, 21s), reassumimos nossos compromissos anteriores de evangelização dos Povos Indígenas e propomos, para o próximo biênio, as seguintes prioridades e linhas práticas de ação.

1. Com relação ao apoio às organizações indígenas

Assumimos as seguintes propostas:

- buscar uma eficiente mobilização do povo indígena a partir de suas bases.
- identificar a situação concreta ou seja, o elemento aglutinador e mobilizador de cada povo ou região e ficar atentos à evolução deste elemento.
- promover, como um real instrumento de luta, a informação e formação das comunidades.
- no caso de se precisar de representantes indígenas buscar a indicação dos mesmos pelas comunidades.
- ter sempre presente o quadro de interesses contrários aos índios e mantidos seja pelos brancos seja pelos próprios índios.
- descobrir as formas mais apropriadas de comunicação com as nações indígenas levando em conta sua cultura e sua mentalidade.
- apoiar e incentivar: as assembléias e cursos dos índios em suas situações e preferencialmente nas bases.
- conhecer e aplicar no serviço a estes encontros os subsídios adequados e as técnicas modernas na exposição do funcionamento de nossa sociedade e da sua interferência na sociedade indígena.
- junto com a UNI, as lideranças e comunidades indígenas discutir estes problemas e suas análises.
- ter o levantamento dos aliados dos índios, de seus objetivos e práticas em vista de uma possível ação conjunta.
- desenvolver a assessoria aos índios nos planos jurídico, sanitário, educacional e de agricultura alternativa em vista da defesa do grupo, de sua sobrevivência, independência econômica e de sua afirmação cultural e política.
- como sujeitos, autores e destinatários de seu processo de libertação

Como metodologia dessa atuação, devemos suscitar e promover entre os diversos povos indígenas um processo de análise crítica e auto-crítica.

Esse processo deverá não só se contrapor ao mecanismo dos Projetos Dominantes, mas também contribuir para a construção de um Projeto Alternativo.

Nossa atitude de assessoramento deverá se explicitar na metodologia de análise crítica a ser usada para que os mecanismos próprios de assistência sejam registrados e/ou reforçados no contexto atual da luta indígena.

Ao mesmo tempo, é importante oferecer a esses povos novo e adequado instrumental de análise da realidade.

A concretização desse processo inclui:

- avaliação, sistematização e repasse dos cursos e encontros já realizados, assim como das experiências de escola a fim de subsidiar futuras iniciativas;
- aproveitamento dos recursos técnicos de comunicação;
- documentação das experiências de Luta dos diversos povos e intercâmbio desse material;
- transformação cada vez mais radical da Escola como instrumento político;
- Novas formas de planejar reuniões entre os índios, sempre com o objetivo definido de uma reflexão crítica

* reuniões por setores de atuação
 por regionais do Cimi e/ou regiões geográficas
 por áreas culturais

Sempre privilegiando as aldeias como local mais favorável e a reflexão a nível de comunidades e não de lideranças.

Nossa atuação nesse processo exige também:

- maior preparação política e antropologia
- maior conhecimento e aprofundamento da língua e da cultura.

II - CAPACITAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS AGENTES DE PASTORAL

Para atender os objetivos acima propostos e reconhecendo as dificuldades e desafios que se nos colocam, tais como : fragilidade na estruturação dos regionais, falta de planejamento nas atividades (principalmente a nível de regionais) e deficiente formação dos agentes da Pastoral Indigenista.

PROPÕE:

1. que os regionais assumam efetivamente a sua estruturação, com a colaboração do Nacional, a partir de uma ação efetivamente planejada;

2. maior articulação entre os regionais, principalmente os mais afins (inclusive nas ações específicas como saúde , educação, pastoral, etc...); e destes com Igrejas (locais e regionais) e os diversos setores do movimento popular.

3. que se elabore para os agentes um plano de formação global (Antropológico, Teológico, Psicológico e Profissional) não só para iniciantes, mas com reciclagem para os que atuam nas áreas indígenas há mais tempo.

4. que o Cimi continue a buscar formas Justas de uma política salarial para os missionários, em especial para os leigos, que tenham pontos básicos assumidos em comum pelos regionais (ficando a cargo destes o acréscimo de benefícios extras), como também a definição de critérios sobre a participação dos funcionários no processos decisórios.

3. Con relación a la pastoral indigenista en las Américas:

① - Que el CIMI colabore de diversas formas para se pueda ir concretando, en los países que no lo tienen, un tipo de organización o coordinación nacional de la pastoral, dentro de las diferencias y situaciones de cada región.

Concreciones:

1) que esa organización o coordinación en los países nazca o al menos sea reflejo de sus bases misioneras;

2) que haya a nivel de CIMI una persona que pueda dedicarse a esta tarea;

3) que se vaya logrando un directorio coordinador formado por personas de varios países;

4) que proponga un intercambio mayor de ideas y realizaciones a nivel de Iglesia oficial;

5) que se alienten también convocaciones a nivel de regionales, cuando hay algún pueblo indígena que vive a la vez en país vecino, interesando en ello tanto a indígenas como a sus misioneros;

6) que se procesen encuentros más frecuentes entre países limítrofes, para conferir asuntos comunes.

② - Que el CIMI, con ocasión de los 500 años de la Evangelización del Continente, coordine con gente de la Iglesia de los otros países para crear conciencia, preparar publicaciones y organizar encuentros.

Concreciones:

1) que cree conciência de que Ameríndia es una realidad y unidad con 54 millones en América Latina, más tres millones en EE.UU. y Canadá;

2) que insista en que los indígenas han sido divididos en su territorio por fronteras ajenas a ellos;

3) que muestre cómo todavía no ha llegado su independencia y que tienen derecho inalienable a sus tierras comunitarias indivisibles e in vendibles para poder vivir como pueblo y como personas;

4) que apoye las justas reclamaciones y especialmente graves de pueblos indígenas en situaciones de zonas militarizadas o regiones con proyectos de grandes multinacionales u objetivos geopolíticos, como por ejemplo el Chocó de Colombia, lo de Guatemala y Paraguay, las poblaciones indígenas de la Amazonia en el Brasil, y otras semejantes;

5) que anime para que se vaya configurando la aspiración a una iglesia con rostro indígena y con los ministerios apropiados, como derecho y exigencia;

6) que ayude a que se haga realidad la publicación de biografías de grandes figuras indígenas y de figuras de misioneros favorecedores del indígena, así como de la situación de Amerindia en la Colonia y Repúblicas y de los nuevos enfoques del Anuncio en pueblos indígenas;

7) que contrarreste la desinformación que irá llevando a los países con ocasión del centenario, y en concreto que aproveche para extender su visión sobre pueblos indígenas, los canales que le inviten a dar su aporte y que esté presente en concreto con algún trabajo en el Congreso de Americanistas de 1988, en Holanda;

8) que prevea cursos y encuentros menores desde 1988, para coordinar estas labores de alimentación y publicaciones;

9) que ayude a dar gran importancia al "Día del Indígena" en cada país, con despliegue de medios de comunicación social y en la línea de la institución - y a crear solidaridad creciente en pueblos indígenas y bases populares a través de celebraciones y pequeños documentos, en días significativos.

③ - Que el CIMI cree mecanismos eficaces - por enlaces y medios seguros y rápidos en los más países posibles de A.L. - para que la revista AMERINDIA despliegue su servicio de mentalización, información y denuncia concreta.

Concreciones:

1) que consiga una o dos personas como enlace permanente en cada país;

2) que procure concretar personas a las que recurrir en casos de conflictos graves, para reclamos a nivel de altas esferas, respaldados por instituciones de peso (si no hay ya otras instancias más eficaces en ese país);

3) que se ayude de cartas colectivas, pero sin abusar de su número.

LINHAS DE AÇÃO E PROGRAMAÇÃO

COM O OBJETIVO DE ESTABELECEER LINHAS DE AÇÃO E UM PLANEJAMENTO CONCRETO, PROPOR MECANISMOS DE AÇÃO PARA QUE O CIMI POSSA:

I - A nível de instrumental para análise crítica e auto-crítica

1. Colaborar para que as lideranças e comunidades indígenas se apropriem e usem instrumentais que ajudem a analisar criticamente as contradições da sociedade brasileira e os conflitos existentes no seio dos próprios Povos Indígenas.
2. Ser veículo de comunicação da experiência e dos instrumentos de análise crítica das relações sociais dos Povos Indígenas para os Movimentos Populares e Políticos brasileiros?

LOCAL: REFEITÓRIO

II - A nível de organização indígena

1. Colaborar mais na mobilização indígena, visando sua organização autônoma em regiões a nível nacional.
2. Colaborar mais que as LUTAS INDÍGENAS e os SEUS PROJETOS DE VIDA se articulem com as lutas e projetos dos Movimentos Populares/Políticos em vista de os Povos Indígenas serem sujeitos da constituição de um projeto Político Popular.

LOCAL: PLENÁRIO

III. A nível de missão do Cimi na conjuntura

Considerando a experiência teológico-pastoral desenvolvida na Pastoral Indigenista até agora, que desafios novos se apresentam como pro-vocação de Deus para o Cimi de hoje, como poderá o Cimi concretizar esses apelos de Deus em sua ação e em sua forma de organização?

LOCAL: SALA DE TV

IV - A nível de pessoas na Pastoral Indigenista

Localizando as origens do desgaste pessoal experimentado por membros da Pastoral Indigenista, assumir ações práticas necessárias para que as pessoas cresçam e sejam felizes através de sua participação na Pastoral Indigenista.

LOCAL: 1º BLOCO - 2º ANDAR

V - A nível de articulação e solidariedade Latino-Americana

Qual a contribuição e quais as tarefas prioritárias do Cimi neste ponto?

LOCAL: BLOCO DO MEIO

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA VII ASSEMBLEIA DO CIMI

- 1- Informe del Paraguay para la asamblea del Cimi
AMADEO BENZ
- 2- Bolívia - Alguns projectos populares alternativos presentados a la VII asamblea del Cimi
ENRIQUE JORDÁ DE ARIAS
- 3- Tipo de contribuicion del cimi a nivel latinoamericano
- 4- Articulação latinoamericana
PAULO SUESS
- 5- Relatório dos regionais. Nordeste, Rondonia, Amazonia Ocidental Mato Grosso, Norte II, Maranhão, Norte I, Leste, MS, SUL
- 6- Relatório da assessoria Juridica
- 7- Resumo da comissão dos grandes projetos
- 8- Intervenção dos assessores e convidados (PO)
PAULO SUESS - IVO POLETTO
- 9- Informe nº 15 s/ Constituinte
Atualização do informe
- 10- Minuta das linhas de ação e planejamento p/ CIMI
- 11- Comunicação dos representantes da UNI à VII Assembleia
Manoel Moura - Apolonio Xoco - Orlando Baré
- 12 - Painel dos representantes indígenas
- 13- Síntese da intervenção dos participantes: Projeto Popular, Movimento indígena e ação do Cimi
- 14- Situação do PMACI em marco de 1987
CIMI AMAZONIA OCIDENTAL
- 15- Saúde indígena. sua complexidade, preocupações e propostas
- 16- Esclarecimentos s/livro Inculturação e libertação (em que Pedro de Oliveira se baseia em pesquisas de Cláudia Menezes s/Xavante)
PE.JORGE LACHMITT
PE.BARTOLOMEU GIACCARIA - Missão Salesiana de MT

- 17- CALHANORTE
artigo da revista Verde Oliva do Centro de Comunicação Social do Exército
- 18- Grandes Projetos na Amazonia
- 19- Relatório de Invasão no Pque Indígena Roosevelt - Area Cinta Larga
- 20- Nota à imprensa do CIMI s/ portaria autorizando mineração em Terra Indígena
- 21- Informativo do Norte I s/ Calha Norte
- 22- Mensageiro nº 46 set/out.87
A cura pela sabedoria indígena
- 23- Relatório Ofaié Xavante
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS DUTRA
- 24- Relatório da AI TREMEMBE
MARCO ANTONIO DO ESPIRITO SANTO
- 25- Cartaz de Marcos Guilherme s/ Tremembé de Almofala.